

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

NEILTON FARIAS LINS

**DO SILENCIAMENTO NAS CAPAS DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ: filiações
ideológicas em disputa no jogo dos sentidos**

MACEIÓ - AL
2025

NEILTON FARIAS LINS

**DO SILENCIAMENTO NAS CAPAS DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ: filiações
ideológicas em disputa no jogo dos sentidos**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para Defesa do Doutorado em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva.

MACEIÓ - AL

2025

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/661

- L759s Lins, Neilton Farias.
Do silenciamento nas capas das revistas Veja e Istoé : filiações ideológicas em disputa no jogo dos sentidos / Neilton Farias Lins. – 2025.
170 f. : il.
- Orientador: Sóstenes Ericson Vicente da Silva.
Dissertação (mestrado em Letras: Linguística e Literatura) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Letras. Maceió, 2025.
- Bibliografia: f. 164-170.
1. Análise materialista do discurso. 2. Silenciamento. 3. Condições de produção do discurso. 4. Veja (Revista). 5. Istoé (Revista). I. Título.

CDU: 81'42




TERMO DE APROVAÇÃO

NEILTON FARIAS LINS

Título do trabalho: “DO SILENCIAMENTO NAS CAPAS DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ: filiações ideológicas em disputa no jogo dos sentidos”

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTOR em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Documento assinado digitalmente
 **SOSTENES ERICSON VICENTE DA SILVA**
Data: 01/12/2025 12:30:11-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva (PPGL/UFAL)


Examinadores:

Documento assinado digitalmente
 **SAMUEL BARBOSA SILVA**
Data: 01/12/2025 11:25:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Samuel Barbosa Silva (PPGL/UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **HELSON FLAVIO DA SILVA SOBRINHO**
Data: 01/12/2025 14:17:24-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGL/UFAL)

Documento assinado digitalmente
 **ISAAC ITAMAR DE MELO COSTA**
Data: 28/11/2025 19:20:31-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Isaac Itamar de Melo Costa (UPE)

Documento assinado digitalmente
 **NADIA REGIA MAFFI NECKEL**
Data: 28/11/2025 12:28:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Nádia Régia Maffi Neckel (UNISUL)

Maceió, 28 de novembro de 2025.

Às minhas filhas, Karollyne e Nicole, aos meus filhos, Nicolas Kauã e Noah Lins (que chegou agora), minhas inspirações.

À minha esposa Missilene pelos incentivos e paciência comigo.

À minha mãe, Maria do Carmo, por ter sido o canal de minha existência e ao meu Pai, Amaro Farias (*in memoriam*), por ter-me ensinado o caminho da retidão e da justiça.

AGRADECIMENTOS

A meu Senhor, Jesus Cristo, pelo que Ele é;

Aos meus amigos, Cristiano Lessa e Marcos Dias pelo auxílio na seleção de doutoramento;

Aos meus amigos da Pós-Graduação;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da FALE/UFAL;

Ao Instituto Federal de Alagoas, pela concessão para afastamento do doutoramento, nas pessoas do Prof. Dr. Carlos Guedes (Reitor), Prof. Dr. Gilberto Neto (Pró-Reitor de Extensão) e Profa. Ma. Talita Gomes (Diretora do *Campus* São Miguel);

Aos professores Prof. Dr. Isaac Itamar de Melo Costa e Profa. Dra. Ana Josefina Ferrari pelas contribuições na qualificação, bem como ao Prof. Dr. Samuel Barbosa Silva (um quase coorientador, por discussões durante a produção de alguns capítulos da tese e após qualificação).

Em especial, ao meu mestre, orientador, Prof. Dr. Sóstenes Ericson Vicente da Silva, pelo primoroso trabalho de me fazer perceber que o sentido está além das palavras ditas, mas, sobretudo, nas que foram silenciadas.

RESUMO

Sob a perspectiva teórica da Análise materialista do Discurso, esta tese investiga o silêncio e/ou silenciamento nos discursos veiculados em capas das revistas semanais brasileiras VEJA e ISTOÉ, ao considerar em que medida o silenciamento nas capas opera deslocamentos de sentidos de acontecimentos políticos ou sociais, produzindo efeitos de evidência ou apagamento de certas posições-sujeito. Considerando a necessária compreensão do silenciamento nas capas das revistas VEJA e ISTOÉ, a análise trata de como informações são silenciadas, implícitas ou ressignificadas para construir uma narrativa específica e a manipulação da compreensão do leitor na formação de um imaginário que legitima práticas da sociedade capitalista. A tese, então, questiona o processo de produção de sentidos no discurso midiático e quais os seus efeitos. A pesquisa tem como objetivo analisar como as revistas VEJA e ISTOÉ utilizam estratégias discursivas para naturalizar o funcionamento discursivo para o leitor, interpelando os leitores a posições-sujeito já dadas a tomarem determinada posição alinhadas a posições ideológicas dominantes. A tese está estruturada em seções que exploram as condições de produção do discurso nas revistas, a relação entre silêncio e discurso nas capas da VEJA, os acontecimentos discursivos e jornalísticos nos editoriais da ISTOÉ, a leitura da paráfrase e polissemia na ISTOÉ, o discurso da VEJA durante a ditadura militar, e o papel das capas de revista na sociedade capitalista, com ênfase na base histórica do discurso neoliberal. A pesquisa se fundamenta nas concepções teóricas de Michel Pêcheux (1993) e Eni Orlandi (1999), em diálogo, dentre outros, com Courtine (2009); Guilbert e Peñafiel (2019) e Guilbert (2020). A análise possibilitou analisar como o silenciamento, as condições de produção e a ideologia contribuem na produção de sentidos e na interpretação dos fatos pelos leitores. Os resultados da pesquisa apontam que o silenciamento é uma estratégia discursiva que contribui para compreender como os processos discursivos funcionam através da ideologia para a manutenção de determinado *status quo*. Além disso, a VEJA e ISTOÉ operam um silenciamento sistemático e ideologicamente orientado, de modo que não estamos diante de silenciamento acidental, mas estrutural e funcional ao projeto neoliberal, capaz de interpelar o leitor de classe média/alta a assumir posições-sujeito, naturalizando a ordem burguesa de legitimar desigualdades, criminalizar movimentos sociais, deslegitimar governos progressistas etc. Nesse sentido, a tese demonstra que o silenciamento promovido pelos respectivos semanários não apenas contribui ou ajuda a manter o *status quo* um dos principais mecanismos pelos quais a grande imprensa brasileira reproduz ativamente a dominação ideológica do capital no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Análise Materialista do Discurso. Silenciamento. VEJA e ISTOÉ. Condições de produção do discurso.

RESUMEN

Desde la perspectiva teórica del Análisis Materialista del Discurso, esta tesis investiga el silencio y/o el silenciamiento en los discursos vehiculados en las portadas de las revistas semanales brasileñas VEJA e ISTOÉ, considerando en qué medida el silenciamiento en las portadas opera desplazamientos de sentidos de acontecimientos políticos o sociales, produciendo efectos de evidencia o borrado de ciertas posiciones-sujeto. Dado que es necesario comprender el silenciamiento en las portadas de VEJA e ISTOÉ, el análisis aborda cómo la información es silenciada, implícita o resignificada para construir una narrativa específica y la manipulación de la comprensión del lector en la formación de un imaginario que legitima prácticas de la sociedad capitalista. La tesis cuestiona, por tanto, el proceso de producción de sentidos en el discurso mediático y sus efectos. La investigación tiene como objetivo analizar cómo las revistas VEJA e ISTOÉ utilizan estrategias discursivas para naturalizar el funcionamiento discursivo ante el lector, interpelando a los lectores a posiciones-sujeto ya dadas para que adopten determinadas posturas alineadas con posiciones ideológicas dominantes. La tesis está estructurada en secciones que exploran las condiciones de producción del discurso en las revistas, la relación entre silencio y discurso en las portadas de VEJA, los acontecimientos discursivos y periodísticos en los editoriales de ISTOÉ, la lectura de la paráfrasis y la polisemia en ISTOÉ, el discurso de VEJA durante la dictadura militar, y el papel de las portadas de revistas en la sociedad capitalista, con énfasis en la base histórica del discurso neoliberal. La investigación se fundamenta en las concepciones teóricas de Michel Pêcheux (1993) y Eni Orlandi (1999), en diálogo, entre otros, con Courtine (2009), Guilbert y Peñafiel (2019) y Guilbert (2020). El análisis permitió examinar cómo el silenciamiento, las condiciones de producción y la ideología contribuyen a la producción de sentidos y a la interpretación de los hechos por parte de los lectores. Los resultados de la investigación señalan que el silenciamiento es una estrategia discursiva que contribuye a comprender cómo los procesos discursivos funcionan a través de la ideología para el mantenimiento de determinado *status quo*. No solo eso, VEJA e ISTOÉ operan un silenciamiento sistemático e ideológicamente orientado, de modo que no estamos ante un silenciamiento accidental, sino estructural y funcional al proyecto neoliberal, capaz de interpelar al lector de clase media/alta para que asuma posiciones-sujeto ya elaboradas, naturalizando el orden burgués de legitimar desigualdades, criminalizar movimientos sociales, deslegitimar gobiernos progresistas, etc. En ese sentido, la tesis demuestra que el silenciamiento promovido por los respectivos semanarios no solo contribuye o ayuda a mantener el *status quo*, uno de los principales mecanismos mediante los cuales la gran prensa brasileña reproduce activamente la dominación ideológica del capital en el Brasil contemporáneo.

Palabras clave: Análisis del Discurso Materialista. Silenciamiento. VEJA e ISTOÉ. Condiciones de producción del discurso.

ABSTRACT

From the theoretical perspective of Materialist Discourse Analysis, this thesis investigates silence and/or silencing in the discourses conveyed on the covers of the Brazilian weekly magazines VEJA and ISTOÉ, examining the extent to which silencing on these covers produces shifts in the meaning of political or social events, generating effects of highlighting or erasing certain subject-positions. Given the need to understand silencing on the covers of VEJA and ISTOÉ, the analysis addresses how information is silenced, made implicit, or resignified to construct a specific narrative and manipulate the reader's understanding in the formation of an imaginary that legitimizes practices of capitalist society. The thesis thus questions the process of meaning production in media discourse and its effects. The research aims to analyze how the magazines VEJA and ISTOÉ employ discursive strategies to naturalize discursive functioning for the reader, interpellating readers into pre-given subject-positions that align with dominant ideological positions. The thesis is structured into sections that explore the conditions of discourse production in the magazines, the relationship between silence and discourse on VEJA's covers, discursive and journalistic events in ISTOÉ's editorials, the reading of paraphrase and polysemy in ISTOÉ, VEJA's discourse during the military dictatorship, and the role of magazine covers in capitalist society, with emphasis on the historical basis of neoliberal discourse. The research is grounded in the theoretical conceptions of Michel Pêcheux (1993) and Eni Orlandi (1999), in dialogue with, among others, Courtine (2009), Guilbert and Peñafiel (2019), and Guilbert (2020). The analysis made it possible to examine how silencing, conditions of production, and ideology contribute to the production of meaning and the interpretation of facts by readers. The research findings indicate that silencing is a discursive strategy that helps understand how discursive processes operate through ideology to maintain a certain *status quo*. Not only that, VEJA and ISTOÉ operate a systematic and ideologically oriented silencing, so that we are not facing accidental silencing, but rather structural and functional silencing serving the neoliberal project, capable of interpellating the middle/upper-class reader to assume ready-made subject-positions, naturalizing the bourgeois order of legitimizing inequalities, criminalizing social movements, delegitimizing progressive governments, etc. In this sense, the thesis demonstrates that the silencing promoted by the respective weeklies does not merely contribute or help to maintain the *status quo*, it one of the main mechanisms through which the Brazilian mainstream press actively reproduces the ideological domination of capital in contemporary Brazil. of production of discourse.

Keywords: Materialist Discourse Analysis. Silencing. VEJA and ISTOÉ. Conditions of production of discourse.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 O MÉTODO MARXISTA E O OBJETO DE ANÁLISE.....	9
1.2 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS	14
2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ	23
2.1 BASES NO MATERIALISMO HISTÓRICO.....	32
2.2 O PAPEL DAS CAPAS DE REVISTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	31
2.3 DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ	48
2.3.1 <i>Agenda-setting</i> e os processos de produção de sentido.....	71
3 DO SILÊNCIO AO INTERDITO: UM LUGAR DO SENTIDO E O ESPAÇO PARA O DISCURSO NAS CAPAS DA VEJA	75
3.1 REVISTA VEJA: PROCESSO DISCURSIVOS NA DITADURA MILITAR.....	80
3.2 POLÍTICA E JUSTIÇA NA CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS.....	106
4 DAS CAPAS DE REVISTAS: ACONTECIMENTOS, POLÍTICA E NEOLIBERALISMO	113
4.1 UMA LEITURA DA PARÁFRASE E DA POLISSEMIA NA REVISTA ISTOÉ	114
4.2 ACONTECIMENTOS DISCURSIVO, ENUNCIATIVO E JORNALÍSTICO NOS EDITORIAIS DA REVISTA ISTOÉ	127
4.2.1 Das capas das revistas VEJA e ISTOÉ à base histórica no/do discurso neoliberal.....	137
5 CONCLUSÃO	157
REFERÊNCIAS	164

1 INTRODUÇÃO

Esta tese trata do silenciamento nos discursos do Estado neoliberal veiculados nas capas das revistas ISTOÉ e VEJA¹, na perspectiva da Análise Materialista do Discurso. Tem por objetivo analisar como as referidas revistas utilizam estratégias discursivas para persuadir o leitor, influenciando suas compreensões e as alinhando com posturas ideológicas dominantes. Partimos do entendimento de que a Análise Materialista do Discurso leva em conta as condições históricas de produção do discurso, tendo em conta o en sujeitamento ideológico na filiação dos sujeitos a determinadas formações discursivas e o caráter material da produção de sentidos. Nossa pesquisa se insere em uma abordagem teórico-metodológica que considera o discurso como efeitos de sentidos, conforme propõe Pêcheux (1993) constituídos em relação à língua, ao sujeito e à história.

Desse modo, a razão da escolha das revistas ISTOÉ e VEJA foi por serem elas as de maior circulação no Brasil², tendo como público-alvo e leitor os estratos mais abastados da sociedade brasileira, com maior poder de atuação política sobre as outras camadas sociais. Nesse sentido, interessa questionar como se constitui o silêncio constitutivo e/ou silenciamento processo de produção de sentidos no discurso midiático, tendo em conta as capas dos semanários citados, e quais os seus efeitos? Consideramos, desde já, que o silenciamento constitui uma modalidade do silêncio³. Nesse sentido, ao adotarmos, nesta pesquisa, tais dispositivos analíticos como sinônimos, é necessário explicitar que a noção de silêncio que orienta esta tese está fundamentada na formulação de Orlandi (2007, p. 29), que o compreende como uma “política de silêncio”.

¹ Ao longo desta tese, o uso das letras em caixa-alta para os nomes das revistas busca evitar que se confunda com o verbo “ver”, no modo subjuntivo e 3ª pessoa do singular e a expressão “isto é”.

² Segundo o *site* da Veja, <https://veja.abril.com.br/brasil/obrigado-leitor>, em média, 1 200 000 revistas a cada sete dias, sendo a revista de maior circulação no mercado editorial. A Revista IstoÉ passou a ser exclusivamente digital a partir 2025, contando com 9,6 milhões usuários, conforme <https://istoe.com.br/sob-nova-gestao-a-plataforma-istoe-publicacoes-dobra-numero-de-usuarios-em- apenas-quatro-meses/>

³ É importante destacar que, nesta tese, o termo silêncio é empregado com a noção de silêncio constitutivo ou silenciamento. Quando usado na acepção de silenciamento, refere-se àquilo que Orlandi (2007) denomina política de silêncio.

No livro *As Formas do Silêncio*, Orlandi diferencia o silêncio fundador do silenciamento ou política do silêncio. Para a autora, o silêncio fundador não faz referência à carência de sons e/ou palavras, tendo em conta que o silêncio se constitui o “princípio de toda significação” e tem a ver com o “‘lugar’ que permite à linguagem significar” (Orlandi, 1993, p. 70). Desse modo, o silêncio não se refere à falta de sons, palavras, ele é tomado como sentido, como história.

Assim, em face do discurso, o sujeito estabelece necessariamente um laço com o silêncio; mesmo que esta relação não se estabeleça em um nível totalmente consciente. Para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele reinstaura falando (Orlandi, 1993, p. 71).

Por sua vez, a política do silêncio ou silenciamento é definida “pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 1993, p. 75). É esse o sentido que tomamos quando consideramos que o silenciamento se subdivide em silêncio constitutivo, enquanto “o mecanismo que põe em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer” (Orlandi, 1993, p. 76); e o silêncio local, o que é proibido de dizer: “Trata-se da produção do silêncio sob a forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunscrita em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (Orlandi, 1993, p. 76-77).

1.1 O MÉTODO MARXISTA E O OBJETO DE ANÁLISE

A partir do estudo de José Paulo Netto em *Introdução ao Método de Marx* (2011), é possível identificar a centralidade do método marxista na compreensão das estruturas sociais, econômicas e culturais, particularmente no que diz respeito às relações de produção e aos dispositivos ideológicos que sustentam a hegemonia burguesa. O método de Marx não é uma simples ferramenta interpretativa, mas uma forma de apreender a totalidade concreta da realidade social, articulando as contradições e mediações que estruturam a vida material e simbólica. Essa abordagem, quando apreendida pela Análise do Discurso, oferece um caminho para

compreender o funcionamento ideológico nos veículos midiáticos como as revistas VEJA e ISTOÉ, especialmente em suas capas, matérias, artigos e reportagens.

O método marxista inclui a crítica às ideologias dominantes, que, segundo Laski (2005, p.182), dissimulam as relações de exploração e poder na sociedade do capital. Nesse sentido, o marxismo é um método de análise, como também uma proposta de transformação social, apontando para a necessidade de organizar a classe trabalhadora para superar o capitalismo e construir um novo modo de produção. Nessa perspectiva, esse modo de fazer ciência não pode ser considerada apenas como um método de análise. Diferentemente de tal tipo de interpretação, nosso gesto de leitura é o de que o método marxista aponta para uma transformação da sociedade e não para uma reforma por dentro de sua estrutura.

É preciso considerar, sobretudo, que a concepção teórico-metodológica de Marx apresenta diversas dificuldades, conforme mencionado por Netto (2011, p.10), por se tratar primeiro de tudo de uma “teoria social de vínculo a um projeto revolucionário”, e isso corroborou para perseguições aos pesquisadores que se enveredavam pelo método marxista. Netto enfatiza que “milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas” (Netto, 2011, p.10).

Das dificuldades mencionadas por Netto (2011), é preciso destacar a “complexidade até as que se devem aos tratamentos equivocados a que a obra marxiana foi submetida”. Segundo o referido autor, essas interpretações equivocadas levaram a equívocos que “deformaram, adulteraram e/ou falsificaram a concepção teórico-metodológica de Marx”, cabendo destacar que essas adulterações não foram fruto apenas de estudiosos não marxistas, ou ditos marxistas, mas, ao contrário, parte dessas adulterações adveio de seguidores de Marx.

delas resultou uma representação simplista da obra marxiana: uma espécie de saber total, articulado sobre uma teoria geral do ser (o materialismo dialético) e sua especificação em face da sociedade (o materialismo histórico). Sobre esta base surgiu farta literatura manualesca, apresentando o método de Marx como resumível nos ‘princípios fundamentais’ do materialismo dialético e do materialismo histórico, sendo a lógica dialética ‘aplicável’ indiferentemente à natureza e à sociedade, bastando o conhecimento das suas leis (as célebres ‘leis da dialética’) para assegurar o bom andamento das pesquisas (Netto, 2011, p.12).

Essas ideias foram fortemente combatidas no campo das ideias por Engels, que em carta enviada a Marx advertia sobre essa deformação, quando perguntado por Joseph Bloch, um socialdemocrata alemão, sobre o que “Marx e ele próprio entendiam por materialismo histórico e se ‘produção e a reprodução da vida real’ constituíam, a seu ver, o único fator determinante” (Marx-Engels, 1971, p.37). Engels então respondeu:

Segundo a concepção materialista, o fator determinante da história é, em última análise, a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx, nem eu, alguma vez afirmamos outra coisa. Se alguém pretender deformar esta frase, até a levar a dizer que o fator econômico é o único determinante, transforma-a numa proposição vazia, abstrata, absurda (Marx-Engels, 1971).

Conforme Engels protestou, no método de Marx, a construção do conhecimento estava baseada na noção de que a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, e não proposições vazias, abstratas e/ou absurdas, tornando os pesquisadores conscientes de seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites - concomitantemente à análise da substância desse saber com base nos processos históricos reais.

Nessa direção, para Marx, o objeto da pesquisa não deriva de uma abstração ou do vazio, nem tampouco depende do sujeito ou pesquisador para ter existência. Nesse sentido, o objetivo do pesquisador vai além do aspecto fenomênico do objeto, antes o pesquisador deve buscar a essência do objeto pesquisado, uma vez que, ao capturar a essência do objeto, captura-se a sua estrutura e dinâmica, e por meio de procedimentos de análises, o sujeito pesquisador será capaz de reproduzir no plano do pensamento o concreto pensado.

Isso significa que, sendo essa existência independente do pesquisador, a proximidade existente entre sujeito/objeto no desenvolvimento de um conjunto de saberes sistematizados ou teóricos não se constitui necessariamente uma relação de fatores externos, como encontramos nas ciências naturais, a exemplo da biologia e seus diversos ramos, mas se trata de uma relação na qual o sujeito está implicado no objeto.

A partir desse entendimento, a definição do objeto de análise dessa tese é algo que constrói o pesquisador e é construído na relação com o pesquisador. E isso corrobora o pensamento de Netto ao defender que:

Para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação (Netto, 2011, p.52).

Ao contrário disso,

o método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações (Netto, 2011, p.53).

Segundo Netto (2011), o método marxista exige a articulação entre a aparência fenomênica (o que está dado explicitamente) e a essência (os determinantes históricos e materiais que sustentam e moldam as práticas sociais). Desse modo, fundamentada no método marxista, a Análise materialista do Discurso nos possibilita investigar como os discursos midiáticos funcionam, reproduzem, silenciam ou apagam determinados significados, em favor de determinados interesses, o que, em se tratando desta tese, mobilizamos para examinar os processos de silenciamento, apagamento e interdiscurso nas capas e matérias de VEJA e ISTOÉ.

Enquanto objetos discursivos, as capas de revistas não apenas informam, como também orientam a interpretação do leitor, funcionando como dispositivos ideológicos que reforçam determinados significados. No contexto de publicações como VEJA e ISTOÉ, essas capas frequentemente atuam como expressão de discursos hegemônicos, reproduzindo valores da classe dominante e naturalizando relações assimétricas de poder.

Por exemplo, em momentos de crises políticas ou econômicas, as capas dessas revistas frequentemente destacam figuras políticas, grupos sociais ou acontecimentos de modo a reforçar determinadas narrativas. Quando uma capa exhibe uma figura política associada ao campo progressista (como líderes de movimentos populares ou partidos de esquerda), é comum que se recorra a elementos visuais e textuais que simbolizem caos, ameaça ou incompetência. Por sua vez, figuras ligadas ao *establishment* econômico ou político burguês tendem a ser representadas como

portadoras de credibilidade, “ordem e progresso”. Aqui, o método marxista ajuda a demonstrar a contradição entre a aparência de neutralidade jornalística e a essência ideológica do discurso, vinculada aos interesses de determinada classe social.

Essa operação discursiva pode ser compreendida como parte do que Netto descreve como a articulação entre estrutura e superestrutura, tendo em vista que as capas das revistas não são construções neutras, antes são expressões simbólicas de uma ordem material que busca sustentar os mecanismos de dominação burguesa, apreendidos pela mediação do discurso. Assim, nas matérias e reportagens de VEJA e ISTOÉ, é possível identificar como determinados eventos, sujeitos ou narrativas são excluídos ou minimizados, enquanto outros são amplificados.

Por exemplo, em períodos de mobilizações populares ou greves de trabalhadores, as reportagens das revistas frequentemente silenciam as reivindicações centrais dos movimentos, reduzindo-os a “atos de baderna” ou “ameaças à estabilidade econômica”⁴. Assim, os interesses de classe que motivam essas mobilizações são apagados, enquanto se enfatiza a narrativa de que tais movimentos prejudicam “a economia” ou “a sociedade” – abstrações que ocultam a centralidade do antagonismo capital x trabalho.

O apagamento também se manifesta na ausência de vozes dissidentes ou na escolha seletiva de fontes e interlocutores. Em matérias sobre reformas trabalhistas, por exemplo, é comum que apenas empresários ou economistas neoliberais sejam consultados, enquanto sindicatos, movimentos sociais e trabalhadores são relegados ao silêncio. Essa prática reforça a aparência de consenso em torno das soluções propostas pelo capital, ocultando as contradições materiais que estruturam a sociedade burguesa.

Para além de identificar os dispositivos ideológicos materializados nas revistas VEJA e ISTOÉ, também é preciso apontar para as possibilidades de resistência e transformação social. Assim, ao expor os mecanismos de silenciamento, apagamento e interdiscurso, a análise materialista do discurso trabalha as brechas e contradições que põe em causa o funcionamento ideológico da perspectiva dominante. Nesse

⁴ Aspectos que serão retomados nas análises, mais adiante.

sentido, a crítica dialética propõe uma prática discursiva orientada pelas necessidades históricas da classe trabalhadora. Isso implica, por exemplo, na mobilização de vozes silenciadas, que tornem visíveis os apagamentos e que contribuam para mobilizar a luta política e social.

1.2 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

Para a composição do *corpus*, selecionamos recortes discursivos, como capas das revistas VEJA e ISTOÉ, além de artigos, matérias e reportagens a elas relacionados. Cabe destacar que a escolha das capas não segue uma ordem cronológica, pois entendemos que o dispositivo em análise não constitui uma constante temporal discursiva de silenciamento presente em todas as edições, tampouco um funcionamento reiterado e sustentado ao longo do tempo, em que certos sentidos seriam sistematicamente interditados, apagados ou marginalizados em diferentes formações discursivas — neste caso, em todas as edições das revistas VEJA e ISTOÉ. Nosso trabalho, portanto, não busca comprovar tal movimento discursivo de forma generalizada nas capas desses semanários, mas enfatiza que, ao selecionarmos um recorte para análise, estamos considerando esse movimento de sentido — ou efeitos de sentido de silenciamento — constatado na edição específica analisada, e não necessariamente uma reprodução contínua desse movimento em todas as edições dentro de um recorte temporal.

Sob a ótica da Análise materialista do Discurso, todo efeito de obviedade, naturalidade ou transparência presente na materialidade discursiva é tomado com desconfiança, especialmente quando se evidenciam os processos de silenciamento em capas, artigos, matérias, reportagens de revistas de grande circulação nacional. Com base no método materialista dialético, compreendemos as práticas linguísticas não como totalidades fixas, mas como um conjunto de processos em constante constituição, sendo o discurso o elemento mediador fundamental na produção de sentidos e na constituição dos silenciamentos que atravessam as formações ideológicas nos textos midiáticos.

Compreendemos que o discurso funciona como mediação, representando a particularidade que estabelece vínculos entre singularidade e totalidade. Nesta pesquisa, a materialização dessas inquietações ocorre através da análise do funcionamento discursivo nas revistas VEJA e ISTOÉ publicadas desde suas primeiras edições até os dias atuais, compondo o percurso analítico que privilegia o dito e o silenciamento nestes espaços de visibilidade midiática.

O recorte da materialidade discursiva selecionada se inscreve no discurso jornalístico destas duas importantes publicações do mercado editorial brasileiro e apresenta características relacionadas à singularidade desta investigação: os silenciamentos discursivos nas capas, artigos e matérias dessas publicações. Estas marcas abrangem “construções sintáticas, elementos lexicais, morfológicos, fonológicos, não se restringindo a uma única espécie de material” (Lagazzi, 1988, p. 61), e possibilitam analisar como os silenciamentos são construídos discursivamente nestas publicações.

As inquietações investigativas partem da materialidade, do que se manifesta e do que não se manifesta na ordem do dizer nesses semanários. Consideramos que o deslizamento de sentido, (re)significação, os efeitos de sentidos que carretam à interpretação contemplam a descrição discursiva como ponto inicial para apagar ou dissimular as condições concretas de produção do discurso do objeto analisado, visto que, como nos ensina Ferrari (2018, p. 151-152), “a descrição, então, na sua enunciação, compromete o interlocutor (ou leitor) [...]. Em um mesmo movimento, ela aponta para algo que será tanto revelado quanto ocultado no mesmo ato”.

Ainda conforme Ferrari (2018, p. 151), a descrição não se configura como uma “enumeração arbitrária de coisas no mundo”, mas como parte de um processo em que os discursos se articulam por meio das formações discursivas e das posições ideológicas que os atravessam, sendo produzidos no movimento enunciativo entre sujeitos historicamente situados. Ao ser incorporada ao procedimento analítico, a descrição potencializa os gestos de interpretação, permitindo acessar uma leitura discursiva que, muitas vezes, escapa ao leitor devido aos efeitos ideológicos que operam nas margens do dizer e nas zonas de porosidade da linguagem. É nesse ponto que se tornam visíveis os mecanismos de silenciamento presentes nas capas das publicações analisadas.

Do ponto de vista discursivo, a descrição consiste em:

[...] um modo de enunciação no qual se constrói uma relação do sujeito-locutor com seu(s) interlocutor(es). Ela define a posição que assume o locutor frente a seu próprio enunciado, a seu(s) interlocutor(es) e frente à situação. [...] A descrição é, pois, o lugar ameaçante, o lugar da falha. [...] pode-se caracterizar a descrição como processo de referenciação que relaciona o interdiscurso e o intradiscurso de modo particular (Ferrari, 2018, p. 151–153).

Nessa perspectiva, a descrição possibilita questionar a aparente neutralidade e a transparência linguística e imagética, reforçando as concepções de Pêcheux sobre o sujeito enunciadador como uma posição, ou seja, uma posição-sujeito do discurso. As escolhas editoriais que determinam o que aparece na capa – e, conseqüentemente, o que é silenciado – demonstram posicionamentos ideológicos e relações de poder que merecem ser analisados.

Assim, o processo descritivo envolve constante movimento entre o analista e seu objeto (as capas, os artigos e/ou reportagens das revistas), bem como nos efeitos discursivamente produzidos na relação entre o objeto, quem o produz e para quem é produzido. Para o analista de discurso, o ato descritivo esclarecedor, pois nele emerge a dispersão de sentidos do objeto através do dito, silenciamento e/ou apagamento, bem como outros elementos que geram efeitos discursivos nos semanários analisados.

Em se tratando da descrição de capas de revista, por exemplo, o analista de discurso reconhece que qualquer enunciado, texto, imagem ou composição visual possui uma incompletude inerente ao sujeito e à linguagem. Na concepção de Orlandi (2012, p.12), “a incompletude é característica de todo processo de significação” e como “o objetivo da análise de discurso é descrever o funcionamento do texto” (Orlandi, 2012, p. 23).

Ao problematizar os silenciamentos discursivos nas capas de VEJA e ISTOÉ, no eixo descrição-interpretação-compreensão, afirmamos que os sentidos construídos pelos/para os sujeitos, mediante o funcionamento linguístico e imagético, só se materializam através da ideologia. No caso específico desta pesquisa, o funcionamento discursivo permite analisar como determinados temas são sistematicamente silenciados nesses semanários.

Assim, a organização das marcas linguístico-semióticas encontradas nesses periódicos contribuiu para selecionar as sequências discursivas que compõem o *corpus*. Na abordagem adotada, teoria e análise são indissociáveis na prática metodológica. Desse modo, o objeto de estudo exige do analista a teoria que fornecerá os dispositivos teóricos (conceitos) necessários para analisar o *corpus* da pesquisa.

O *corpus* desta tese foi organizado mediante gestos de leitura e interpretação de capas, artigos e matérias selecionados desses periódicos. Desde o processo metodológico até a constituição e configuração do *corpus*, desenvolveu-se um movimento analítico que permitiu investigar a relação entre o fenômeno (o que é dito/mostrado nos semanários e o que silenciado) e sua essência (as bases sócio-históricas de sua constituição).

Compete ao analista de discurso questionar os processos significativos emergentes do *corpus*, ultrapassando a busca por significados estabilizados nas práticas linguísticas e imagéticas das capas analisadas, mas reconhecer esse deslizamento de sentidos por meio do silenciamento e apagamento discursivos. Tal compreensão tem base no pensamento de Courtine (2009, p. 54), ao propor que o *corpus* discursivo é um “conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso”.

Tal compreensão se identifica com o início dos estudos do discurso na França por Michel Pêcheux, uma vez que os *corpora* eram formados por sequências discursivas selecionadas a partir de discursos políticos, desconsiderando-se o fato de que esses enunciados eram, fundamentalmente, recortes de discursos mais amplos e universais. À época, a constituição do *corpus* era orientada por critérios de representatividade e homogeneidade, privilegiando uma seleção que desarticulava os discursos de suas condições de produção e de sua inscrição no interdiscurso.

Em se tratando desta tese, o *corpus* se constitui como a materialidade discursiva indispensável à produção de sentidos, especialmente no tocante aos efeitos de silenciamento e apagamento observáveis nas capas, artigos e matérias das revistas VEJA e ISTOÉ.

Conforme já mencionado, o conceito de silenciamento adotado nesta tese está baseado na elaboração de Orlandi (1993, p. 75), referindo-se a uma forma de controle ideológico que mantém certas verdades ou experiências invisíveis, impedindo a emergência ou a circulação de determinados discursos. Por sua vez, o apagamento vai além do silenciamento, envolvendo a destruição ou desconstrução ativa de discursos, identidades ou memórias que resistem ao regime de verdade estabelecido. Esse processo discursivo também redefine ou reescreve a realidade para eliminar qualquer rastro de dissonância, envolvendo práticas como a manipulação linguística, a revisão histórica seletiva e a destruição de registros.

Assim, a constituição desse *corpus* decorre de um gesto analítico que organiza fragmentos discursivos — recortes da temática mobilizadora — em objeto de interpretação, não pela transparência de seu conteúdo, mas pelos sentidos que deixam entrever e, sobretudo, pelos que tentam dissimular. A construção do *corpus* implica a seleção de temas específicos no interior da temática, com base em sua visibilidade e nas ausências discursivas que operam no não dito.

Desse modo, guiada pelas bases teóricas da Análise materialista do Discurso e pela problemática inicial da pesquisa, a construção do *corpus* se dá em um movimento contínuo de deslocamento entre objeto e teoria. Neste processo, a superfície linguística de capas e matérias é transformada em materialidade discursiva analisável, possibilitando a identificação dos mecanismos ideológicos que sustentam os efeitos de silenciamento, apagamento e evidência dos sentidos. A constituição do *corpus*, portanto, já inaugura o gesto analítico, pois nela se inscrevem escolhas determinadas por posições teóricas, e não por critérios empíricos ou de representatividade formal.

Vale ressaltar que, na perspectiva da Análise Materialista do Discurso, o *corpus* não é uma coleção neutra de enunciados previamente dados; ele é construído por meio de gestos de leitura que atravessam o interdiscurso e reconfiguram o visível e o dizível. Assim, ao selecionar capas e matérias de VEJA e ISTOÉ, o pesquisador não apenas escolhe fragmentos textuais, mas demonstra e tensiona os modos como o discurso midiático opera silenciamentos e apagamentos — seja pela repetição, seja pela exclusão — na constituição dos sentidos em circulação. Trata-se, portanto, de

um *corpus* que não apenas mostra o que se diz, mas também — e principalmente — aquilo que se silencia.

Durante a concepção do *corpus* deste trabalho, identificamos que as capas de VEJA e ISTOÉ constituem espaços privilegiados de visibilidade e, simultaneamente, de produção de silenciamentos sobre determinados temas. Assim, as inquietações orientadoras deste estudo, bem como a concepção e construção do *corpus*, viabilizam o movimento analítico ao orientar os recortes da pesquisa sobre os silenciamentos discursivos presentes nestas publicações.

As revistas ISTOÉ e a VEJA buscam delinear e conjecturar os acontecimentos para seus leitores, isto é, uma perspectiva que convencionou uma dessemelhança entre fatos e acontecimentos discursivos. Assim, as revistas criam uma preleção discursiva dos fatos, apresentando essa versão como uma realidade, buscando produzir um efeito de sentido de verdade, como única perspectiva sobre os acontecimentos.

Tendo em conta a proposição althusseriana dos Aparelhos Ideológicos do Estado (1985), consideramos que a produção desses semanários se sustenta numa política institucional e procura estabelecer um determinado saber como se decorrente de uma totalidade de verificações, silenciando outras possibilidades de significar. Desse modo, os discursos materializados na ISTOÉ e na VEJA põem em circulação sentidos alinhados à formação ideológica capitalista dominante e contribuem para o processo de identificação a uma dada formação discursiva, ainda que não esteja eliminada a perspectiva de se [des] contraidentificar.

Nesse movimento de produção de sentidos, interessa reconhecer que os discursos em capas de revista requisitam imagens e dizeres mobilizados em torno do que se pretende enfatizar, com apelo à leitura, embora como elementos implícitos ou apagados, por vezes não identificados por parte do leitor em geral. É, então, nessa brecha que a análise se torna necessária, pois o silenciamento e o apagamento abrem caminho à significação, à interpretação.

A noção de implícito presume modos de subentendido, permitindo-se deixar entender, exatamente por não ter sido dito, eximindo-se da responsabilidade do [não] dizer. Todavia, Orlandi (1989) observa que a concepção de silêncio não pode ser

confundida com o não dito na acepção de implícito. Ao contrário do implícito, que significa por referência ao que foi dito, o silêncio não precisa ser referido ao dizer para significar. O silêncio representa, não fala. Assim, para a referida autora, o conteúdo significativo do silêncio é distinto daquele da linguagem verbal. Desse modo, ao favorecer o descentramento da linguagem verbal, abre à altercação as divergentes formas do silêncio no processo de significação.

Por sua vez, o não dito com a noção de implícito corresponde, segundo Ducrot (1972, apud, Orlandi 1989, p.65) a “necessidade de dizer certas coisas e ao mesmo tempo de poder fazer como se não as tivéssemos dito, de dizê-las, mas de modo tal que se possa recusar a sua responsabilidade”, através de uma diversidade de recursos tais como implícitos, denegações, discursos oblíquos⁵, figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria. Nesse sentido, o não dito faz parte do discurso que certamente não é palavra. Nessa premissa, há impossibilidade do discurso de abranger uma enunciação exhaustiva, completa, bem como entende-se que o não dito é constituinte do/no discurso.

Numa perspectiva discursiva, a análise do não dito não deve afastar a possibilidade do mal-entendido ou do mal dito, do equívoco e/ou da opacidade da linguagem, do deslizamento de sentido. Essa opacidade, a incapacidade de a linguagem expressar tudo de forma nítida e definitiva, cria espaço para o não dito, pois impede que todos os sentidos sejam plenamente articulados ou compreendidos. Ao contrário, é essa possibilidade, anterior ao discurso, que ampara o não dito. Na impossibilidade de se entender mal ou de mal dizer, o recurso ao não dito seria impossível. Dessa forma, a condição de existência do mal-entendido e do mal dito é a mesma do não dito e há algo mais na situação de enunciação que produz o sentido recusado, renegado.

A diferença entre esses ditos estaria em atestar o carácter involuntário em diversas fontes desse sentido rejeitado; respectivamente, a recepção (mal-entendida),

⁵ Termo tomado da teoria da enunciação, referindo-se a formas de enunciar em que o falante reproduz ou reporta o discurso de outro, mas sem usar a citação direta ou o discurso direto clássico. São discursos indiretos que mantêm uma relação de dependência com o enunciador original, mas são incorporados ao discurso do enunciador atual, criando uma instância enunciativa subordinada.

a emissão (mal dita) ou a prática extralinguística (não dita). Assim, entende-se que o mal dito, o mal-entendido e o não dito são identificados levando em consideração a fonte das informações e sua possibilidade de dizer ou não determinada coisa. Desse modo, a Análise materialista do Discurso se propõe a escutar o já-dito, no dito e no silenciado, mobilizando os seus dispositivos entre o dizer e o não dizer.

O processo discursivo entre não dito, mal-entendido e mal dito poderia ser compreendido considerando os casos de narrativas históricas sobre a ditadura militar no Brasil. Durante aquele regime, e a partir da formação discursiva dominante, certas verdades sobre violações de direitos humanos foram silenciadas (não dito) por meio de censura e controle da mídia. Ao mesmo tempo, discursos oficiais⁶ podiam gerar mal-entendidos, como a ideia de que a ditadura era necessária para “proteger” a nação, que distorcia a realidade. O mal dito podia surgir em tentativas de resistência que eram mal formuladas ou reprimidas. A situação de enunciação (o contexto autoritário) produzia sentidos recusados, como as vozes das vítimas, que eram renegadas pelo discurso oficial, mas persistiam como não dito na memória coletiva.

Nessa perspectiva, parte-se do dizer, de suas condições históricas e do vínculo estabelecido com a memória discursiva, com aquilo que se chama de “saber discursivo” e vai em direção à acepção do silenciamento, daquilo que é calado e que compõe sentido(s). Orlandi enfatiza (1999, p. 85) que “as palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio”. Em *Formas de silêncio, no movimento dos sentidos*, Orlandi define o silêncio como a garantia do movimento de sentidos.

Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante [...]. Ele é, sim, a possibilidade para o sujeito de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do “um” com o “múltiplo”, a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (Orlandi, 1997, p.23).

Entendemos, assim, que o que é silenciado, constitui o que a ISTOÉ e a VEJA veiculam nos discursos materializados em suas capas. Daí, entre o dizer e o não dizer (o não dizer no sentido de silenciar), desenvolve-se uma significação construída com

⁶ Sobre o processo de oficialização do discurso, ver Silva (2015).

o jogo de imagens que remetem a outros dizeres, produzindo efeitos de sentidos (a denúncia, a censura sem dizer, a posição política, ideologias), como seu modo de funcionamento, seu processo discursivo.

Assim, são exemplos para descrição do funcionamento discursivo as articulações dos discursos entremeados pelas capas desses semanários e seus posicionamentos político-ideológicos, que não estão retratados de forma transparentes nos textos que compõem as revistas, mas se constituem no silenciamento constitutivo, pela interdiscursividade, por uma memória discursiva. Sua forma de dizer e o posicionamento político-ideológico são silenciados pela forma que suas capas produzem determinados efeitos de sentidos.

Como as revistas se inscrevem em dadas formações discursivas e ideológicas, é preciso levar em consideração as condições de produção que determinam o dito e o silenciamento, sendo relevante observar o que elas são e o sujeito histórico e materialmente dado, em afinidade com os discursos historicamente produzidos, bem como a sua posição face a esses discursos.

2 AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ

A compreensão dos dispositivos analíticos é inerente às condições de produção, uma vez que os dispositivos são desenvolvidos a partir da compreensão de que a linguagem está sempre relacionada aos contextos social e histórico, enquanto exterioridade do discurso, permitindo ao analista identificar as relações entre os elementos que constituem o discurso e compreender como essas relações são influenciadas pelas condições de produção.

2.1 BASES NO MATERIALISMO HISTÓRICO

Segundo Gadet, Léon, Maldidier e Plon (1997), *a priori*, o conceito de condições de produção foi tomado por Althusser da noção de *reprodução das condições de produção* desenvolvida por Marx em O Capital II, considerando para tanto a produção material. Para os referidos autores (1997, p. 47), “uma formação social que não reproduz as condições de produção ao mesmo tempo que produz, não sobreviverá nem por um ano”. Assim, as condições de produção são essenciais para evidência de uma formação ideológica, e se essas condições não favorecerem a reprodução de determinados pensamentos que deem manutenção ao determinado processo ideológico, a formação ideológica tende a ser extinta.

Ainda conforme os autores acima citados, “a condição última da produção [produção ideológica] é a reprodução das condições da produção” (Gadet; Léon; Maldidier; Plon, 1997, p. 47, grifo nosso), isso porque essa reprodução das condições de produção atua com a base da ideologia. Sem ela, “não há discurso, e não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia (Orlandi, 2012, p. 17 *apud* Pêcheux, 1975).

Em se tratando das condições de produção, Marx (1991, p.90) afirma que

[...] conforme as condições de produção, a propriedade terá formas diferentes. O objeto da produção, em si, é reproduzir o produtor em e simultaneamente com aquelas condições objetivas de sua existência. Seu comportamento como proprietário — que não é o resultado mas a condição prévia do trabalho, ou seja, da produção — toma a existência específica do indivíduo como parte de uma entidade tribal ou comunal

Nessa perspectiva, o texto materializa uma interessante relação entre a propriedade, as condições de produção e a identidade do indivíduo. Para tanto, é fundamental analisar os elementos discursivos presentes no texto. Como, por exemplo, a propriedade como objeto da produção; a relação entre propriedade e identidade; a prioridade como a condição prévia do trabalho; e a influência da ideologia na construção do discurso.

Para Marx (1991), a propriedade assume diferentes formas, conforme as “condições de produção”. Isso significa que a propriedade não é um conceito estático ou universal, ou que a produção ou a reprodução das condições de produção é uma *mimesis*, ou qualquer produção das condições de produção, mas sim um produto das relações sociais e dos modos de produção específicos de cada contexto histórico. Nesse sentido, a propriedade visa “reproduzir o produtor”. Cabe considerar que essa reprodução não se limita à esfera material, também inclui a dimensão social e de identidade da formação ideológica. Ao se apropriar de um bem (intelectual), o sujeito se insere em uma “entidade tribal ou comunal”, noutros termos, inscreve-se em uma formação discursiva, definindo-se em relação aos outros e ao sistema de produção vigente.

O autor considera a propriedade como uma “condição prévia do trabalho”, e não como um resultado dele. Isso significa que a posse de bens (intelectuais) e recursos é fundamental para que o sujeito possa se inserir no processo produtivo e exercer sua função social. Assim, Marx nos permite compreender a noção de que a propriedade é essencial para a (re)produção das condições de produção do discurso.

Partindo da premissa marxista de que as condições de produção reproduzem o produtor em sua existência material e social, Pêcheux (1998), em uma perspectiva análoga a Marx (1991), postula que as condições discursivas constituem o sujeito, delimitando sua fala por meio das posições discursivas disponíveis nas formações discursivas que o estruturam.

Essa relação entre os conceitos de Marx e Pêcheux fundamenta-se em sua perspectiva materialista comum, que reconhece a determinação histórica e social dos fenômenos, mas Pêcheux avança ao deslocar o conceito de condições de produção do domínio econômico para o discursivo, tratando a linguagem como prática material. Assim, ao ampliar e reformular o conceito marxista, Pêcheux introduz contribuições teóricas significativas, articulando a ideologia, o interdiscurso e o não dito como elementos centrais na análise das formações discursivas.

Desse modo, a apreensão das condições produção na Análise materialista do Discurso possibilita unificar, sob o prisma analítico, as questões necessariamente exteriores à língua e ao sujeito, a exemplo dos fatores sócio-históricos e as formações imaginárias. Logo, essa entrada teórica das condições de produção, nos entremeios Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise, passou a ser um contraponto às teorias linguísticas da época, por deixarem sobre plano de fundo os fatores sócio-históricos e por desconsiderarem as suas influências na produção do discurso.

Amaral entende que a exterioridade “corresponde aos discursos já existentes com os quais o discurso se constitui como um outro discurso; trata-se do processo entre discursos – o interdiscurso” (Amaral, 2005, p. 36). Por sua vez, Orlandi (2007, p.37) considera que “[...] a exterioridade não tem a objetividade empírica do ‘fora’ da linguagem, pois, na análise de discurso, a exterioridade é suprimida para intervir como tal na textualidade. É isto que chamamos discursividade. Trata-se, portanto, de pensar a exterioridade discursiva”. Logo, apontar para uma reinterpretação da estrutura do mundo e das coisas, e não do conteúdo em si, constitui o elemento que possibilita a origem do objeto discursivo e as afirmações sobre ele. Nesse sentido, o discurso se constitui na materialidade da linguagem, que por condições históricas ideológicas e pelo inconsciente, estrutura as formações discursivas e os sentidos produzidos.

Nesse sentido, para discorrermos sobre a noção de condições de produção do discurso, é preciso fazer uma digressão aos estudos linguísticos e identificar as posições desenvolvidas e defendidas de forma geral pela Linguística. Segundo Pêcheux (1997), a noção de condições produção para os estudos linguísticos está circundada com a noção de “circunstância”. Conforme o referido autor, “esta perspectiva está representada na teoria linguística atual pelo papel dado ao contexto ou à situação, como *pano* [sic] de fundo específico dos discursos, que toma possível

sua formulação e sua compreensão” (Pêcheux, 1997, p. 75). Para tanto, o autor reconhece a necessidade de rever os pontos críticos dessa noção de condições de produção, diante do conceito saussuriano de instituição.

A noção de *circunstância*, *contexto* ou *situação* na percepção da teoria linguística jakobsoniana se limita aos domínios linguísticos, ou com a relação intrínseca da língua, deixando de fora aquilo que é de exterior à língua, tais como, sujeito, fatores sócio-históricos e ideológicos e formações imaginárias. Desse modo, o modelo desenvolvido por Jakobson pressupõe relações de linguagem engendrada levando em conta os seguintes elementos: emissor, mensagem, código, contexto, canal e destinatário, que se caracterizam por representarem o que fora denominado de funções de linguagem, dentre elas, emotiva ou expressiva, poética, metalinguística, referencial, fática e conativa.

Ao fazer uma crítica à imprecisão interpretativa dos termos *exterioridade* e *interioridade* da língua, no conceito de condições produção desenvolvido por Malidier (2003, p.23), Silva (2014) considera que há um “equivoco de considerar como *exterioridade* do discurso os *componentes extralinguísticos* e como *interioridade a materialidade linguística*” (p.81). Revisitando as primeiras noções desenvolvidas por Pêcheux e Fuchs, observamos que as “determinações que caracterizam um processo discursivo, inclusive as características múltiplas de uma situação concreta que conduz à produção do sentido linguístico” (Pêcheux; Fuchs, 1993, p.182). Nesse aspecto, Silva compartilha do “entendimento de que os sentidos vão além de sua materialidade léxico-sintática” (p.81) e que há imbricação de dois componentes (intra e interdiscursivo), os quais são “submetidos aos efeitos ideológicos no interior das formações discursivas” (Pêcheux; Fuchs, 1993, p.81).

Para Jakobson, o processo de comunicação ocorre na interação comunicativa entre emissor e receptor como uma decodificação da mensagem. Isso corrobora para a visão de que o receptor ou destinatário a quem a mensagem se destina assume uma posição passiva no processo comunicativo. A língua é tida como código, e o outro (aquele ao qual uma mensagem se dirige) é considerado como decodificador. O modelo jakobsoniano, não há reconhecimento para o contexto ou situação discursiva, elementos aquém daquilo que seja inerentemente linguístico.

Para tratar da incompletude dessa teoria e levando em consideração os sujeitos (enunciador e enunciatário) nas relações enunciativas, Pêcheux (1997) esboçou os seguintes questionamentos: “Quem sou eu para lhe falar assim?/Quem é ele para que eu lhe fale assim/Quem sou eu para que ele me fale assim?/ Quem é ele para quem e fale assim?” (p.83-84). A partir daí, Pêcheux propôs que na análise dos enunciados devem ser consideradas as relações sociais nas quais os sujeitos estariam envolvidos e como essas relações afetam o processo discursivo entre eles.

Para Pêcheux (1997), a relação entre esses sujeitos é afetada pelo “referente”, “situação” e/ou “contexto”, e, portanto, cabe ao analista considerar outras questões igualmente relevantes, a exemplo do ponto de vista do emissor sobre o referente - “De que lhe falo assim?” e ainda ponto de vista de receptor sobre o referente – “De que ele me fala assim?” Isso corrobora a noção de que os sujeitos das relações discursivas constroem antecipações de representações de formações imaginárias de seus lugares ocupados socialmente, bem como das relações sócio-históricas e ideológicas as quais então inseridos. Isso está fundamentado na proposição de que “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias” (Pêcheux (1997, p.83).

De modo geral, no modelo comunicativo, Roman Jakobson propõe que o processo de comunicação envolve seis elementos (emissor, mensagem, código, contexto, canal e destinatário), cada um associado a uma função da linguagem (emotiva, poética, metalinguística, referencial, fática e conativa). Esse modelo estruturalista privilegia a interioridade da língua, ou seja, os aspectos formais e linguísticos do processo comunicativo, como a estrutura da mensagem e o código linguístico. O contexto, na visão de Jakobson, é limitado ao referente (o que a mensagem descreve) e não abrange fatores extralinguísticos, como as relações sociais, históricas ou ideológicas. O destinatário é visto como um decodificador passivo, que interpreta a mensagem com base no código compartilhado, e o sujeito (emissor ou receptor) não é problematizado em sua constituição histórica ou ideológica.

Influenciado pelo materialismo histórico de Marx, pela teoria da ideologia de Althusser e pela psicanálise de Lacan, Pêcheux (1997) deslocou o foco da estrutura linguística para a materialidade discursiva, que é atravessada por condições

históricas, ideológicas e subjetivas. Na Análise materialista do Discurso, o discurso é uma prática material que produz sentidos e sujeitos em formações discursivas específicas. A noção de formações imaginárias refere-se, então, às representações que os sujeitos constroem sobre suas posições sociais e as do outro no processo discursivo, mediadas pela ideologia e pelas condições históricas.

Mas até que ponto Pêcheux (1997) retoma e abandona Jakobson? Esse autor retoma elementos do modelo de Jakobson, mas os reelabora sob uma perspectiva materialista, integrando-os à Análise do Discurso como prática social. Enquanto Jakobson propõe os elementos emissor, mensagem, código, contexto, canal e destinatário como fundamentais para a comunicação, estruturando a análise formal da linguagem com ênfase nas funções que cada um desempenha, Pêcheux (1997) retoma a concepção de que o discurso envolve sujeitos (enunciador e enunciatário) e um referente, mas redefine esses elementos em termos de relações enunciativas e formações discursivas.

Quando Pêcheux (1997) questiona as posições dos sujeitos (“Quem sou eu para lhe falar assim?”) e o papel do referente (“De que lhe falo assim?”), isso sugere uma apropriação crítica dos conceitos jakobsonianos de emissor, receptor e contexto. Pêcheux mantém a noção de que o discurso envolve sujeitos e um referente, mas acrescenta o extralinguístico, o ideológico e o histórico, rejeitando, portanto, a visão de Jakobson que limita o contexto a elementos linguísticos e propõe uma abordagem que considera as condições sócio-históricas e ideológicas como determinantes do processo discursivo.

Além disso, Pêcheux (1997) também considera a interação entre enunciador e enunciatário, mas problematiza a passividade do receptor. Ao destacar que os sujeitos constroem formações imaginárias sobre suas posições e as do outro, isso implica uma relação ativa e atravessada pela ideologia. Essas formações imaginárias são representações subjetivas das posições sociais ocupadas pelos sujeitos, influenciadas por fatores históricos e ideológicos.

Nesse sentido, a noção de formações imaginárias rejeita a visão jakobsoniana de que a comunicação é uma troca de mensagens codificadas, propondo que os sujeitos constroem representações subjetivas de suas posições sociais, mediadas

pela ideologia, no processo discursivo. Outrossim, o autor retoma o conceito de referente, mas o amplia para incluir a situação discursiva, que abrange as condições históricas, sociais e ideológicas. Quando Pêcheux (1997) pergunta “De que lhe falo assim?” e “De que ele me fala assim?”, destaca que o referente é mediado pelas perspectivas dos sujeitos e pelas formações imaginárias que constroem.

Além disso, Pêcheux (1997) rompe com a passividade do receptor, enfatizando que tanto o enunciador quanto o enunciatário são sujeitos ativos, constituídos pelas formações discursivas e pelas formações imaginárias. Ao questionar as posições dos sujeitos (“Quem sou eu para lhe falar assim?”) e suas antecipações imaginárias sobre o outro e o referente, Pêcheux destaca que essas representações são moldadas por relações sociais e ideológicas. O autor incorpora os fatores extralinguísticos (sujeito, história, ideologia) como centrais à produção de sentido. Pêcheux (1997) também enfatiza que as relações sociais entre os sujeitos e suas representações imaginárias sobre o referente moldam o discurso. As formações imaginárias são representações subjetivas das posições sociais dos sujeitos, que emergem das condições históricas e ideológicas das formações discursivas.

O termo “situação”, usado com relação sinonímica a condições de produção, foi retomado na crítica de Courtine (2009, 47) a Harris, para quem

o termo “situação” correlacionado ao termo “discurso” quando se trata de considerar somente as frases de um único discurso contínuo, ou seja, aquelas que foram pronunciadas ou escritas umas após as outras, por uma ou várias pessoas, em uma única “situação”, ou ainda quando se trata de determinar a correlação entre as características individuais de um enunciado e “as particularidades de personalidade que provém da experiência do indivíduo em situações interpessoais condicionadas socialmente” (Harris, 1969, p. 10).

Numa concepção restrita ao texto ou aos elementos inerentemente linguísticos, Harris considera que o termo situação ganha conotação de contexto imediato e nessa concepção as frases que compõem um discurso são produzidas em uma única situação. Porém, Courtine (2009) entende que a noção de “situação” avança para além do texto, ao afirmar que “as particularidades de personalidade [...] provém da experiência do indivíduo em situações interpessoais condicionadas socialmente” (p. 46), o que leva a perceber que a expressão em destaque é por ele compreendida como um contexto mais amplo, que inclui a experiência do sujeito em situações

interpessoais determinadas socialmente. Isso significa que fatores sócio-históricos, ideológicos e interpessoais são elementos intrínsecos à noção de “situação” ou de condições de produção do discurso, nos termos de Courtine.

É perceptível a oscilação conceitual de Harris (1969), retomada na crítica de Courtine (2009, p.46), pois Harris não define a correlação exata do que vem a ser “situação”, em uma noção imediata da linguagem e sua relação com “as particularidades condicionadas socialmente” (p.10) e a “experiência individual”. Courtine, para tanto, isso não é possível sem considerar os elementos exteriores à língua, e não necessariamente ao discurso, isto é, a situação não deve ser vista como um elemento que está fora do discurso, mas como constitutivo a ele.

Desse modo, Courtine (2009) considera que as “particularidades condicionadas socialmente” e “experiências individuais” são elementos inerentes ao sujeito da enunciação e situação da enunciação, e não há como separar “sujeito” e “situação” da produção do discurso, porque esse sujeito se inscreve política, histórica e ideologicamente de um lugar social que marca essas “particularidades condicionadas socialmente” e as “experiências individuais”.

Para Courtine (2009, p. 49), a noção de condições de produção é dividida a partir da compreensão de dois aspectos, a definição *empírica* e a definição *teórica*: a primeira compreende o momento da enunciação e a definição teórica se confunde com a noção de formação discursiva, vinculada em especial aos trabalhos desenvolvidos por Michel Foucault. Por esta razão, Courtine (2009, p. 107) busca redefinir a noção de condições de produção do discurso, o que implica de igual modo na definição do *corpus discursivo*. O autor, então, elenca três objetivos a serem observados: a “operacionalização” do conceito de formação discursiva, pensado a partir das categorias de contradição e de processo; a redefinição da noção de condições de produção do discurso; e não menos importante, a “necessidade de formular uma concepção especificamente discursiva da constituição de um corpus”

O primeiro objetivo corresponde à identificação do contexto social, histórico e político em que o discurso foi produzido; o segundo, implica em analisar como o discurso se articula com as contradições e com os processos sociais presentes na formação discursiva; e, por último, estabelecer a relação entre as condições de

produção e as condições de formação do discurso. Nesse sentido, consideramos que essa abordagem enriquece a compreensão do discurso, fornecendo os dispositivos teóricos essenciais para explorar a complexa relação entre sujeito, discurso, sociedade e história. Isso implica que a compreensão do discurso envolve os fatores sócio-históricos em que os discursos são produzidos e interpretados dentro de determinada uma formação discursiva, possibilitando identificação, desidentificação e contraidentificação dos sujeitos com os diferentes discursos que circulam socialmente, tendo em conta os diversos domínios ideológicos.

Para Courtine (2009), os dispositivos teórico-analíticos, como discurso, sujeito, interdiscurso, intradiscurso e formação discursiva são mobilizados numa “relação vertical e estratificada onde se elabora o saber de uma formação discursiva” (p. 102), já numa dimensão do ponto vista horizontal, os elementos desse saber compreendem um formato linear, ao se tornarem objetos da enunciação.

A partir da concepção de Courtine (2009), segundo a qual os discursos são constituídos por condições sócio-históricas e ideológicas que envolvem sujeito e situação de enunciação, torna-se possível analisar materialidades discursivas que extrapolam o verbal, como é o caso das capas de revista. Desse modo, abre-se espaço para pensar como essas materialidades, atravessadas por formações discursivas específicas, desempenham papel estratégico na manutenção e circulação de ideologias dominantes na sociedade capitalista contemporânea.

2.2 O PAPEL DAS CAPAS DE REVISTA NA SOCIEDADE CAPITALISTA⁷

Tornou-se corriqueiro admitir que, na atualidade, as revistas desempenham papel importante na manutenção do *status quo* da sociedade capitalista, isso corrobora o pensamento de Ota (2011, p.11), para quem a “Veja se reveste de importância quando pensamos o espaço que a revista adquire em nossa sociedade”.

⁷ Embora nossa pesquisa esteja voltada para a revista VEJA e ISTOÉ, nessa subseção, tomaremos recortes de outras materialidades discursivas ou outras revistas além do recorte VEJA/ISTOÉ para fundamentar o papel que as revistas de maneira geral têm exercido na sociedade capitalista, considerando o discurso neoliberal.

Na mesma direção, Azevedo (2006, p.72) enfatiza a formação discursiva que as revistas assumem no discurso capitalista, quando ao colocarem “os principais problemas do país como: crescimento econômico, reforma tributária, taxa de juros, previdência e desemprego”, impõem a tecnologia e o neoliberalismo e dissimulam, “deliberadamente, a desigualdade social”.

Essa linha de pensamento é também sustentada por Voigt (2001 apud Silva, 2014, p.31) para quem, “a revista Veja está inserida numa tendência ideológica neoliberal”. Isso é confirmado por Schuster (2016), ao destacar que o respectivo periódico se constitui elemento essencial para sustentação do *status quo* do sistema capitalista, uma vez que, conforme a autora (2016, p.105), “ao que tudo indica, Joseph Schumpeter, economista austríaco e um dos profetas da teoria do desenvolvimento capitalista, tem em Veja uma grande aliada”.

Nesse sentido, refletir sobre esse lugar que as revistas lograram passou a ser de interesse para Análise materialista do Discurso, a exemplo de dissertações e teses de Pires (2018), Ota (2011), Rautenberg (2017), Amaral e Sousa (2019), Albuquerque e Melo (2017), Azevedo (2006), Assis (2010), Schuster (2016), Crescêncio (2012), as quais se debruçaram à análise dos discursos nesses semanários. Isso por considerar que as capas de revista, são mais do que simples elementos visuais, cuja noção seja de representação meramente de embelezar as publicações. Mais que isso, constituem-se peças estratégicas da comunicação midiática dominante, atuando como porta-vozes do discurso neoliberal por veicular discursos em suas capas, artigos, e propagandas que se inscrevem na formação discursiva capitalista e/ou neoliberal.

Uma simples observação em algumas das capas das principais revistas de maior circulação é capaz de demonstrar que, ao longo do tempo, tais materialidades passaram a ser percebidas como vitrines do consumo e da estética, reproduzindo um discurso que refletia/reflete as aspirações sociais dominantes, que aprofundam as desigualdades sociais, produzindo uma total anomia social. Através de imagens cuidadosamente selecionadas, textos persuasivos e escolha de personalidades, essas mídias promovem estilos de vida desejáveis e relacionam a felicidade e o sucesso ao acúmulo de bens materiais.

Quando refletimos sobre os efeitos de sentido e o silenciamento que as capas das revistas reproduzem, observamos que na política do silêncio⁸ impera o apagamento de um discurso que não quer se dizer, mas em se tratando do discurso neoliberal, há o efeito de evidência da posição ideológica assumida por diversas revistas, e isso faz com que a ideologia atue ao fazer parecer que os sentidos produzidos pelo discurso são óbvios ou inevitáveis, dissimulando as relações de dominação, conforme apontaremos a seguir:

Figura 1 - Revista Sábado⁹



Fonte: Revista Sábado – 12/02/2015

A revista Sábado, de circulação portuguesa, também lida por leitores brasileiros¹⁰, em sua edição de 12 de fevereiro de 2015, trouxe estampada em sua capa a imagem de Cristina Ferreira, apresentadora da televisão portuguesa, cujo programa tem foco na relação moda e negócio. A manchete trazida pela capa da revista versa sobre a posição que a referida apresentadora ocupa no discurso do capital, a de mulher de negócios, “AQUELA MÁQUINA DE FAZER DINHEIRO”. Desse

⁸ Noção a ser aprofundada mais adiante.

⁹ As capas analisadas nesta tese não seguem uma sequência cronológica, por ser uma decisão do autor na mobilização dos dispositivos analíticos.

¹⁰ O perfil do público leitor é composto por pessoas com faixa etária entre 30 e 55 anos, adultos pertencentes às classes média e alta. Esses leitores demonstram interesse por informação geral e temas da atualidade, como política, sociedade, cultura, esportes, lazer, entre outros.

modo, a revista reproduz no imaginário dos leitores, especialmente das leitoras, que se Cristina Ferreira pode, a mulher-leitora também pode. Como se trata de um semanário destinado a elite, vincula-se a um discurso que busca, sobretudo, a manutenção do *status quo* da classe dominante.

Mas, a referida revista silencia que “ser ‘mulher’ de negócios e de sucesso implica viver um drama constante, uma luta ininterrupta pela conquista de um espaço predominantemente masculino” (Souza, 2017, p.17). Ainda assim, o discurso do empreendedorismo constrói a figura da “mulher de negócios” como uma espécie de heroína capitalista, uma mulher capaz de transformar sofrimento em sucesso e adversidade em oportunidade, e que, para ocupar esse espaço em um sistema extremamente machista, essa mulher “[...] precisa mostrar seu valor e sua capacidade para empreender” (Souza, 2017, p.26), mas apaga toda condição de produção do discurso, naturalizando seus efeitos de sentido.

A autora argumenta ainda que o discurso empreendedorismo “relaciona mulheres às mercadorias, de modo tal que na linha da superação, elas precisam passar por condições familiares adversas antes de alcançar o êxito profissional” (Souza, 2017, p.34). Desse modo, a concepção de “máquina de fazer dinheiro”, segundo a autora, é compreendida como a mulher-mercadoria: sua história de vida é comercializada como um enredo inspirador, e sua trajetória é consumida como um produto do empreendedorismo neoliberal.

Além do exposto, a revista silenciou como e quais condições de produção e reprodução do capital estavam em funcionamento na formulação atribuída à referida apresentadora? Do ponto de vista de classe social, como se constituem os fundamentos da reprodução do capital e sua relação com as posições-sujeito no discurso dominante? Para avançar no entendimento dessas questões, trazemos as capas a seguir:

Figura 2 - Revista Superstar



Fonte: Revista Superstar – 2019

A Revista Superstar¹¹, de janeiro de 2019, filia-se ao discurso reproduzido na Revista Sábado, trazendo em sua capa duas chamadas, a primeira é “Adriana Borges – SEGREDO DO SUCESSO REVELADO”, e a segunda é “Gabriela Venâncio - ESTRELA DO UKULELE EM ASCENSÃO”. Assim, a revista contribui para a criação no imaginário de seus leitores (em sua maioria jovens), de que o segredo do sucesso de Adriana Borges (conhecida no mundo moda e dos estilistas) foi revelado, como se toda mulher pudesse alcançar esse lugar ocupado por ela e/ou dividir esse sucesso no chamado “Show Business”, e assim como Gabriela Venâncio musicista de ukulele ascendeu socialmente, toda mulher conseguiria também. Todavia, a exemplo do que apontamos anteriormente, aqui também são silenciadas as contradições sociais nas quais as suas leitoras estão inseridas.

Essa construção de valores e ideologias tipicamente capitalistas, reproduzida em capas de revistas de grande circulação, representa uma estratégia desenvolvida pelo capital para reforçar a dinâmica capitalista de produção e o apelo ao consumo incessante. Além disso, busca-se que seus leitores possam (via meritocracia) ascender a esses lugares sociais, bem como procuram fomentar a cultura do desejo

¹¹ A revista Superstar é uma publicação brasileira voltada para o universo da música, cultura pop, entretenimento e *lifestyle*. Ela foca principalmente em artistas, tendências e acontecimentos relevantes no cenário musical.

e da busca constante por novidades.

Nas figuras 01 e 02, observamos a presença de mulheres jovens, brancas, vestindo roupas pretas justas ao corpo, posicionadas com postura sensual, pernas cruzadas, parcialmente sentadas fora de um veículo. Essa configuração visual constrói uma erotização contida, porém notadamente proposital, que reforça uma feminilidade estereotipada. Trata-se de uma estética bastante enraizada no ideário ocidental de juventude, perfil esbelto e poder atrativo – critérios que funcionam como moeda de troca simbólica no imaginário social. Tanto a postura corporal quanto a escolha de vestuário operam como signos que indicam uma representação dessas mulheres como figuras desejáveis e, por extensão, como modelos de realização pessoal, alinhadas a uma visão que equipara ascensão social à apresentação estética e à sedução.

A arquitetura visual dialoga intensamente com o enunciado textual. O corpo parcialmente exposto, decorrente do movimento de sair do automóvel, funciona como uma metáfora icônica de uma revelação – como se o segredo fosse um véu que se levanta. Essa sugestão de sensualidade acaba por associar a ideia de trajetória feminina de êxito a valores estéticos e capacidade de excitação, reproduzindo estereótipos que historicamente limitam o reconhecimento da mulher a sua dimensão física. Assim, a imagem não apenas ilustra o conceito de “segredo”, como também produz um paradoxo: o próprio corpo feminino torna-se o segredo posto à mostra.

O gesto de emergir do carro – objeto que simboliza *status* e mobilidade social – ganha valor simbólica de revelação pública. A metáfora do automóvel como invólucro e da mulher como conteúdo alinhado à sua superfície se encaixa em uma dinâmica cultural que subentende o sucesso menos como resultado de habilidades intelectuais e mais como performance de visibilidade – um “mostrar-se”, um “sair do lugar” que se traduz em capital simbólico. Essa dinâmica produz sentido através de uma operação visual metonímica, em que partes da cena substituem o todo.

A relação entre texto e imagem evidencia-se de forma precisa: a frase “segredo do sucesso revelado” ganha concretude na cena em que a mulher se mostra ao abandonar o veículo. O êxito não é explicitado de maneira direta, mas insinuado por elementos fragmentados – postura corporal, acessórios de luxo, expressão confiante

– que atuam como representações metonímicas. Dessa forma, constrói-se uma noção de realização social através da exibição de fragmentos significativos da cena (aparência, *status* material, pose), permitindo ao espectador associar esses elementos a um conceito totalizante de mulher realizada. Trata-se de uma estratégia comum na linguagem midiática, que potencializa sentidos explorando signos visuais.

As expressões faciais determinadas dessas mulheres, voltadas diretamente para a câmera, atuam como interpelações ao espectador, simulando um convite – ou mesmo um desafio – para decifrar o "segredo" em questão. Esse olhar direto confronta estereótipos tradicionais de fragilidade feminina, apresentando uma figura de força e autoridade. No entanto, essa autoridade se manifesta ainda no interior de um discurso que a define como sedutora e esteticamente valorizada, ou seja, permanece contida em molduras discursivas pré-existentes sobre o feminino.

A seleção de mulheres jovens, brancas, atraentes e elegantemente vestidas transcende uma simples escolha estética. Pela perspectiva materialista da Análise do Discurso, essa construção expressa formações ideológicas dominantes sobre o feminino, sustentadas pelo interdiscurso, conforme Pêcheux (1988), enquanto um conjunto de memórias discursivas que socialmente definem o que significa “ser mulher” e “alcançar sucesso”.

Nesse contexto, as imagens reiteram sentidos já sedimentados, nos quais o corpo feminino é apropriado como valor simbólico e mercadoria, frequentemente reduzindo a identidade feminina a sua materialidade física. Essa representação é efeito de sujeitos constituídos por discursos do consumo, da beleza e da sexualidade, numa perspectiva masculina heteronormativa.

Ao relacionar o enunciado “segredo do sucesso revelado” à imagem da mulher emergindo do veículo, constrói-se uma cadeia discursiva que naturaliza o sucesso como algo visível, especialmente, quando corporificado. A relação metonímica persiste no triunfo se traduz em detalhes – sapatos de salto, automóvel de luxo, postura ousada e não como resultado de trajetórias complexas. A performance substitui a explicação.

Do ponto de vista materialista, a Análise do Discurso demonstra que esse “segredo” só adquire sentido dentro de uma formação discursiva neoliberal, na qual o

êxito é individualizado, visibilizado, consumido e performado – especialmente quando associado ao corpo feminino. Como já dito, noutra momento, é importante lembrar que o discurso é atravessado pela ideologia, manifestando-se concretamente pela linguagem e pelas imagens. Nesses suportes midiáticos, o corpo feminino surge como *locus* privilegiado de manifestação ideológica: como mercadoria, vitrine, objeto de desejo e símbolo de conquista. Isso ocorre porque esse corpo foi historicamente construído por discursos que operam essa redução da identidade à condição física.

Assim, o movimento de sair do carro, o vestido preto, as pernas cruzadas e o olhar direto são manifestações ideológicas que posicionam a mulher como “sujeito de êxito” dentro de uma racionalidade patriarcal e capitalista. Para ocupar esse lugar discursivo, exigem-se condições específicas: juventude, branquitude, sensualidade e elegância.

Na perspectiva da Análise materialista do Discurso, todo sujeito é interpelado pela ideologia e o olhar frontal das mulheres nas imagens produz uma ilusão de reversão dessa interpelação, de forma que, ao encarar a câmera, elas parecem assumir agência, desafiar normas, afirmar autonomia. Contudo, como a teoria pecheutiana alerta, essa autonomia é um efeito do próprio discurso, pois o sujeito feminino só se constitui nas condições de produção que o enquadram. Sua “ousadia” só existe enquanto responda aos códigos visuais exigidos – corpo modelado, cenário luxuoso, figurino apropriado.

Assim, é essencial considerar as condições de produção do discurso, visto que as imagens analisadas pertencem a capas de revistas de grande circulação, voltadas ao público em geral (ainda que privilegia um determinado segmento leitor, como dissemos antes), marcadas por discursos midiáticos, publicitários e de consumo. Essas formações atuam dentro de uma ideologia que consagra o êxito, o luxo e a visibilidade como parâmetros de validação social. Portanto, o discurso do sucesso (materializado no “segredo revelado”) não promove questionamentos críticos, mas reafirma sentidos estabilizados que ligam aparência e valor – particularmente no corpo feminino. O discurso não revela o segredo, ele o encena como espetáculo.

Essas representações são sintomas de formações ideológicas que produzem sentidos sobre o feminino, o triunfo e o corpo dentro de uma racionalidade neoliberal

e patriarcal. A sensualidade, o luxo e a estética não se limitam a escolhas editoriais, mas funcionam como manifestações sensíveis da ideologia que atravessa a linguagem e constitui os sujeitos. Nessa dinâmica, o “segredo do sucesso” não se descortina como verdade – ele se transforma em espetáculo, em metonímia visível de um discurso que se naturaliza.

A “cultura do desejo”, tal como evocada anteriormente, remete diretamente à lógica pulsional do capitalismo, que encontra sustentação na análise de Slavoj Žižek sobre o sintoma e a fantasia ideológica. Para Žižek (1999), a ideologia não atua simplesmente como um véu que encobre a realidade, mas como o próprio molde estruturador do real, ancorando o sujeito em uma rede simbólica que o interpela, muitas vezes, contra sua própria consciência. O que coaduna com o que Henry (1992, p. 169) defende, quando argumenta que “a relação do imaginário com o real no homem passa sempre pelo simbólico. Se é verdade que somos apenas corpo, esses corpos são atravessados pela linguagem”.

Nesse sentido, o homem não produz o “real” ou o “imaginário”, porque, para Henry (1992, p. 170), “tudo que se passa no registro do imaginário é assujeitado ao inconsciente. No indivíduo, isso pensa fora dele”, ou seja, o homem não é a origem nem do real, muito menos do imaginário. Assim, ainda conforme Henry (1992, p.170), o homem “é apenas o suporte de um sujeito do qual uma parte lhe é invisível para sempre e que só pode conhecer através de uma experiência intersubjetiva, que é necessariamente uma experiência de discurso”.

No capitalismo contemporâneo, essa “cultura do desejo” se constitui como um vetor da ideologia dominante, sustentando a constante produção de necessidades artificialmente induzidas. Žižek afirma que “o nível fundamental da ideologia, [...] não é de uma ilusão que mascare o verdadeiro estado de coisas, mas de uma fantasia (inconsciente) que estrutura nossa própria realidade social” (Žižek, 1999, p.63). A “cultura do desejo” se manifesta, então, como uma fantasia socialmente compartilhada, através da qual os sujeitos são levados a crer que a realização se dá pela incessante aquisição de mercadorias.

A “cultura do desejo” está, portanto, articulada ao que Žižek, em diálogo com Lacan (2007), denomina de mais-gozar (plus-de-jouir), o qual corresponde, em chave

psicanalítica, ao mais-valor marxista. Desse modo, “o gozo como tal só emerge nesse excedente, é constitutivamente um ‘excesso’” (Žižek, 1999, p.79). O capitalismo não apenas tolera esse excesso; ele o explora sistematicamente, promovendo uma incessante busca por um gozo sempre adiado. O desejo capitalista não busca satisfação, mas a manutenção do desejo em sua forma mais pura.

É nesse ponto que a fantasia ideológica se torna o mecanismo estruturador da “cultura do desejo”. Žižek recorda que, para Marx, os sujeitos agem como se acreditassem na realidade do dinheiro ou da mercadoria, mesmo que não acreditem literalmente em sua substância mágica. A ideologia, portanto, não está no saber, mas no fazer (Žižek, 1999, p.61). O sujeito se move no mundo como se o consumo conduzisse à realização, mesmo sabendo que tal promessa é ilusória. A capa da revista, nesse contexto, funciona como uma imagem fantasmática que sustenta essa crença performativa.

Uma revista de grande circulação, ao exibir símbolos de sucesso, riqueza e felicidade, participa da dinâmica da fantasia. Segundo Žižek, a fantasia ideológica estrutura a própria maneira de os indivíduos experimentarem a realidade (Žižek, 1999, p.63). Ao contemplar essas imagens, o sujeito não se limita a contemplá-las criticamente; ele se identifica com elas, projetando ali um imaginário de si mesmo. Na perspectiva de Henry (1992, p.169) esse imaginário “é originalmente marcado no canto do simbólico. E o que faz com que o desejo inconsciente seja irreduzível às necessidades e que a função do imaginário no homem não seja nunca totalmente adequada ao seu objeto”. Essa é a função do sintoma: condensar, em uma forma visível e socialmente legitimada, as contradições da ideologia que sustenta o modo de produção capitalista.

Essa saturação do desejo, promovida pela dinâmica midiática e publicitária, visa, ainda, apagar o núcleo traumático do Real que Žižek assinala como irrepresentável. Como o autor afirma, “o derradeiro esteio do que chamamos “realidade” é a fantasia, isso decididamente não deve ser entendido no sentido de que “a vida é apenas um sonho”, ou “o que chamamos de realidade é somente uma ilusão” (Žižek, 1999, p.73). Assim, o consumo torna-se um modo de escamotear a angústia provocada pelo vazio estrutural da subjetividade sob o capitalismo. O sujeito busca na

mercadoria o objeto que dará sentido à sua existência, mas o que encontra é apenas a repetição do vazio.

Conforme ensinado por Merton (1970), em sua teoria da anomia, mesmo que haja dissociação entre estrutura social e finalidade cultural, busca-se conseguir a satisfação do desejo de posse, não importando na reprodução do discurso capitalista, se isso vai se dar pelos meios legais ou não. Assim, essas capas impulsionam o desejo em obter os sonhos aspirados pela perspectiva dominante, alimentando o ciclo infinito de produção e reprodução do discurso capitalista.

As capas de revistas também são espaços de representação e construção de poder¹², embora esse poder, cujo usufruto é da camada social privilegiada, reproduzindo a luta de classe e o discurso do capital. Para tanto, figuras influentes e celebridades costumam estampar as capas das principais revistas, reforçando as hierarquias sociais e os padrões de prestígio e sucesso na sociedade capitalista. Tal dinâmica corrobora a consolidação das relações de poder existentes, capaz de influenciar como o leitor se identifica com personalidades políticas, empresariais, do mundo dos esportes, e do *show business*, que compõem o imaginário como modelos de excelência e representatividade de sucesso, conforme veremos abaixo:

Figura 3 - Revista Veja – fevereiro de 2001



Fonte: Revista VEJA - 2001

¹²No marxismo, o conceito de poder está intrinsecamente ligado às relações de classe e à estrutura econômica da sociedade. O poder não é visto como um atributo isolado, mas como expressão da dominação de uma classe sobre outra, especialmente da burguesia sobre o proletariado. Ele se manifesta por meio do controle dos meios de produção e do Estado, funcionando como instrumento de reprodução das condições materiais que sustentam a exploração capitalista.

O bom-mocismo de Luciano Huck, homem branco, judeu, heterossexual, ao lado de uma mulher branca, católica, cisgênero, é reproduzido pelo que se constitui como o topo da hierarquia social e racial, em que a “Reinvenção do Bom-Mocismo” é algo propriamente dos brancos, judeus/cristãos, hetero e bem-sucedidos financeiramente, sendo esse o modelo ideal de representação do melhor nível social da sociedade brasileira. Além disso, a noção de “bom-mocismo” trata-se de uma paráfrase de “homem de bem/de família”, produzindo o efeito de sentido pretendido por tal conceito.

Por sua vez, a suposição de que a primeira versão de “bom-mocismo” não é mais aceita como válida, há de se questionar quais as condições de produção que requisitam/determinam a sua “Reinvenção” para atender aos anseios atuais do “politicamente correto”, a exemplo da tolerância religiosa¹³ e do envolvimento com causas sociais. Mas, cabe questionar: quais critérios fundamentam a definição dessa nova versão de bom-moço para a sociedade brasileira contemporânea? O que levou o apresentador Luciano Huck a se reinventar para atender a sociedade atual?

A capa da revista VEJA, publicada em 8 de fevereiro de 2006, ao tematizar o casal de celebridades Angélica e Luciano Huck sob a manchete “A reinvenção do bom-mocismo”, constitui-se como uma materialidade discursiva representativa do funcionamento ideológico da mídia de grande circulação. Assim, análise permite compreender que todo dizer se estrutura por um silêncio constitutivo, sendo este uma parte integrante da produção de sentidos. Nesse caso, a positividade projetada pela imagem e pelo enunciado sustenta-se em silêncios do histórico de privilégios sociais, raciais e econômicos que possibilitam a inscrição do casal como modelo de referência. Esse silêncio, entretanto, não corresponde a uma ausência, mas opera como elemento constitutivo do discurso, sustentando a coerência interna da enunciação e a

¹³ Apaga-se a ideia de que a tolerância religiosa aceita a diversidade religiosa de forma superficial, mantendo narrativas dominantes que associam o cristianismo a Deus e outras religiões ao diabo, o que resulta no apagamento ou silenciamento de vozes minoritárias. Por sua vez, a convivência religiosa promove o diálogo inter-religioso, dando espaço a múltiplas vozes, porém ainda opera dentro de formações discursivas que podem limitar a igualdade plena, indo além de apenas suportar outras vertentes religiosas.

ilusão de transparência do sentido (Pêcheux, 1990; Orlandi, 2007).

Além do silêncio necessário ao funcionamento discursivo, observa-se na referida materialidade a operação de um “gesto de silenciamento”, tal como conceituado por Carmo (2003), enquanto um processo ideológico de interdição de sujeitos e sentidos no espaço do dizível. A noção de “bom-mocismo” – ancorada em uma memória discursiva que remete à moralidade cristã, à branquitude, à heteronormatividade e à harmonia apolítica – é reinscrita como celebração, ocultando qualquer conflito social ou disputa de sentido.

Como Della-Silva (2015) destaca, o silenciamento ocorre também pelo apagamento de enunciados que não circulam, pois não encontram lugar nas formações discursivas dominantes. Ao produzir uma imagem de perfeição adaptada ao “mundo politicamente correto”, a capa da revista silencia e também apaga a existência de sujeitos que não se encaixam nesse modelo: mulheres negras, casais homoafetivos, ativistas políticos e sujeitos periféricos. Esse apagamento impede que esses sujeitos sejam reconhecidos como possíveis lugares discursivos, reiterando a noção de uma lógica de produção do “impossível de dizer”.

Ao operar o apagamento do conflito por meio da afirmação de uma estética de neutralidade, a capa da VEJA exclui sujeitos e sentidos do discurso e contribui para a constituição de uma ordem simbólica que naturaliza os privilégios de classe e raça. A ideia de que o casal representa o ideal para um “mundo politicamente correto” funciona como um operador discursivo que dissimula a luta de classes e a racialização da cidadania brasileira. Nesse aspecto, o apagamento discursivo produzido por essa capa não se limita ao domínio da representação midiática, mas atravessa os processos de subjetivação e de constituição de identidades coletivas, funcionando como uma “tecnologia de poder”, nos termos de Foucault (1999a, p. 309).

Indursky (2023, p.9) afirma que

regime de repetibilidade das torções discursivas [...] produziam/produzem efeito de verdade, de tal forma que o falso se apresentava/apresenta como verdadeiro e o verdadeiro assumia/assume¹⁴ a aparência de falso. Deu-se, desse modo, um

¹⁴ Termos em itálico nessa citação é um gesto de leitura Indursky (2023).

processo de *massificação da ignorância* com vistas à manipulação da massa e da opinião pública (Indursky, 2023, p.9).

O gesto discursivo da revista VEJA antecipa, ainda, o reposicionamento político do casal Huck em anos posteriores, demonstrando que o discurso da revista não é isolado, mas parte de um acontecimento discursivo mais amplo. Tal acontecimento, conforme Pêcheux (1990) e Della-Silva (2008), é o ponto em que a memória discursiva e a ideologia se reconfiguram, produzindo efeitos de sentido que reatualizam posições-sujeito e reorganizam o campo de visibilidade política. A consagração midiática de figuras públicas sob a égide do “bom-mocismo” não é inocente: ela opera como antecipação simbólica de sua legitimação como sujeitos políticos, reforçando a lógica de apagamento das vozes dissonantes. Como efeito de sentido, esse processo ratifica a exclusão daqueles que historicamente ocupam posições de resistência ou ruptura.

O “bom-mocismo” se reinscreve como projeto político, atravessado por silenciamentos que ocultam a luta de classes, a racialização das estruturas sociais e a pluralidade de sujeitos no espaço público. Além disso, o silenciamento funciona como apagamento quando “o outro do discurso” é interditado e, portanto, não pode sequer ser imaginado como sujeito do dizer. Nesse gesto, não se trata apenas de silenciar conflitos ou diferenças, mas de impedir a emergência de outros sentidos possíveis sobre o que seria o “modelo ideal” de cidadania, família, influência ou engajamento público.

Desse modo, interessa considerar o que é silenciado nas capas de revistas, além do que está materializado na superfície do dizer. Entendemos que a análise do silenciamento discursivo nas capas de revistas se constitui elemento basilar para entender como a ideologia dominante interpela o sujeito, influenciando-se à identificação com a perspectiva capitalista e à filiação à determinada formação discursiva, apesar das contradições constitutivas no modo de produção capitalista e na sociedade brasileira contemporânea.

Figura 4 – Capas que expõem as contradições do sistema



Fonte: Veja; IstoÉ

Nessas capas, é possível identificar um funcionamento discursivo que coloca em tensão a ordem dominante, evidenciando contradições constitutivas do modo de produção capitalista — como a coexistência entre a fome e a superprodução de alimentos. A partir da Análise materialista do Discurso (Pêcheux, 1990; Orlandi, 1999), é possível o gesto de leitura de que tais representações não devem ser tomadas como simples manifestações de crítica social, mas como efeitos de sentido produzidos por formações discursivas em disputa, determinadas por condições ideológicas e históricas específicas.

Os enunciados visuais que compõem essas capas reiteram sentidos já estabilizados, e introduzem deslocamentos no tecido significante, instaurando gestos de resistência simbólica no interior do próprio discurso dominante. É nesse espaço contraditório — inscrito no aparelho ideológico da mídia — que se expressa a luta entre sentidos instituídos e aqueles que irrompem como falha, ruído ou desvio. Ao fazê-lo, tais imagens mobilizam uma memória discursiva que problematiza os modos como a desigualdade, o consumo e a exclusão social vêm sendo naturalizados na sociedade contemporânea.

A revista VEJA em sua edição de março de 2002, penúltimo ano do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, trouxe em sua capa a seguinte manchete: “Miséria – O grande desafio do Brasil”, com o subtítulo, “a pobreza extrema de 23

milhões de brasileiros é uma tragédia que não pode mais ser ignorada”. Na referida capa, a VEJA assume que, daquele momento em diante, a pobreza “não pode mais ser ignorado”. Desse modo, tem-se por pressuposto a ignorância/o silenciamento acerca da pobreza no país, embora se tratasse de “23 milhões de brasileiros”, o que apontava até que ponto a mídia dominante contribuiu para o silenciamento da miserabilidade brasileira.

A circulação da capa em questão ocorre em um momento de agravamento da crise econômica e social no Brasil, aprofundada pela pandemia da Covid-19. Esse cenário se caracteriza por um expressivo aumento da inflação — com destaque para os preços dos alimentos —, do desemprego e, como consequência direta, do crescimento da fome e da insegurança alimentar. Nesse contexto, a gestão do governo Jair Bolsonaro tornava-se alvo de severas críticas, especialmente no tocante à condução da pandemia e às políticas sociais, consideradas por amplos setores da sociedade como insuficientes ou ineficazes. Soma-se a isso a iminência do ano eleitoral de 2022, o que acirrava ainda mais os embates políticos e ideológicos no espaço público.

A capa da revista apresenta, de forma impactante, palavra FOME disposta em caixa alta e centralizada, cuja força visual é potencializada pelo contraste entre a cor vibrante e o fundo escuro. Tal escolha gráfica não apenas atrai o olhar, bem como intensifica a carga simbólica do termo ali inscrito: fome. Trata-se de uma estratégia discursiva que confere à palavra um estatuto de centralidade na leitura daquele momento histórico.

Sob a perspectiva materialista, a fome não é um mero indicador de escassez, mas sim a manifestação mais crua e violenta da falência de um sistema incapaz de assegurar o mínimo existencial a uma parcela significativa da população. Essa condição é reiterada pelo enunciado “UM PAÍS EM ESTADO DE BARBÁRIE”, que atua como efeito de evidência da miserabilidade social. Nas palavras do editor, o termo *barbárie* evoca um estado anterior à civilização, marcado pela regressão social, pela violência e pela ruptura com os pactos de humanidade, vinculando a realidade material da fome a uma interpretação de colapso ético e moral que transcende o campo econômico.

A abordagem da revista enfatiza, de maneira contundente, a responsabilização política pelo agravamento da fome no país. O fenômeno não é interpretado como resultado de forças impessoais do mercado ou como uma tragédia inevitável decorrente da pandemia, mas sim como produto de uma ação política deliberada. O enunciado de maior destaque aponta diretamente para Bolsonaro, ao afirmar que ele “pratica uma abjeta política de extermínio de pobres e condena o Brasil ao seu maior ciclo de miséria e sofrimento desde o século passado”. A escolha dos adjetivos — “abjeta”, “desprezível”, “extermínio de pobre”, conferindo à política social adotada o estatuto de violência institucionalizada. A referência temporal ao “século passado” intensifica a gravidade do diagnóstico, posicionando o atual momento como um retrocesso histórico de grandes proporções.

Crise ou a situação de desgoverno é reforçada por dados alarmantes e por imagens de desespero: a afirmação de que “cerca de 20 milhões de pessoas no País estão famintas, buscando o que comer entre restos...” e a chamada “Desespero: Em Fortaleza, a falta de alimento leva seres humanos a disputarem comida com os ratos em meio ao lixo” operam como dispositivos enunciativos que interpelam o leitor, provocando um efeito de choque. Nesse sentido, a revista não apenas informa, mas convoca o sujeito a posicionar-se diante do que é apresentado como uma emergência humanitária e civilizatória.

Noutros termos, diríamos que a capa da revista ISTOÉ sobre a fome configura-se como uma exposição jornalística da pobreza, e como um gesto discursivo marcado pela força política e ideológica. Nesse recorte, a extrema condição da fome é articulada a uma leitura que a interpreta como fruto de uma política intencional de “extermínio” e “barbárie”, responsabilizando diretamente o então presidente Jair Bolsonaro.

Tal condição coaduna com o gesto de leitura sobre fotografia empreendido por Mariani, Medeiros e Beliel (2011, p.115), para quem “a fotografia o jornal é atravessada por discursividades distintas e, para além de tornar uma determinada imagem visível, ela é engendrada na historicidade - com suas marcas de silenciamento, autoritarismo, polêmica, implícitos, disputa, aliança etc.”, uma vez que o discurso que a imagem na capa da ISTOÉ (figura 4) constrói, é o efeito de objetividade ao se apresentar como representação da realidade, ao mesmo tempo em

que apaga as marcas de sua própria produção e das interpretações que sustentam o que é dado a ver como fato. Para Mariani, Medeiros e Beliel (2011, p.113), a seleção da imagem “joga com a ilusão de estar colada a um referente, produzindo assim o efeito testemunha, de “prova irrefutável”.

Nesse sentido, concordamos com os autores quando, ao tratarem da imagem, afirmam que ela é inserida em um cenário material específico — crise econômica, pandemia, período pré-eleitoral e posicionamento crítico da publicação —, a capa recorre a estratégias lexicais e visuais para romper com a naturalização da fome, conferindo-lhe um sentido altamente politizado e inscrevendo-a em uma narrativa de deslegitimação do governo. O discurso, entendido aqui como prática material, atua na produção de efeitos de sentido sobre a realidade social e as dinâmicas de poder, revelando a indissociabilidade entre as condições concretas de existência e as formas simbólicas e ideológicas por meio das quais essas condições de produção do discurso nessas revistas são significadas e disputadas.

2.3 DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DAS REVISTAS VEJA E ISTOÉ

A trajetória da imprensa no Brasil acompanha, de modo constitutivo, o processo de consolidação do capitalismo, refletindo as transformações estruturais da sociedade em suas determinações econômicas, políticas e ideológicas. Desde o século XIX, com a instalação da Imprensa Régia, o impresso passa a integrar os dispositivos de Estado que regulam a circulação de sentidos, sob controle da Coroa. Essa história, no entanto, não se constitui de modo linear, mas atravessada pelas condições de produção amplas que delimitam o que pode ou não ser dito em um determinado momento histórico.

Nos anos 1950, a formação de uma sociedade urbano-industrial no Brasil, concentrada em regiões como São Paulo e Rio de Janeiro, altera profundamente as condições sociais de produção discursiva. A emergência de novos sujeitos – trabalhadores urbanos, técnicos, empresários – reorganiza o espaço simbólico e

possibilita o aparecimento de práticas discursivas específicas, como as revistas semanais. Estas passam a operar como instâncias que traduzem os conflitos sociais sob formas discursivamente estabilizadas, dirigidas à classe média em constituição, em consonância com os efeitos do neoliberalismo emergente.

Nesse contexto, a modernização editorial da imprensa não é apenas técnica, mas efeito direto das condições ideológicas de produção. A adoção de modelos estrangeiros, especialmente estadunidenses, implica mais do que um processo de imitação, pois se constitui como resultado da inserção do Brasil em uma nova ordem mundial do capital. Desse modo, a produção de sentidos responde às condições de produção discursiva que operam na base material da sociedade. Ao organizarem o visível e o dizível, as revistas produzem e reproduzem imaginários sociais que reforçam os valores do capital sob a aparência da neutralidade jornalística.

As novas sociabilidades geradas pela urbanização e pelo consumo de massa exigem dispositivos midiáticos capazes de interpelar sujeitos em sua cotidianidade. Revistas segmentadas por gênero, faixa etária ou interesse refletem demandas sociais, como também funcionam como tecnologias ideológicas que regulam o reconhecimento dos sujeitos, oferecendo posições de sentido. Nesse sentido, o discurso da mídia participa da constituição dos sujeitos por meio da repetição de estruturas que naturalizam o modo de vida capitalista.

Nessa direção, a imprensa dos anos 1950 deve ser compreendida como atravessada pelas condições de produção amplas que articulam o político, o econômico e o ideológico. Sua materialidade não reside apenas no suporte gráfico, mas na inscrição em uma conjuntura histórica específica, marcada pela reorganização do capital no pós-guerra. A mídia não apenas reflete o social: ela o produz discursivamente, fazendo funcionar sentidos que estruturam a própria ideia de sociedade, progresso e identidade nacional.

A produção de sentidos nesta sociedade não é autônoma, individual ou neutra; ela é atravessada por formações discursivas, que por sua vez estão vinculadas a formações ideológicas inseridas em formações sociais historicamente determinadas. É nesse quadro que se inscreve a noção de condições amplas de produção do discurso, fundamental para compreender a circulação e a fixação de sentidos na mídia

contemporânea.

Para entender como a mídia molda nossa visão do mundo, é preciso considerar as condições amplas de produção do discurso, enquanto um conjunto de regras e influências ideológicas, econômicas e históricas que definem o que pode ser dito e como os discursos funcionam. Na mídia, essas condições refletem a dinâmica do capitalismo neoliberal, que afeta não só a economia, como também o modo como nos vemos, como compartilhamos conhecimento e como estabelecemos o que é verdade.

Nesse cenário, a mídia atua como Aparelho Ideológico do Estado (Althusser, 1985), contribuindo para manter as estruturas sociais existentes ao produzir e controlar os sentidos que circulam. A mídia informa e também define quem somos, silencia algumas vozes e legitima outras. Nesse sentido, a ideia de que a mídia é neutra não se sustenta, uma vez que compreendemos que os discursos midiáticos são atravessados por disputas de sentidos ou gestos de leitura e por uma seleção do dizível que responde a interesses políticos e econômicos localizados.

Convém, então, destacar que o discurso neoliberal vai além de uma materialização de política econômica, pois molda a relação entre sujeito de direito e o Estado, entre o público e o privado, e entre o discurso e a realidade. Além disso, transforma o sujeito de direito em “empreendedor de si mesmo”, isso porque desloca a “questão social”¹⁵ para o âmbito individual e naturaliza a dinâmica do mercado como um princípio fundamental da vida. Assim, o neoliberalismo gerencia e cria indivíduos que se encaixam em suas exigências.

Nesse contexto, a mídia se constitui como uma ferramenta de “governo” dos indivíduos. As imagens nas capas de revistas, por exemplo, criam uma sensação de verdade e objetividade, como dito anteriormente, silenciando o processo de opressão/exploração e reforçando o que Orlandi chama de “política do silêncio”. Para além de silenciar vozes, essa política também organiza o que pode e o que não pode ser dito, e visto.

Embora os veículos de comunicação, como as revistas VEJA e ISTOÉ aumentem a visibilidade pública, isso não significa necessariamente uma

¹⁵ Nos termos definidos por José Paulo Netto.

democratização do discurso. Pelo contrário, a mídia tende produzir um discurso hegemônico de classe, fortalecendo as posições dominantes e dificultando o surgimento de perspectivas alternativas.

A partir dos pressupostos apresentados, mobilizamos os dispositivos teóricos para pensarmos os discursos materializados nas capas das Revistas VEJA e ISTOÉ, enquanto materializações de formações discursivas específicas, ou seja, como representações de diferentes conjuntos de noções e valores em disputa na sociedade capitalista. Através das análises discursivas, podemos identificar as contradições e os processos sociais presentes em cada formação discursiva. Nessa perspectiva, as capas das revistas não são apenas produtos de um contexto específico, mas também contribuem para a construção desse contexto. Assim, podemos considerar as relações de poder e os interesses que estão em funcionamento na produção do discurso.

As capas das revistas foram selecionadas para possibilitar a análise das relações entre os diferentes elementos discursivos e as condições de produção em que foram produzidos. Mas para tal seleção, conforme Courtine (2009, p. 107), é preciso “determinar a escolha de uma sequência discursiva como ponto de referência, a partir do qual o conjunto dos elementos do corpus receberá sua organização”. Nesse aspecto, foi preciso formular alguns questionamentos, tais como:

- . *Sujeito na enunciação*: quem é o sujeito discursivo editorial? Qual a posição-sujeito e formações discursivas e ideológicas nas quais as capas se inscrevem?
- . *Situação de enunciação*: quais as condições de produção do discurso? Quais acontecimentos históricos, jornalísticos e/ou discursivos estavam em curso?); e
- . *Circunstâncias da enunciação*: qual o papel do sujeito-leitor para a revista?

Tais questionamentos, por sua vez, possibilitarão determinar uma sequência discursiva da referência, a ideologia dominante, os valores e crenças defendidos/negados, outras formações discursivas que se contrapõem à formação discursiva da referência da revista, como as contradições se manifestam na capa, bem como os *processos discursivos* (como a formação discursiva da referência da revista se forma, se reproduz e se transforma ao longo do tempo e como isso se reflete nas

capas publicadas).

Para Courtine (2009, p. 107), a sequência discursiva de referência determina as condições (imediatas) de produção do discurso, visto que é a sequência, tomada como referência para determinado discurso, elemento basilar para a constituição das condições de produção desse discurso. Nesse aspecto, o discurso não surge do acaso, mas das condições que foram estabelecidas pelas sequências de referência.

Para demonstrar esse funcionamento, observamos na edição nº 2874 da VEJA, de 05 de janeiro de 2024, a manchete: “NÃO FOI BADERNA. FOI GOLPE”, tomando uma expressão utilizada pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, em entrevista dada à respectiva revista. Interessa considerar que o modo como a revista mobiliza esse enunciado consiste em uma tentativa de se isentar do respectivo enunciado, como a estratégia discursiva do uso de aspas no enunciado proferido pelo ministro, enquanto um dizer que, necessariamente, pode não representar o pensamento da revista.

Figura 5 – VEJA - janeiro de 2024



Fonte VEJA, 05/01/2024.

Enquanto materialidade simbólica atravessada por relações de sentido e de poder, a linguagem se constitui como espaço privilegiado para o funcionamento da ideologia. Desse modo, a análise permite compreender a constituição dos sentidos como efeitos de posições ideológicas determinadas, marcadas historicamente. A partir dessa abordagem, propõe-se uma leitura discursiva da capa da revista VEJA, edição de 5 de janeiro de 2024, cujo destaque é a imagem do ministro do Supremo Tribunal

Federal, Alexandre de Moraes, acompanhada do enunciado “Não foi baderna. Foi golpe”.

A escolha tanto da revista em si, quanto do recorte em análise se justifica não apenas por sua circulação ampla em meio jornalístico e digital, como também por sua pertinência enquanto materialidade discursiva que condensa um conjunto de efeitos de sentido em disputa na cena política brasileira, especialmente no contexto dos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023. Os atos de invasão às sedes dos Três Poderes, levados a cabo por grupos extremistas, foram nomeados por diversos atores políticos e midiáticos de modos diversos: enquanto certos discursos, especialmente a do editorial, buscaram qualificar como protestos desorganizados ou “baderna” reproduzindo deslizamento de sentido de “balburdia” termo muito usado pelo ministério da educação da extrema-direita, durante o regime fascista bolsonarista, há outros discursos significaram como tentativa de golpe de Estado.

Nesse cenário, a capa da revista atua como um gesto de interpretação que reinscreve sentidos no espaço público, mobilizando memórias discursivas e reposicionando sujeitos no jogo ideológico. A partir das contribuições de Pêcheux (1988, p.99), Indursky (2011, p.02) e Orlandi (1996, p.71), buscamos compreender como os mecanismos de funcionamento do pré-construído e do discurso transversal funcionam na constituição da cena enunciativa da capa, articulando o já-dito a novas formas de dizer e significar.

O enquadramento visual da figura do ministro, o uso de maiúsculas no enunciado de destaque, a presença de palavras como “baderna” e “golpe” e a menção à figura do ex-presidente Jair Bolsonaro integra uma rede de significações que não apenas interpreta os fatos, como também os reinscreve no espaço da memória discursiva, ativando efeitos de sentido que ultrapassam o aqui e agora da enunciação.

O uso do termo “baderna” para caracterizar os atos golpistas de 08 de janeiro de 2023 opera como um deslizamento de sentido em relação à “balbúrdia”, termo amplamente utilizado durante o governo Bolsonaro para desqualificar movimentos estudantis e protestos sociais. Ao retomar esse vocábulo para nomear atos de extrema-direita, há uma inversão perversa na cadeia de significação, que reposiciona o sujeito do desvio político.

Esse deslizamento demonstra o funcionamento ideológico da linguagem, na medida em que transfere ao campo simbólico do “outro” aquilo que antes era combatido como indisciplina. Assim, a “baderna” torna-se um sintoma discursivo da própria radicalização bolsonarista. Esse sintoma discursivo se apresenta como algo que “escapa” à coerência do discurso dominante, funcionando como ponto de emergência do que foi silenciado pela ideologia que lhe corresponde.

Conforme Pêcheux (1988), o discurso é sempre atravessado pelo interdiscurso, ou seja, pelo já-dito que circula socialmente e que constitui a base sobre a qual novos enunciados são produzidos. Um dos conceitos centrais nesse processo é o de pré-construído, definido como aquilo que “está sempre já lá”, isto é, os sentidos anteriores que são mobilizados, retomados e reinscritos em novas formulações discursivas.

Esse pré-construído pode operar de duas maneiras distintas: por meio do encaixe sintático, no qual o enunciado parece ser produzido pelo próprio sujeito, embora derive de formações discursivas anteriores; ou por meio do discurso transversal, em que o já-dito retorna de maneira metonímica, como um implícito que ressoa em outro discurso. Ao analisar os modos de inscrição da memória no discurso, Indursky (2011) reforça a concepção de que a linguagem é atravessada pela historicidade e que o sujeito é sempre atravessado pelo interdiscurso. Nesse quadro, a memória discursiva não é memória individual ou psicológica, mas efeito do funcionamento ideológico dos discursos na história.

É nesse ponto que a perspectiva materialista da Análise do Discurso se distancia de abordagens que tomam o enunciado como autônomo ou desvinculado das condições de produção. Conforme a autora, é pelo funcionamento da memória discursiva que os sentidos se estabilizam ou entram em conflito, sendo a cena enunciativa o espaço em que essas disputas emergem de modo material.

Orlandi (1996) também contribui para essa reflexão, ao afirmar que o discurso se constitui no entrecruzamento do simbólico com o histórico, e que a interpretação é sempre atravessada pelo ideológico. Desse modo, compreender um enunciado não é acessar seu sentido “original” ou “intencional”, mas posicionar-se em uma rede de sentidos possíveis, produzidos a partir de condições específicas de produção.

A interpretação, portanto, é sempre gesto de leitura, atravessado por filiações ideológicas que organizam o dizer. E, nesse horizonte, a leitura discursiva de materialidades como capas de revistas, especialmente aquelas que tratam de eventos politicamente marcados, exige atenção aos modos de inscrição da memória, à forma-sujeito que se interpela no discurso, às estratégias de nomeação e à articulação entre o verbal e o visual. Razão, por que, conforme Orlandi (1996), é possível postular que o texto é efeito de sentidos, mas também de silêncios, apagamentos e retomadas que se realizam em disputas pelo dizer.

Portanto, ao tomar a capa da revista VEJA como objeto de análise, observamos que ela funciona como uma materialidade discursiva, na qual são atualizados efeitos da memória, onde pré-construídos se reinscrevem e onde relações de sentido se estabelecem, em torno de práticas de nomeação, que para além de descrevem um fato, também o constroem discursivamente. Nesse gesto de nomear os acontecimentos de 8 de janeiro como “golpe” e não como “baderna”, ativam-se cadeias de sentidos que são produto de relações ideológicas historicamente determinadas.

Mobilizando esses pressupostos, voltamos à capa da edição nº 2874 da revista VEJA, de 5 de janeiro de 2024, na qual a figura do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes se apresenta em primeiro plano. Ele aparece sentado em uma cadeira *vermelha*, vestindo terno azul-escuro, camisa branca e gravata *vermelha*¹⁶, com expressão séria e olhar direto para a câmera. O fundo é composto por tons escuros em vermelho e marrom, sem elementos adicionais, o que contribui para destacar a figura central. A iluminação é frontal, reforçando os contornos da face e conferindo à imagem uma atmosfera de solenidade e autoridade.

A manchete ocupa a porção inferior da imagem, em letras brancas e caixa alta: “NÃO FOI BADERNA. FOI GOLPE”. Logo abaixo, em tipografia menor, o texto de apoio apresenta o conteúdo da entrevista: “Em entrevista à VEJA, o ministro Alexandre de Moraes fala sobre os momentos mais difíceis dos atos de 8 de janeiro,

¹⁶ Vermelho presente na gravata, na cadeira e no fundo avermelhado, conforme analisado por Orlandi (1999), poderia ser associada a uma posição política e ideológica de esquerda. No entanto, o ministro Alexandre de Moraes não pode ser considerado um representante da esquerda, uma vez que sua indicação foi feita pelo então presidente Michel Temer (golpista), além de sua trajetória político-ideológica anterior à nomeação como ministro do Supremo Tribunal Federal não se alinhar a essa corrente. No mundo jurídico, essa cor tem efeito de sentido de coragem, poder.

os planos que os extremistas tinham de prendê-lo e matá-lo, e o papel de líderes radicais (Jair Bolsonaro incluído) na incitação aos manifestantes”.

A materialidade dessa capa produz uma cena enunciativa marcada por tensões políticas e ideológicas. A imagem do ministro, em posição frontal e altiva, é carregada de sentidos que ultrapassam o visível. A postura corporal, com as mãos firmes sobre os braços da cadeira, remete a um sujeito posicionado na defesa da legalidade, da autoridade estatal e do regime democrático. A escolha da gravata vermelha pode ser lida como um marcador visual de força e decisão, evocando uma estética de poder e enfrentamento.

Desse modo, a inscrição do enunciado “NÃO FOI BADERNA. FOI GOLPE” opera discursivamente como um gesto de nomeação que disputa sentidos sobre os eventos de 8 de janeiro de 2023. Aqui, segundo a perspectiva de Pêcheux (1988) e retomada por Indursky (2011), temos a ativação de um pré-construído — o termo “golpe” — que remete a outros eventos históricos e discursos já estabilizados na memória social brasileira, como o golpe de 1964, entre outros episódios em que a democracia foi ameaçada. Assim, esse termo não é neutro, mas carrega uma rede de sentidos ideologicamente marcados que circulam no interdiscurso.

O uso da forma negativa “NÃO FOI BADERNA” também é significativo: nega-se um termo associado à desordem difusa, espontânea, popular, para afirmar “FOI GOLPE”, nomeação com forte carga institucional e jurídica. Essa negação seguida de afirmação funciona discursivamente como uma operação de distinção de sentidos, em que se estabelece um conflito semântico e ideológico. Como Orlandi (1996) afirma, o funcionamento do discurso está vinculado ao silenciamento de outras possibilidades de dizer, e nesse caso, o que se silencia é a tentativa de minimizar ou descaracterizar os eventos como meros atos de vandalismo.

O termo “baderna” aparece como um pré-construído — um já-dito que circulou nos discursos de agentes políticos e comunicadores para desqualificar os atos de 8 de janeiro, minimizando sua gravidade. Ao negar “baderna”, o discurso da capa incorpora o pré-construído e o ressignifica pela negação, apresentando-o como um discurso-outro que precisa ser combatido. O encaixe do termo negativo atua como uma ancoragem de sentido que reinscreve o interdiscurso no intradiscurso da revista. Do ponto de vista sintático, há um encaixe claro: “não foi [X], foi [Y]”, onde X = ‘baderna’ (pré-construído) e Y = ‘golpe’ (reconstrução categórica da significação).

Além disso, podemos observar a presença do discurso transverso, conforme desenvolvido por Pêcheux (1988), na maneira como se atualizam sentidos de “ameaça à democracia” ou “ruptura institucional”. Tais sentidos não estão explicitados diretamente na capa, mas ressoam nela como ecos de outros lugares discursivos — sejam eles jornalísticos, jurídicos ou políticos. A figura de Jair Bolsonaro funciona como índice dessa transversalidade discursiva: ela remete a uma cadeia de discursos que implicam o ex-presidente como agente de desestabilização, mesmo que não seja essa a tese diretamente defendida na capa.

O enunciado “NÃO FOI BADERNA. FOI GOLPE” reativa uma cadeia de sentidos históricos associados à ruptura democrática. O termo “golpe”, em especial, funciona como uma condensação de memórias discursivas vinculadas ao golpe militar de 1964, ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016 e a outras crises políticas nacionais. Assim, há uma atualização de sentidos que, conforme Indursky (2011), expressa o funcionamento da memória discursiva como aquilo que estrutura as condições de interpretação e significação dos enunciados no presente recorte.

A articulação negativa-positiva — negar “baderna” e afirmar “golpe” — implica a rejeição de uma leitura despolitizada dos acontecimentos, ao mesmo tempo em que insere a narrativa em um campo de disputa pela hegemonia dos sentidos históricos. Nesse funcionamento, observa-se o que Orlandi (1996) descreve como o apagamento de sentidos alternativos, pois, ao afirmar um significado (golpe), simultaneamente se silenciam outras possíveis interpretações (desordem, vandalismo, protesto espontâneo).

Partindo desses enunciados, observamos como fatores sócio-históricos exercem forte influência no discurso. Considerando que a VEJA é conhecida por sua abordagem editorial conservadora, a estratégia de aspear a manchete possibilita se eximir da noção de que aquele discurso representa a linha de pensamento do editorial ou do grupo que a compõe.

Partindo do ponto de vista da pontuação, cabe considerar que para Orlandi (2005, p. 111), a pontuação oferece muitos elementos que emergem para interpretação desse tipo de ideologia. Isso porque a pontuação se constitui o “lugar em que o sujeito trabalha seus pontos de subjetivação o modo como ele interpreta” (Orlandi, 2005, p. 110). Esses elementos, produzem “marcas [...] consideradas como

manifestação da incompletude da linguagem, fazendo intervir em sua análise tanto o sujeito como o sentido” (Orlandi, 2005, p.110).

Além disso, Orlandi (2005, p. 111) argumenta que “a pontuação denuncia o movimento contínuo do texto entre Unidade e Dispersão”, a paráfrase e a polissemia, o que segundo a autora permite refletir sobre “a repetição e os deslizamentos de sentidos, pelos efeitos metafóricos, transferências de sentidos”. Isso nos leva a entender que o texto vive *nesta tensão constante* entre fechar-se em uma unidade (para ser compreensível, para comunicar algo específico) e abrir-se à dispersão (porque a linguagem é inerentemente polissêmica, histórica e ideológica). Não é que o texto *seja* uno ou disperso, mas ele *se move* continuamente entre esses dois polos. O sentido está sempre "em processo", nunca totalmente acabado.

Nessa perspectiva, analisar um discurso considerando a questão da linguagem como elemento inerente à produção de discurso, inscrito em uma formação discursiva, é sobretudo, compreender a pontuação, levando-se em consideração não apenas a estrutura formal ou gramatical, mas deslocar do domínio da gramática (e da frase sintaticamente formada) para o domínio do discurso.

Esse deslocamento de interesse possibilita considerar que

tomando a pontuação como vestígio da textualização, pelo jogo da interpretação, nós observamos como o sujeito se articula a um discurso, como ele se inscreve em uma formação discursiva, com prometendo-se com uma certa filiação de sentidos, ao fazer certos gestos de interpretação, produzindo dessa maneira um texto específico, em seus limites aparentes (ou seja, imaginários) (Orlandi, 2005, p.113).

Sabemos que as escolhas editoriais tendem a dar destaque a escândalos políticos, corrupção e temas que geram polêmicas e geram vendas, o que se justificam pela importância do faturamento. Nesse sentido, a revista sofre influência em seu editorial para atender aos interesses comerciais e econômicos, deixando em *standby*, em determinadas condições históricas, os interesses político-ideológicos, que se refletem na abordagem da revista em uma certa filiação de sentidos.

Do ponto de vista do discurso, considerando o emprego da pontuação, especificamente o uso das aspas, Orlandi (2005, p.113, grifo nosso) defende que “as aspas, os parênteses, as notas de rodapé, organizam a memória, produzindo

legibilidade, uma relação regradada com os sentidos”. Noutros termos, a notação de determinados elementos de pontuação “serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação” Orlandi (2005, p.113).

Assim, tanto o uso das aspas (no caso desse uso na manchete em análise) bem como o próprio, dizer refletem as condições de produção do discurso da VEJA, visto que os efeitos de sentido produzidos pelo enunciado corroboram suscitam questões: Por que o ministro usou os termos *baderna* e *golpe*? Por que para afirmar o golpe foi preciso negar a “baderna”? Do ponto de vista jurídico, o que é *baderna* e o que é *golpe*? Circulando no discurso midiático, os termos *baderna* e *golpe* poderiam produzir outros sentidos?

A análise da sequência discursiva extraída da manchete da VEJA como reprodução de trecho da entrevista do ministro do STF, Alexandre de Moraes, e a posição ideológica no/do dizer, em relação aos eventos de 8 de janeiro de 2023, possibilita refletir sobre algumas implicações discursivas. A primeira diz respeito à construção de significados a partir da escolha linguística, que pode refletir apagamento ou silenciamento de um dizer.

No Brasil, o estudo do silêncio na perspectiva materialista da Análise do Discurso tem se fundamentado na teorização desenvolvida por Eni Orlandi, especialmente na obra *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* (1997). A partir do que anunciamos desde a introdução desta tese, cabe agora discorrer sobre o pensamento da autora acerca dos conceitos de silêncio e silenciamento.

Ao tratar sobre o silêncio, Orlandi (1997) propõe uma inversão em relação à visão tradicional, frequentemente associada ao evangelho de João (“no princípio, era o Verbo”). Para Orlandi, o ponto de partida da linguagem é o silêncio: “No início é o silêncio”. Essa afirmação constitui uma reorientação fundamental nos estudos da linguagem, pois reposiciona a compreensão do silêncio. Em vez de considerá-lo mera ausência ou vazio, a autora postula como elemento fundador e constitutivo da própria linguagem. Essa mudança é decisiva porque confere ao silêncio um papel ativo, intrinsecamente ligado à natureza incompleta da linguagem, elemento essencial para

a dinâmica e a produção de sentidos. Como Orlandi (1997, p.173) sintetiza de forma lapidar, “não se pode pensar o sentido sem silêncio”.

Assim, é precisamente essa dimensão silenciosa, que permeia e constitui a palavra, que viabiliza a dinâmica dos significados. Orlandi sugere que, sem o silêncio, os sentidos permaneceriam estagnados, fixos ou “a linguagem estabiliza o movimento dos sentidos. No silêncio, ao contrário, sentido e sujeito se movem largamente” Orlandi (1997, p.21). No silêncio, o sentido existe em potência (“é”), enquanto na linguagem ele se manifesta (“está”), sempre de forma situada. Essa manifestação é determinada pelas condições de produção do discurso e pela formação discursiva do sujeito, estando, conseqüentemente, aberta a variações, múltiplos efeitos de sentido e diferentes atos interpretativos.

A autora argumenta ainda que o silêncio carrega um sentido que escapa à precisão verbal. Tentar traduzir esse sentido integralmente em palavras já seria uma forma de interpretação, alterando sua natureza intrinsecamente silenciosa. Apesar dessa diferença fundamental, que posiciona o silêncio como portador de um sentido que resiste à fixidez verbal, silêncio e linguagem operam de maneira interconectada no processo de significação. O ato de falar, ao implicar a seleção de certas palavras e a exclusão de outras, expressa que essas escolhas nunca são neutras.

A linguagem é atravessada por fatores ideológicos, de modo que aquilo que não é dito (o silêncio) pode ser tão ou mais revelador das marcas ideológicas quanto o que é explicitamente verbalizado. Contudo, Orlandi postula a existência de uma esfera do silêncio – o “real” – que permaneceria radicalmente inacessível à linguagem e, portanto, para além do alcance ideológico. “O real da significação é o silêncio. E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede a essa: o silêncio é o real do discurso” (Orlandi, 1997, p. 29). Isso porque segundo a autora “o homem está “condenado” a significar. Com ou sem palavras” (Orlandi, 1997, p.29), noutros termos, mesmo quando não há palavras, o homem produz discurso. O que coaduna com a ideia de que a “linguagem é o excesso” (Orlandi, 1997, p.29).

Assim como o sentido, o silêncio não é um dado natural, mas algo produzido em condições de produção específicas, desempenhando um papel vital na

significação. Um exemplo histórico elucidativo, apontado por Orlandi, é o período da ditadura militar no Brasil, em que o silêncio adquiriu uma forte carga expressiva, sendo utilizado tanto como ferramenta de controle e opressão quanto como forma de resistência e ressignificação.

Orlandi (1997, p.53) aprofunda sua análise sobre o silêncio, distinguindo duas dimensões essenciais de sua operação na linguagem: seu papel como “silêncio fundante” e o que ela denomina “política do silêncio”. Primeiramente, o “silêncio fundante” refere-se à noção de que a própria linguagem emerge a partir dele. Antes de qualquer palavra, existe um fluxo contínuo de possibilidades de sentido – o silêncio –, e a linguagem atua justamente recortando, organizando e dando forma a esse potencial infinito. Ou seja, falar é, em sua origem, um ato de estruturação que opera sobre o silêncio preexistente.

Em segundo lugar, a “política do silêncio” aborda as formas como o silêncio opera nas relações sociais e discursivas, manifestando-se como poder. Orlandi a divide em duas modalidades principais: o silêncio constitutivo e o silenciamento. O silêncio constitutivo, por um lado, destaca que todo ato de fala é, inerentemente, também um ato de não-fala. Ao escolhermos o que dizer, inevitavelmente deixamos outras coisas por dizer. Portanto, qualquer enunciado carrega consigo os sentidos que foram silenciados no processo de sua formulação. Esse tipo de silêncio é intrínseco à própria estrutura da linguagem e do discurso.

O silenciamento, por outro lado, difere do silêncio constitutivo por ser uma ação deliberada de interdição ou censura. Trata-se de proibir a circulação de certos sentidos ou discursos, seja para os membros de uma determinada formação discursiva, seja para toda uma sociedade em um contexto histórico específico. É o que ocorre, por exemplo, quando uma formação discursiva é reprimida pelo poder, muitas vezes através da força.

Orlandi ilustra o silenciamento com o exemplo da formação discursiva comunista durante o regime militar no Brasil. Nesse contexto, observa-se um fenômeno complexo de silenciamento: ao mesmo tempo em que se tentava calar o discurso comunista, o próprio termo comunismo passou a ser usado de forma ampliada e pejorativa pelo regime. Críticas ao governo, mesmo que viessem de outras

formações ideológicas, eram frequentemente rotuladas como “comunistas” ou “subversivas”. O governo passou a tratar crítica, comunismo e subversão como sinônimos, aplicando essa classificação a qualquer forma de oposição, generalizando e estigmatizando a alteridade sob o rótulo daquilo que, ironicamente, se tentava silenciar.

Para Orlandi (2011, p.53), “há, pois, uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”, cabendo destacar que “essa situação corresponde a uma forma direta e sem sutilezas da política do silêncio, ou melhor, do silenciamento: se obriga a dizer “x” para não deixar dizer y” (Orlandi, 2011, p.81).

Em paráfrase ao pensamento da autora, a escolha linguística feita pelo ministro manifesta o interesse de construção de significados, razão pela qual a escolha dos termos “baderna” e “golpe” não apenas descreve os eventos, mas também atribui significados específicos a eles. Assim, “baderna” sugere desordem e caos, enquanto “golpe” implica em uma ação política mais séria e ameaçadora à Nação. Desse modo, a inscrição ideológica dos dois termos se dá em formações discursivas distintas, a primeira é do domínio jurídico, formação na qual um operador do direito¹⁷ se inscreve, enquanto a segunda, golpe, é formação discursiva da política, embora tais formações sejam de domínios distintos, há um profundo diálogo entre tais formações discursivas.

Isso porque, “quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação” (Orlandi, 1987, p. 26), diríamos, interdiscurso que se interligam para constituição de sentidos em uma formação discursiva. Esse lugar discursivo é, então, compreendido como “espaço de representações sociais, que é constitutivo da significação discursiva”, daí porque para a autora, “todo discurso nasce de outro discurso e reenvia a outro, por isso não se pode falar em um discurso, mas em estado de um processo discursivo, e esse estado deve ser compreendido como resultando de processos discursivos sedimentados, institucionalizados” (Orlandi, 1987, p.26).

Além dessa implicação, é possível refletir que o enunciado formulado pelo

¹⁷ Expressão usada para designar aqueles que atuam no campo do Direito.

ministro pode ser compreendido numa dimensão de relações de poder, uma vez que ao tipificar os acontecimentos de 08 de janeiro de 2023 como uma tentativa de golpe de Estado, o ministro Alexandre de Moraes está posicionando os acontecimentos como uma ameaça significativa à ordem democrática do país. Isso corrobora a noção de que o ministro se inscreve a partir de um discurso ideologicamente marcado pelos domínios jurídico e político, mas sobretudo no ideal de manutenção e proteção do Estado democrático de Direito, assim como reforça a autoridade do aparelho repressor Estado, nesse caso, a justiça, e com isso, deslegitimar a ação dos manifestantes e legitimar as prisões aos envolvidos no fatídico dia.

No caso em tela, a respectiva revista trata do tema dando a perceber que, mesmo sendo uma revista com viés de direita, e sendo o funesto dia o ápice de ações de grupos de extrema-direita, há um interesse do grupo que compõe a atinente mídia por vender e lucrar. Por sua vez, o resultado do 08 de janeiro de 2023 colocou os envolvidos no banco dos réus, por diversas acusações de delitos, dentre elas a de terrorismo. Todavia, mesmo pertencendo a um grupo que representa a mídia direitista, a VEJA se dispôs a publicar a matéria, procurando esquivar-se de implicações com o posicionamento do ministro Alexandre de Moraes.

Isso corrobora o pensamento de Courtine (2009, p.107) de que a sequência discursiva determina as condições de produção do discurso, e esse, então, determina o sujeito pela interpelação ideológica. Tal compreensão remonta ao pensamento de Pêcheux, conforme Orlandi (2012) nos lembra, de que “não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia” (p.17). Trata-se, portanto, de considerar que “a condição última da produção é a reprodução das condições da produção” (Gadet, Léon, Malidier e Plon, 1997, p.47).

Seguindo essa mesma linha analítica, a capa da ISTOÉ, edição de 10 de novembro de 2023, traz a chamada para uma matéria com elementos semióticos que reforçam o discurso neoliberal ao qual se filia. A foto da capa remonta a um grande apagão que aconteceu no dia 15 de agosto de 2023, às 08h31, numa manhã de terça-feira. O blecaute afetou todas as unidades da federação, exceto o estado de Roraima. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e o Ministério de Minas e Energia (MME), aconteceu uma falha no Sistema Interligado Nacional, acarretando o apagão.

Figura 6 – ISTOÉ – novembro de 2023



Fonte: ISTOÉ, 10/11/2023.

Jogo semiótico e sequência textual favorecem um efeito de sentido que produz a noção do caos no serviço oferecido. Para tanto, na imagem de uma rua a única luz que pode ser percebida é a do farol de um carro que vem na direção de três pessoas, cuja silhueta é percebida pelo contraste entre luz e sombra proporcionado pelo farol do veículo. A manchete “O CAOS DE UM SERVIÇO INEFICIENTE”, diferentemente da sequência analisada na VEJA (Figura 5), não vem aspeada, razão pela qual consideramos uma posição assumida pela revista, com relação ao *seu* dizer.

De acordo com Pêcheux (1997), a noção de esquecimento número 1 diz respeito à ilusão do sujeito ser a origem do dizer. No entanto, na prática discursiva, o que ocorre é a retomada de sentidos pré-existentes. Nesses termos, “o sujeito que produz linguagem também está reproduzido nela, acreditando ser a fonte exclusiva de seu discurso, quando, na realidade, retoma um sentido preexistente” (Orlandi, 1987, p. 26). Assim, essa ilusão de ser a fonte de determinado discurso pode ser desfeita se considerarmos que, para a produção de um sentido, este deve estar presente em uma formação discursiva determinada ideologicamente.

Na perspectiva dominante, a noção de que o Estado é sempre ineficiente no que se refere à geração de serviço, e incapaz de atender às demandas sociais, é de cunho neoliberal. A formulação de que o Estado é estruturalmente ineficiente para

prover serviços públicos e atender às demandas sociais não constitui uma evidência neutra nem uma verdade empírica, mas um efeito de sentido que se inscreve em uma formação discursiva neoliberal. Na Análise materialista do Discurso, compreende-se que todo dizer está atravessado pela ideologia e que os sentidos são produzidos em condições determinadas, de modo que a circulação da noção de ineficiência estatal deve ser analisada como um gesto de linguagem atravessado por relações de poder.

Em sua obra *As evidências do discurso neoliberal na mídia* (2020, p.07), Thierry Guilbert demonstra que o discurso neoliberal se estrutura por uma dinâmica de apoio em meios de comunicação que “agem para a naturalização de medidas impopulares” como “soluções necessárias” ou “reformas urgentes” para evitar um “mal pior” que busca apagar sua própria determinação ideológica. Ao analisar editoriais e artigos de opinião da imprensa francesa, o autor demonstra como se constrói, pela repetição e pela difusão em instâncias midiáticas, um efeito de evidência e naturalização, resultado dessa repetição insistente, ininterrupta, dominante. Nesse processo, discursos que atacam a atuação estatal são apresentados como racionalidades objetivas, quando, na verdade, constituem interpretações ideológicas orientadas à promoção de uma lógica de mercado.

A repetição de fórmulas como “a necessidade da reforma”, “os usuários feitos reféns”, “a exceção francesa”, “a flexibilidade do trabalho”, “os planos sociais”, “os encargos patronais”, “o déficit das contas públicas” ou ainda “o rombo da Previdência” ilustra a operação de apagamento das contradições constitutivas do discurso, instaurando um imaginário em que a intervenção do Estado é sempre vista como problema e nunca como solução. Guilbert observa que essas expressões “propõem uma determinada leitura do mundo” (Guilbert, 2020, p.14), marcada por uma visão que subordina o social ao econômico e silencia alternativas políticas. Tais operações de linguagem participam de uma racionalização discursiva que institui o mercado como medida universal da eficiência e da legitimidade.

Esse processo é intensamente reforçado pelo funcionamento da mídia como Aparelho Ideológico de Estado, conforme analisado por Souza da Silva (2015), ao examinar o funcionamento discursivo da revista *Veja*, demonstrando como a publicação atua na legitimação do neoliberalismo no Brasil por meio da desqualificação sistemática do Estado. Segundo a referida autora, a imprensa opera

como um agente discursivo que formula, organiza e dissemina sentidos neoliberais sobre o Estado, a economia e a vida social, nas palavras da autora, “a imprensa se constitui como sujeito para permitir sua ação partidária. Os grandes jornais e revistas se utilizam desse mecanismo para legitimar a sua ação, escondendo seu caráter partidário” (Souza da Silva, 2005, p.33). Nesse quadro, a crítica à ação estatal não é uma proposta de transformação, mas um instrumento de desmonte, cuja função é transferir à iniciativa privada a gestão da esfera pública.

Assim,

para buscar se legitimar, Veja dá impressão de verdade ao que não passa de uma posição em disputa, mas não quer que assim apareça. A busca de consenso leva a desqualificar aqueles que a ela se opõem, tornando sua posição “verdade absoluta”. Ela seleciona quem vai ouvir; em seguida, apresenta uma maioria de favoráveis às suas posições, de preferência nomes já conhecidos (ou que ela própria ajuda a divulgar); mostra alguns (também direcionados) opositores (sobretudo se há divergências inter-empresariais) (Souza da Silva (2005, p.256).

Ao refletirem sobre os discursos austeridade Guilbert, Lebaron e Peñafiel (2019) mostram que a ideologia neoliberal age por meio da imposição de normas econômicas que se disfarçam de neutralidade técnica. Os autores afirmam que “os discursos econômicos visam criar e/ou reconfigurar as representações coletivas [...] com o objetivo de estabelecer normas para as ações ou condutas de seus agentes”¹⁸ (Guilbert; Lebaron; Peñafiel, 2019, p.9), apontando como o neoliberalismo produz subjetividades marcadas pela responsabilização individual e pelo desprezo às formas coletivas de organização social, como o Estado. Nesse contexto, a austeridade aparece não como política deliberada, mas como consequência inevitável de uma racionalidade econômica naturalizada.

A eficácia desse discurso se dá não apenas pela sua presença em contextos tradicionais de hegemonia capitalista, como também por sua capacidade de infiltração em espaços aparentemente resistentes. É o que Mercier (2002) demonstra, ao analisar o funcionamento do ideal neoliberal em Cuba durante os anos 1990. Em sua análise, Mercier observa que o ideal neoliberal se generaliza como “o único princípio

¹⁸ Tradução nossa « les discours économique, ils visent à créer et/ou à reconfigurer les représentations collectives [...] dans le but d'établir des normes aux actions ou aux conduites de ses agents ».

organizador legítimo da vida humana”¹⁹ (Mercier, 2002, p.447), e sua difusão se dá não apenas por imposição, mas pela legitimação e internalização dos seus valores, mesmo em contextos de discurso socialista. A colonização discursiva operada pelo neoliberalismo torna-se visível na adoção de práticas que, embora justificadas pela sobrevivência do regime, acabam facilitando a incorporação de valores e representações neoliberais.

Assim, é possível compreender que a enunciação da ineficiência estatal constitui um gesto de linguagem marcado por operações ideológicas específicas, como a nominalização, o apagamento das condições de produção e a construção de efeitos de verdade. Para Guilbert, “o procedimento da nominalização permite fixar um sentido já lá, um sentido que precederia a tomada da palavra ou a formulação do jornalista como simples transmissores de informações” (Guilbert, 2020, p.54). Esse funcionamento linguístico assegura a circulação de enunciados que operam como dogmas, interditando a possibilidade de sentidos outros.

Ao funcionar pela imposição de evidências e pela desqualificação do contraditório, o discurso neoliberal redefine os parâmetros da ação política, deslocando o debate público para uma racionalidade tecnocrática, impermeável às disputas de sentido. Nesse contexto, a crítica ao Estado opera como um vetor de subjetivação neoliberal, constituindo sujeitos que se reconhecem na lógica do desempenho, da competição e da gestão de si. Como tal, a repetição da ideia de que o Estado é ineficiente não denuncia a falência das instituições, mas reafirma o domínio de um projeto de sociedade que visa eliminá-las como mediadoras da vida coletiva.

Esse discurso reproduzido pela ISTOÉ articula esses dizeres e os fatores sócio-históricos aos quais ele filia. Nesse sentido, não é possível pensar nas condições de produção do discurso como elemento secundário, mas constitutivo desse discurso. Assim, as formações discursivas se inscrevem em determinadas formações ideológicas, possibilitando determinar o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. Por esta razão, no percurso discursivo de uma formação discursiva para outra os sentidos das palavras deslizam a todo momento, reproduzindo efeitos diversos, em determinadas condições de produção.

¹⁹ Tradução nossa, "l'unique principe organisateur légitime de la vie humaine".

Para justificar a ineficiência do serviço público na geração de energia, sob a ideologia neoliberal, a ISTOÉ propõe a seguinte lide, abaixo da manchete principal: “Como a falta de Infraestrutura básica em um setor público estatal deixou a maior metrópole do País por cinco dias às escuras e colocou em xeque o programa de privatizações de concessionárias”. Desse modo, afirma-se que o serviço público não possui infraestrutura básica que dê conta da demanda, e que por essa razão o colapso energético deixou de atender a maior cidade brasileira por cinco dias. Todavia, a revista menciona que essa falta de estrutura trouxe um prejuízo maior por colocar em xeque a possibilidade de estatização do serviço de eletricidade, deixando em alerta as multinacionais, interessadas no setor, face à possibilidade de prejuízos na aquisição dessas estatais.

Tornou-se comum considerar que o discurso neoliberal sublima a utilidade/eficácia do setor privado na confrontação com o setor público. Quando a revista usa o enunciado “colocou em xeque o programa de privatizações de concessionárias”, a manchete tende a sugerir que a saída para imbróglios como o apagão seria a delegação desse encargo próprio do Estado para o setor privado. Ao fazer isso, a revista engendra uma identidade de rejeição para o que é feito no setor público, buscando enfraquecer a legitimidade do Estado em oferecer o serviço, trazendo a noção de ineficiência, e reforçando que a privatização seria a solução para melhorar a eficiência.

Assim, a manchete se inscreve na formação discursiva neoliberal, que defende a privatização de serviços públicos como forma de garantir a eficiência e a qualidade. Interessa observar que a manchete é produzida por um sujeito enunciativo que se coloca como um agente neutro e imparcial, mas que, como visto, está defendendo os interesses da classe dominante. Desse modo, é produzido o efeito de sentido de que o apagão foi causado pela ineficiência do serviço público, justificando a privatização das concessionárias de energia.

As implicações apontam o modo como a ISTOÉ está alinhada aos interesses da classe dominante e a manchete está direcionada a um público favorável à privatização (ou que precisa concordar com essa proposta). E não menos importante, a manchete contribui para a naturalização da privatização como solução para os problemas dos serviços públicos. Assim, a manchete demonstra como o discurso

neoliberal busca influenciar na opinião pública e na construção de políticas públicas. Ao vincular o apagão à ineficiência da prestação do serviço público, a revista corrobora a noção de que a privatização é a solução para os obstáculos dos serviços públicos.

O olhar analítico aponta o estabelecimento de elementos de saber que contribuem para o favorecimento do discurso neoliberal, isso porque entendemos que o discurso não é um acontecimento que se fecha em si mesmo, muito menos se constitui um evento que se submete tão-somente ao domínio privativo do sujeito do discurso. Assim, compreendemos que o dito significa ao lugar social daquilo que é dito e de quem disse, para quem se diz, em relação ao que já foi dito.

Quando analisamos as expressões “O CAOS DE UM SERVIÇO INEFICIENTE”, compreendemos que as escolhas linguísticas não se dão apenas para a formação de uma sentença deslocada de formações discursivas e ideológicas, visto que as noções de “CAOS” e de “INEFICIÊNCIA”, quando correlacionadas à noção de “SERVIÇO PÚBLICO” produzem efeitos de sentidos distintos, no processo de deslocamento por onde circulam.

O deslocamento de sentidos é explicado pela concepção de que “o sentido de uma palavra [...] não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (Pêcheux, 1997, p.160). Desse modo, “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”.

Logo, cabe entender que não há oposição entre a enunciação e o enunciado, entre o sistema linguístico e o discurso, sendo importante perceber como esses componentes são tomados na produção das formações discursivas constitutivas de determinadas condições de produção do discurso, o que acontece na sequência discursiva “NÃO FOI BADERNA. FOI GOLPE” (Figura 5).

Para Amaral,

quando, no processo de elaboração do discurso, um sujeito falante “escolher” uma palavra, nas possibilidades oferecidas pelo sistema lexical da língua, estará sendo orientado por um saber discursivo já sedimentado que faz parte de uma dada formação discursiva, na qual toma uma posição e responde às exigências do objeto do discurso [...].

Essas escolhas se realizam em função do seu querer-dizer, ou intuito discursivo, o que demarca a posição do sujeito do discurso (Amaral, 2005, p.85).

Essas escolhas se realizam, sobretudo, porque o ideológico não é algo necessariamente consciente, pelo contrário, ele reflete a “relação do sujeito com a língua e com história na constituição da sua materialidade” (Orlandi, 2007, p.40), tendo em conta que essa materialidade é o efeito ideológico conjunto da língua e da história na constituição do ser social. Para tanto, cabe destacar que sujeito, língua e história quando conjugados produzem as condições de produção do discurso, que por sua vez reflete a impressão do real por meio do imaginário constituído pelos efeitos ideológicos. Nessa perspectiva, “a ideologia, [...] é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários” (Orlandi, 2007, p.31).

Diríamos que não há relação inequívoca entre o mundo e a linguagem, entre as palavras e as coisas que ela nomeia, embora essa relação não seja necessariamente direta, por meio da palavra se constrói uma relação aparente, isso se dá devido ao imaginário. Nesse aspecto, a dimensão construída por meio do imaginário possibilita a menção direta com a realidade construída pelo discurso, o que, portanto, produz o efeito de evidência e a ilusão referencial.

Nesses termos, se fizermos um corte epistemológico e excluirmos a história na análise discursiva, haverá uma tendência a se perceber que o que resta da imagem criada pelo sujeito, ou da ilusão referencial, é uma noção de imagem pura da realidade, como se aprisionássemos os efeitos de sentidos e produzíssemos apenas um sentido para determinado enunciado. Assim, a história é indispensável para produzir imaginários discursivos capazes de transformações das relações sociais.

2.3.1 *Agenda-setting* e os processos de produção de sentido

A trajetória da imprensa reflete o próprio progresso da sociedade capitalista e, no Brasil, as revistas começaram a aparecer nos anos 1950, impulsionadas pela formação de uma sociedade urbana e industrial. Nesses periódicos, destaca-se a fusão entre jornalismo e entretenimento, com o objetivo de atrair um grande número de leitores e garantir seus lugares no ramo empresarial.

No tocante a esta pesquisa, consideramos que a análise das escolhas editoriais e do *agenda-setting* nas revistas Veja e ISTOÉ, duas das principais revistas semanais de informação do Brasil, envolve a compreensão de como essas publicações selecionam, destacam e abordam determinados temas e notícias. Com relação às escolhas editoriais, a revista VEJA é conhecida por sua abordagem editorial conservadora e crítica em relação aos governos de esquerda. Suas escolhas editoriais, muitas vezes, refletem uma perspectiva mais alinhada com noções econômicas liberais e políticas conservadoras. Tende a dar destaque a escândalos políticos, corrupção e temas que geram polêmicas, contribuindo para uma narrativa de denúncia e combate à corrupção.

De igual modo, a ISTOÉ tem tendência editorial relativamente conservadora, mas pode ser percebida como menos alinhada a uma única ideologia política. Suas escolhas editoriais podem ser mais abrangentes e diversificadas. Além disso, a ISTOÉ costuma explorar temas sociais, culturais e políticos, abordando questões que vão além da política partidária, como saúde, educação e comportamento.

Uma das razões de analisar os discursos presentes nas capas desses dois semanários foi pela proximidade e distanciamento de sua *agenda-setting*: A revista VEJA, muitas vezes, define a agenda política, colocando em destaque determinados temas que considera relevantes. Seus editoriais têm o poder de influenciar a opinião pública e moldar as discussões políticas. A cobertura intensa de escândalos políticos e casos de corrupção, por exemplo, pode estabelecer a agenda nacional, direcionando a atenção do público para essas questões. A ISTOÉ, de modo igual, desempenha um papel significativo no *agenda-setting*, embora sua abordagem possa ser mais ampla. Além disso, ao abordar uma variedade de tópicos, ISTOÉ pode influenciar a opinião pública em várias frentes, desde questões políticas até temas mais amplos relacionados à sociedade brasileira.

A hipótese do agendamento (ou *Agenda-setting theory*, no original, em inglês) foi formulada por Maxwell McCombs e Donald Shaw na década de 1970. Essa hipótese propõe a noção de que os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística (incluindo tanto meios impressos quanto eletrônicos). Assim, no *agenda-setting*, as notícias veiculadas na imprensa, se não necessariamente determinam o

que as pessoas pensam sobre um dado assunto, são bem-sucedidas em fazer com que o público pense e fale sobre um determinado assunto, e não sobre outros.

Nesse sentido, a teoria *agenda-setting* é uma metáfora, utilizando a noção simbólica de agenda, e se preocupa com a agenda dos meios de notícia e a agenda da sociedade, e como são colocadas as notícias em termos de conceitos e opiniões que tentam persuadir o público. Desde a primeira publicação, em 1972, esta hipótese foi sendo continuamente testada em diversos experimentos e pesquisas. A profusão dessas pesquisas foi estimulada por diversos ramos teóricos que se propuseram a complementar ou a refutar as bases teóricas da hipótese do agendamento.

Desse modo, as condições de produção do discurso de uma revista podem sofrer influências por diversos fatores, dentre os quais é possível considerar a *propriedade*, a *orientação editorial*, *ideologia adotada*, e não menos importantes as *pressões externas*. Nesse aspecto, há de convir que tanto a VEJA como a ISTOÉ sofrem influência na produção de seus discursos.

Assim, cabe considerar que a VEJA é propriedade do Grupo Abril, pertencente a Roberto Civita, grupo considerado uma das grandes empresas de comunicação no Brasil. No livro *Roberto Civita: o dono da banca*, o jornalista Carlos Maranhão considera que “Civita foi um empresário de sucesso, responsável por colocar os interesses econômicos acima dos valores deontológicos da profissão”. Nesse aspecto, é possível perceber que a propriedade do Grupo Abril exerce forte influência na orientação editorial, uma vez que a empresa tem interesses comerciais e ideológicos que se refletem na abordagem da revista. Ao longo do tempo, o Grupo Abril passou por desafios financeiros e mudanças estruturais, o que também pode afetar as decisões editoriais e a qualidade da produção jornalística.

Por sua vez, a ISTOÉ pertence ao Grupo Três, outra importante empresa de comunicação brasileira. Segundo Hermann (2019, p.41) no *site* da Editora Três, responsável por sua publicação, a ISTOÉ está descrita como uma revista que pratica um jornalismo crítico, plural, democrático e comprometido apenas com o leitor.

No que se refere às pressões externas, a depender do contexto político e social, e principalmente econômico, a VEJA pode ser mais suscetível a certas narrativas ou agendas, principalmente se tal posição influencia a captação de assinantes e a

circulação de seu produto, visto que a necessidade de atrair leitores e anunciantes pode moldar as escolhas editoriais e a forma como os tópicos são abordados. Tal sistemática aplica-se igualmente a ISTOÉ, que também está sujeita a influências externas, incluindo interesses políticos e econômicos. A dinâmica do mercado de mídia e a concorrência com outras publicações podem afetar as decisões editoriais.

Quanto às orientações do editorial e às posições ideológicas que assumem, bem como as formações discursivas nas quais se inscrevem, ambas as revistas assumem posições editoriais mais conservadoras, mas suas ênfases podem variar, entretanto, a revista ISTOÉ, tem posições mais progressistas que a VEJA, que tende a tomar posição pelo liberalismo econômico, favorecendo o ideal de políticas de mercado, privatizações e redução da intervenção estatal na economia, além de demonstrar forte inclinação a um conservadorismo social, principalmente no que se refere a questões sociais e culturais, defendendo valores tradicionais e criticando propostas progressistas. Já a ISTOÉ se alinha a um conservadorismo moderado, de modo que, vez por outra, é percebida como menos alinhada a uma ideologia política específica, mais inclinada politicamente ao centro, contraindicando-se com o discurso conservador.

Entretanto, em se tratando de problemáticas sociais, a ISTOÉ tende a tratar de uma diversidade bem maior que a VEJA, incluindo saúde, educação e bem-estar social. De certa forma, a ISTOÉ reflete uma preocupação com questões humanitárias, mas é preciso compreender que estas questões sempre variam de uma publicação para outra, a depender dos interesses em presença, embora a sua abordagem possa ser mais moderada em comparação à VEJA.

Sabemos que jornalistas, editores e outros profissionais da redação têm influência significativa nas condições de produção do discurso. Suas opiniões, valores e escolhas pessoais desempenham um papel na maneira como as notícias são moldadas e apresentadas, mas especialmente, considerando os interesses econômicos dos respectivos semanários.

3 DO SILÊNCIO AO INTERDITO: UM LUGAR DO SENTIDO E O ESPAÇO PARA O DISCURSO NAS CAPAS DA VEJA

Compreendemos que o discurso é constituído não somente pelo que se diz, como também pelo que não se diz, pelo que se proíbe dizer, pelo silêncio e silenciamento, pelo impossível de dizer e pelo que não pode ser totalmente simbolizado, pelo interdito, nos termos de Tfouni (2006). Conforme já apontamos,

no momento em que um discurso é instaurado, os outros se apagam, dando a impressão de que o discurso saiu do nada, ou de uma 'vontade do sujeito'. Fica a impressão de que é o sujeito quem escolhe o que quer dizer e o que quer silenciar (e chega a realizar o que escolheu) (Tfouni, 2006, p.127).

O autor destaca que a instauração de um discurso específico cria uma ilusão de origem autônoma e intencionalidade plena, por parte do sujeito falante. Assim, "os sujeitos acreditam que 'utilizam' seus discursos quando na verdade são seus 'servos' en sujeitados, seus 'suportes'" (Pêcheux, 1993, p.311). Nessa perspectiva, compreendemos que o funcionamento discursivo não se dá por uma escolha livre do sujeito, mas está atravessado por processos ideológicos que determinam "o que pode e deve ser dito" em determinadas condições de produção. Quando um discurso se estabiliza como dominante, ele o faz não por expressão autônoma de um sujeito soberano, mas pela articulação de formações discursivas que, ao se atualizarem, apagam a historicidade de sua constituição e efetuam o deslocamento e a exclusão de formações discursivas não dominantes no interior das condições de produção do discurso.

Desse modo, o apagamento de sentidos é efeito de mecanismos de censura e interdito que operam nas condições de produção, regulando quais sentidos podem circular e quais devem ser silenciados, interditados ou deslocados. Assim, a evidência do discurso dominante resulta de um processo de naturalização que mascara sua inscrição ideológica e as disputas de sentido de que é efeito.

Nesse sentido, há uma ilusão de escolha e de controle absoluto por parte do sujeito sobre o que é dito e o que é silenciado. Ao tratar de esquecimento n° 1 e

esquecimento nº 2, Pêcheux (1997) considera que esta impressão de autonomia esconde as forças sociais, culturais e ideológicas que moldam o discurso, daí o sujeito parece estar no controle. No entanto, suas escolhas são moldadas por um complexo sistema de interdições e permissões que regulam o campo do dizível e do silenciável.

Conforme Pêcheux (1993), o que determina aquilo que está no campo do dizível e/ou do silenciado são as suas condições de produção, ou seja, o sujeito histórico e materialmente constituído em relação com os discursos, bem como a sua posição face a esses discursos, tendo em conta que o discurso é determinado por fatores específicos que compõem essas condições de produção. Então, o sujeito não é uma entidade isolada ou abstrata, mas está situado dentro de um contexto histórico e material específico, composto pelos discursos que foram produzidos ao longo do tempo, que influenciam e moldam o que pode e deve ser dito, ou não.

Nesse contexto, as condições de produção do discurso devem ser compreendidas em sua dimensão ampla, articulando os processos históricos, ideológicos e sociais que atravessam a constituição dos discursos, não apenas enquanto posição empírica de um sujeito que determina seu dizer, nas circunstâncias da enunciação. Isso implica considerar uma rede complexa de influências que vão além da experiência individual imediata. Assim, compreendemos que o sujeito está imerso em discursos historicamente construídos, não havendo um dizer completamente independente ou original; todo dizer é, de alguma forma, uma reiteração ou transformação de discursos preexistentes.

Para Tfouni (2006, p.127), “a posição em que o sujeito se encontra não é vista por ele mesmo com transparência; o sujeito não vê necessariamente a realidade de sua posição”. Tal condição aponta para a falta de transparência na percepção do sujeito sobre a sua própria posição dentro da rede discursiva ou da formação discursiva em que ele se inscreve. O sujeito quase sempre está alheio às condições de produção do discurso que moldam o *seu* dizer e das limitações impostas por essas condições de produção.

Entendemos, no entanto, que os discursos *em mim* e *no outro*, a exemplo das imagens de (IB(A)), (IA(A)) e (IA(C)) conforme (Pêcheux, 1997), refletem e refratam o

entrecruzamento de um discurso atravessado pela Ideologia, pela História e pelo Inconsciente.

O entrecruzamento desses elementos - Ideologia, História e Inconsciente - no discurso é demonstrado quando analisamos como os sujeitos falantes e os grupos sociais expressam suas identidades e experiências. Desse modo, o que uma pessoa diz ou omite, as narrativas que privilegia ou marginaliza, reflete a imbricação desses três aspectos. Por exemplo, discursos sobre identidade nacional, gênero, classe social, ponto de vista político, ou eventos históricos são invariavelmente marcados por filiações ideológicas, memórias históricas e elementos inconscientes.

Assim, os discursos *em mim* e *no outro* não são meras trocas de informações ou opiniões isoladas, apagadas ou silenciadas. Eles são produtos de uma complexa intersecção de forças ideológicas, históricas e inconscientes, que moldam e são moldadas pelas condições de produção do discurso. Reconhecer esse entrecruzamento é fundamental para uma compreensão mais profunda da linguagem humana e das dinâmicas de poder e resistência que ela envolve e nas quais se constitui.

Em se tratando das condições de produção do discurso, Pêcheux (1997, p.82) afirma:

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.

Assim, os lugares que ocupamos na sociedade - quer seja como professor, estudante, trabalhador da fábrica, líder sindical ou cidadão comum, não são meros espaços físicos ou categorias abstratas. Eles são feixes de traços objetivos, carregados de histórias, valores e expectativas, que influenciam profundamente a nossa maneira de pensar, de agir e de comunicar. No entanto, para Pêcheux (1997), esses lugares não se manifestam de forma direta e literal no discurso. Eles são representados, transformados e reinterpretados através de uma complexa teia de

formações imaginárias.

Essas formações imaginárias consistem nas imagens que cada sujeito individual constrói sobre si mesmo e sobre os outros e em que discurso ou formação discursiva esse sujeito se inscreve. São as lentes através das quais o sujeito interpreta as ações, as palavras e os silêncios, buscando dar sentido ao mundo social que o cerca. Ao analisarmos as condições de produção do discurso, portanto, estamos identificando um jogo de posições entre os sujeitos nas formações discursivas nas quais eles inscrevem, bem como as formações ideológicas que os interpelam. Desse modo, cada indivíduo singular, consciente ou inconscientemente, busca se posicionar em relação ao outro, definindo seu próprio lugar e o lugar que atribui ao outro. Nesse sentido, ao identificarmos essas formações imaginárias, podemos também identificar as relações de poder e as ideologias que constituem o discurso.

Por sua vez, o interdito se constitui no entrelaçamento das relações de poder, e essas, por sua vez, possuem um caráter que transpõe a noção de proibitivo, restritivo, apontando para algo que diz o que não se pode fazer. Nessa perspectiva, o poder serve para organizar o que as pessoas podem fazer, sendo possível entender o interdito como um organizador da vida social, devendo-se considerar que a relação entre o interdito e a organização da vida social é complexa e multifacetada, com diferentes interpretações e nuances, dependendo das condições históricas de produção do discurso.

Sendo o interdito um mecanismo de organização social, este estabelece limites e regras que não apenas orientam, mas agem como um *restritor* de vontade²⁰, de forma que o sujeito, mesmo que deseje se comportar de maneira X, acaba se comportando de maneira Y, por exigência do interdito e das relações de poder. Desse modo, o sujeito se submete ao comportamento esperado e imposto pelas relações de poder e pelo interdito.

Imaginemos que em uma sociedade religiosa com um interdito que proíbe o

²⁰ Na perspectiva materialista da Análise do Discurso, "vontade" remete à intenção consciente do sujeito, enquanto "desejo" é estrutura inconsciente atravessada pela ideologia. "Poder" não é mero domínio externo, mas efeito das formações discursivas que regulam o dizer e o silêncio. Já "ideologia" não é falsa consciência, mas o processo material e simbólico que estrutura o real e posiciona os sujeitos. Assim, desejo e ideologia sustentam o poder, mesmo quando a vontade parece autônoma ou racional.

consumo de um determinado tipo de carne, como é por exemplo, da carne de porco na cultura judaica, seguida pelo apresentador Luciano Huck (Figura 3). A razão primeira dessa restrição se deu porque Moisés recebeu do Deus hebreu a ordenança de proibição de não consumir tal alimento. Nesse sentido, o interdito se dá por princípios religiosos. Entretanto, estudos posteriores mostraram que esse tipo de alimento traz alguns riscos para saúde, dentre eles, cisticercose, gorduras e colesterol, contaminação por organismos como *escherichia coli*, *salmonella*, *staphylococcus aureus* e *listeria monocytogenes*. Então, a partir desses novos elementos de saber, a proibição tornou-se uma recomendação de saúde pública.

Ao seguir o interdito, no momento contemporâneo, os judeus evitam conflitos internos religiosos e protegem a saúde coletiva, então mesmo que alguns judeus sintam vontade de consumir carne suína e seus derivados, não o farão, pois há em seu inconsciente elementos proibitivos que restringem e organizam seu comportamento social. Nesse caso, a interdição não é apenas *do fazer*, bem como *do dizer* também.

Para Tfouni (2006, p. 129), “as condições de produção interdizem que o sujeito produza algum discurso fora delas; restringem, para possibilitar, não todo, mas algum discurso”. Embora o interdito possa produzir o efeito negativo na circulação de determinados discursos, há, porém, discursos que fogem a esse controle. Se considerarmos que as condições de produção do discurso determinam o dizer, mesmo que a revelia do interdito, certas condições de produção impelem o sujeito a dizer algo que suspostamente se opõe ao seu inconsciente.

Isso coaduna com o pensamento de Orlandi (2007, p. 53), quando discorre que “como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito - ao dizer, ele estará, necessariamente, não dizendo ‘outros’ sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. *Dizer e silenciar (interditar)²¹ andam juntos*” (grifo nosso).

²¹ Acrescentamos.

3.1 REVISTA VEJA: PROCESSO DISCURSIVOS NA DITADURA MILITAR

A revista VEJA, originalmente elaborada pelo norte-americano Victor Civita e pelo italiano Mino Carta, circulou pela primeira vez em sua edição publicada em setembro de 1968, despontando como um acontecimento jornalístico, nos termos definidos por Dela-Silva (2015), que se transformaria em um dos maiores semanários do mundo e de maior relevância no campo jornalístico do país. Em seu primeiro editorial, a VEJA se propôs a ser um marco da informação no território nacional, quando em sua Carta Editorial, de 11 de setembro de 1968, enunciou que “onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os leitores do País. Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”.²²

A VEJA teve início no período de maior efervescência política, o regime ditatorial militar, momento em que foi publicado o Ato Institucional nº05, estabelecendo medidas legais que culminariam em censura da mídia, das artes e da comunicação. Nessas condições históricas, a VEJA assumia a “missão” de ser o meio jornalístico que interpretaria o real da história e, nesse sentido, o semanário tomou para si a posição de fonte de conhecimento para seu público leitor. De certa forma, isso favoreceu a compreensão de que existia um forte indício de subjetividade da informação que a revista se propunha a informar, embora, seja possível depreender que essa subjetividade não se contrapõe à objetividade ou na busca em produzir um efeito de realidade ou de objetividade nos textos que a VEJA põe em circulação, uma vez que a revista tenta convencer que sua interpretação da informação é a única, verdadeira e incontestável.

No entanto, cabe uma ponderação, uma vez que o discurso exerce um lugar de mediação importante na sociedade do capital, pensado em uma dimensão que se relaciona a uma etapa da humanidade em que a economia orienta o curso das informações que instantaneamente estão disponíveis. Logo, cabe lembrar que a mídia capitalista se orienta pelos interesses do poder econômico e político dominante, em

²² Carta do Editor. Veja. São Paulo: Abril. n.1, p. 20. 11 set. 1968.

um determinado tempo histórico.

Como foi dito, a revista VEJA surgiu em um contexto político significativo tanto no Brasil quanto no exterior. A ditadura militar brasileira já havia se estabelecido e se consolidado. Após o governo de Castelo Branco e durante a gestão de Costa e Silva, ocorreram manifestações estudantis no Brasil²³, retratadas em publicação da VEJA, na edição de 09 de outubro de 1968 - "A INCRÍVEL BATALHA DOS ESTUDANTES. Esse período foi marcado pela repressão e pela perseguição aos comunistas, culminando na censura imposta pelo Ato Institucional nº 5. O editorial de lançamento da revista refletiu o ambiente de suposta "integração nacional", em que se acreditava que as regiões em desenvolvimento precisavam se unir às que estavam em ascensão, o que, faziam crer os militares, a garantia da segurança nacional e, para os empresários, promoveria a modernização. A revista VEJA visava, então, ser uma parte desse mercado que esses empresários buscavam dentro do governo militar.

Essas conjunturas e posturas possibilitaram tanto o desenvolvimento inicial e a autonomia da revista VEJA, quanto as limitações decorrentes da censura vigente naquele período.

A essa independência, aliás, é atribuído, pelos donos da Abril, o fato de terem perdido para Adolpho Bloch e Sílvio Santos, as redes de televisão VHF às quais se candidataram em 1980. Em maio desse ano, o presidente Figueiredo visita as instalações da Editora Abril, em comemoração aos seus 30 anos. Na saída recebe uma edição especial de VEJA, contando a história da empresa, a qual encerrava-se com a sua visita, imediatamente editada. Na capa, Figueiredo e Victor Civita se abraçam sorridentes. Mas quando os envelopes foram abertos, o nome dos Civita não estava lá. A versão corrente sobre os fatos, divulgada pela imprensa na época, é a de que o presidente Figueiredo teria sido pressionado pelo Gal. Octávio Medeiros para conceder as redes de TV para Bloch e Sílvio Santos por serem "mais confiáveis". A Abril e o Jornal do Brasil, antes considerados os concorrentes mais fortes, teriam sido apoiados pelo Gal. Golbery do Couto e Silva e, mesmo assim, preteridos (Mira, 1997, p.121).

A posição política e o discurso que adotava era de certa forma insulado dos olhares e atenção de todos, pela submissão à censura e o medo aos ataques e de fechamento de suas publicações por parte do regime militar. Mira (1997) menciona que Victor Civita optou por não se imiscuir em questões políticas, assumindo posições

²³ Além do conhecido movimento de 1968, na França.

discretas sobre tais questões, uma vez que temia em sofrer represálias por não ser necessariamente brasileiro nato, embora tivesse se naturalizado brasileiro em 1960. Segundo a autora, a posição político-ideológica que a VEJA adotaria pela assunção da direção do semanário pelo filho, Roberto Civita, formado em Jornalismo, Economia e Administração de Empresas.

A influência ideológica de Roberto Civita foi fundamental para a orientação político-ideológica que o semanário adotou. Através de suas reportagens, buscava-se, sobretudo, “mudar a cabeça das pessoas”, conforme Roberto Civita. Disso tem-se que os fundadores do semanário a viam como uma publicação que, inicialmente, foi mais crítica ao regime militar. Durante o período da chamada “linha-dura” no poder, a VEJA assumia posições que se contrapunham às malevolências da ditadura militar, especialmente ao AI-5, que consolidou a interdição do parlamento brasileiro, a censura, a suspensão dos direitos civis e a tortura. Por colocar-se como de orientação liberal, a VEJA não compactuava com as medidas advindas do regime.

Dizendo isso, poderíamos assumir que a Editora Abril, por meio da revista VEJA, desenvolveu um papel que buscava, sobretudo, o interesse do povo e da massa que se opunha ao regime militar, porém, cabe destacar que o golpe de 1964 não foi apenas o resultado de uma ação militar, mas também de práticas peculiares de negócios empresariais do setor público e do setor privado, assumindo posições de natureza tática e estratégica, idealizadas e realizadas pela elite dominante, cujo objetivo era conter as forças populares, dismantelar o bloco histórico-populista e promover propensões multinacionais, bem como do governo político por intervenção de um golpe de Estado civil-militar.

Se, por um lado, havia um discurso que se contrapunha ao regime militar, por outro, havia um discurso que se inscrevia na mesma formação discursiva do regime, a exemplo do discurso de manutenção do *status quo* do capitalismo. Isso se comprova, por exemplo, em todas as edições no recorte temporal que cobre a ditadura, quando o semanário reproduz o discurso do capital. Por exemplo, na edição nº 035 de maio de 1969, a VEJA destina a página 31 para uma propaganda do Volkswagen Fusca, intitulada de “Alice no País dos Automóveis”, na qual faz uso do discurso da literatura, construindo um paralelo entre o livro “Alice no País das Maravilhas” e as dificuldades encontradas por Alice nesse novo país, com a chegada

o Fusca ao Brasil, onde já havia outros automóveis de mecânica e estilos diferentes. Por esta razão, a empresa desenvolveria uma intensa busca por captar uma espécie de cliente já definido, e que a VEJA se propunha a divulgar.

Na página 31 da mesma edição, a revista traz uma propaganda que afirma:

Sua mãe, sua avó, sua sogra, sua esposa, tôdas as mães da sua vida merecem Colorex forno. As fôrmas Colorex forno são tão práticas: vão do forno à mesa, da mesa à geladeira, resistindo sempre às altas temperaturas. Outras vantagens: Colorex forno não lasca no uso diário e tem dois anos de garantia. Dê Colorex de presente para as mães da sua vida. Elas vão ficar eternamente agradecidas.

Figura 7 – VEJA – maio de 1969



VEJA, Ed. n° 035, de 17/05/1969.

Do ponto de vista discursivo, essa propaganda apresenta um discurso de manutenção do capitalismo, constatado pelas “fôrmas”, “fornos”, “geladeira”, “mesa”, bem como a pretensão de presentear a mãe, a avó, a sogra e a esposa, silenciando sobre a noção de que nem todos os homens desse período tinham as condições para comprar um corolex e todas essas mulheres para presentear. Podemos analisar nessa propaganda, elementos do discurso patriarcal, pois caberia apenas ao homem desse

período prover a necessidade da casa e de todos que estavam ao seu redor, silenciando questões relativas ao trabalho, dentre outros direitos das mulheres.

A propaganda apresenta um homem branco, bem vestido, cabelos bem arrumados, com sapatos elegantes, e sobre a sua cabeça uma auréola, apontando para um ideário religioso, a noção de santidade, corroborado pela chamada principal que diz “Dê colorex – Elas vão achar V. um anjo”. Assim, o homem da propaganda parece representar bondade e santidade, no entanto esse discurso aponta também a noção da (in)fidelidade no casamento. Verifiquemos que as pessoas, a quem se destina o respectivo presente, representam uma família tradicional, isso sustentado, segundo a formação imaginário do sujeito-analista da contradição entre a representação da “santidade” masculina, mostrando como os discursos podem comportar elementos aparentemente contraditórios, e que a revista faz questão de esconder a amante que também pode ser mãe e que poderia receber o presente, mas ao dizer “Dê Colorex de presente para as mães da sua vida”, não exclui essa possibilidade, apenas silencia outras possibilidades no dizer. Em sua edição de nº 01, de 11 de setembro de 1968, na página 02, a VEJA traz a seguinte propaganda:

Figura 8 – VEJA – maio de 1969

**Os anúncios do
Itamaraty pouco falam de qualidade.
Para que falar do óbvio?**

O Itamaraty será sempre o Itamaraty. Como o Rolls Royce será sempre o Rolls Royce.
Natural: o Itamaraty é construído para atender a um público exigente, muito exigente.
Que sabe o que é bom.
Que conhece profundamente os melhores carros do mundo e sabe o verdadeiro sentido da palavra qualidade.
Esse público exige perfeição mecânica. Eficiência de desempenho.
Ele admira as linhas clássicas e a sobriedade dos grandes automóveis.
O Itamaraty conseguiu satisfazer

esse público. Pelas suas linhas. Pelo seu luxo sóbrio. Sobretudo, pela sua qualidade.
Que é o óbvio, quando se fala em Itamaraty. Redundante, até.

ITAMARATY **WILLYS**
Adquira também o Itamaraty através do Consórcio Nacional.



O Itamaraty possui motor de 6 cilindros e 2000 cm³ potência de 132 HP. 4 marchas à frente, todas sincronizadas, eixo com dois alto falantes, estofamento de couro legítimo, tapetes de veludo, e suspensão ar condicionado e diferencial auto-oliscante.

Fonte: VEJA, Ed. nº 035.

Assim como na propaganda anterior (Figura 7), esse anúncio traz características que possibilitam pensar um efeito metafórico. Neste caso, a palavra “Itamaraty” assume a condição de “luxo”, “construído [e não fabricado] para atender a

um público exigente, muito exigente”, em se tratando do carro da marca “Willys”.

Tomando a qualidade por pressuposto, a revista questiona a necessidade de “falar do óbvio”, afirmando que se trata de um produto voltado para quem “sabe o que é bom” e “conhece profundamente os melhores carros do mundo”. Nesse sentido, o semanário se volta à classe social de maior poder aquisitivo e reproduz no imaginário social a concepção de qualidade de produto internacional. Todavia, em diferentes condições de produção, o dizer “Itamaraty será sempre Itamaraty” pode se inscrever em um jogo metafórico que produz um efeito de sentido distinto, no imaginário do leitor, significando o poder da nação brasileira, as relações políticas internacionais e as tratativas econômicas desenvolvidas por intermédio ou sob a responsabilidade do Palácio Itamaraty²⁴.

Desse modo, os recortes analisados demonstram elementos importantes da filiação discursiva e ideológica assumida pelas revistas, cabendo destacar as condições históricas de produção do discurso e os processos discursivos que mobilizam dizeres da mídia, do político, da economia, para produzir sentidos distintos, mas aqui apreendidos a partir da perspectiva de classe social e, em se tratando, do que apontamos mais recentemente (Figura 7), a fundação da VEJA se dá no bojo do período de ditadura militar.

Para Dreifuss (2006, p.229), a ascensão ao poder político pela elite brasileira não foi apenas um efeito da crise político-econômica desse período e do colapso imediato do regime. Em condições críticas, a elite orgânica buscou implementar uma campanha para dominar o sistema, tanto política quanto ideologicamente. Para o referido autor, a ruptura da convergência de classes e a desarticulação da forma populista de dominação foram alcançadas pelo bloco de poder multinacional e associado, exercendo influência em todos os níveis políticos.

Ainda de acordo com Dreifuss (2006), o período de ação da classe organizada

²⁴ O Palácio Itamaraty, também conhecido como Palácio dos Arcos, é a sede do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, situado em Brasília/DF. De arquitetura moderna, é considerado uma obra-prima do arquiteto Oscar Niemeyer e do engenheiro estrutural Joaquim Cardozo, tendo sido inaugurado em 21 de abril de 1970, com o mesmo nome dado ao prédio que abrigou o Ministério das Relações Exteriores, ainda no Rio de Janeiro. O Palácio Itamaraty recebeu esse nome por causa de Francisco José da Rocha Leão, o conde de Itamaraty, que ordenou a sua construção (de 1851 a 1855).

se estendeu de 1962 a 1964, o que, politicamente, significou uma mobilização momentânea para o golpe, na qual a estratégia se converteu em política e as atividades político-partidárias culminaram em ação militar. Nesse sentido, “pensar a Editora Abril como uma corporação que não buscava, principalmente, os seus interesses empresariais, seria, no mínimo, uma contraposição histórica, ou uma desonestidade intelectual” (p.226). Por esta razão, é preciso pensar a Editora Abril, mas muito especialmente, a revista VEJA, no contexto histórico da época de sua fundação, e a formação ideológica com a qual se filia, tendo em conta os desdobramentos que daí decorrem.

Observemos, por exemplo, que a luta armada contra a ditadura militar constitui um tema muito caro à filiação ideológica da revista, então se considerarmos as reportagens publicadas no recorte temporal de 1968, ano em que a revista foi lançada, até 1972, e de 1973 a 1980, é possível constatar que o semanário teve como foco as guerrilhas no auge de suas atividades armadas nos municípios, desdobrando-se até o ápice dessas ações, conforme observado na catalogação das impressões do periódico.

As publicações daquele período dão ênfase aos grupos guerrilheiros, enquanto reproduzem o discurso do regime militar, que taxava os integrantes desses movimentos como *subversivos*, estigmatizando as suas ideias, e reprimindo as ações armadas, além de reproduzir uma espécie de louvor à atuação policial, à repressão, ao combate às guerrilhas, às derrotas dos grupos e ao seu eventual desaparecimento.

Tendo em conta aquele recorte temporal, a análise da cobertura da revista VEJA sobre os guerrilheiros em suas publicações possibilita identificar uma estratégia de demonização desses grupos. Através de títulos com designações “Terror” e “Subversão”, as publicações associavam os guerrilheiros ao crime e à violência, desqualificando suas ações e objetivos. Essa abordagem, presente em diversas reportagens, contribuiu para a construção de uma narrativa negativa que, por sua vez, serviu para justificar a repressão do regime militar. Desse modo, a revista VEJA desempenhou um papel fundamental na formação da opinião pública, contribuindo para a marginalização dos movimentos guerrilheiros e para a consolidação do poder autoritário, demonstrando, assim, a posição político-ideológica do semanário em relação ao regime.

A edição nº 06, datada de 16/10/1968, apresenta uma reportagem de capa intitulada “Mais assaltos”, e subtítulo - “Roubaram 80 milhões e ficou uma pergunta: são terroristas? A técnica do assalto e as armas lembram outros grandes roubos ocorridos em São Paulo”, criminaliza a ação dos guerrilheiros, assinalando-a como fruto de especialistas, que atuavam com “sangue frio, precisão, imaginação, habilidade”. Desse modo, busca-se criar um ambiente de pânico e medo entre seus leitores, não apresentando os objetivos das ações guerrilheiras, que buscavam sobretudo, acabar com a ditadura e instaurar o socialismo no Brasil.

Em várias publicações, a revista reproduzia um discurso que identificava os guerrilheiros como indivíduos perigosos e que suas ações não estavam restritas única e exclusivamente contra o regime, mas que assassinavam pessoas comuns. Em edição de nº 37, publicada em 21/05/1969, na página 18, o periódico afirmou: “E a figura do terrorista já faz parte da paisagem urbana: mais de um homem, mais de uma vez, já parou o trânsito de ruas próximas ao centro com rajadas de metralhadoras de um respeitável arsenal”.

Na mesma página, essa edição tratava os guerrilheiros como terroristas, e não como alguém que se colocava em busca de ideais revolucionários, a exemplo do seguinte recorte, “para enfrentar o terrorismo, e preciso ser um terrorista”. Mais do que isso, essa campanha de difamação perpetrada pela revista justificava as ações violentas praticadas pela polícia, cujo ideal era a destruição dos guerrilheiros. Nesse sentido, reproduzia-se a noção de que as práticas violentas dos militares eram uma resposta necessária à ação terrorista dos guerrilheiros.

Mas cabe lembrar que o referido semanário não apenas veiculava um discurso que reproduzia o efeito de sentido de terrorismo, mas também um discurso que desencorajava a luta armada pelos diversos grupos existentes. Na Edição nº 48 de 06/08/1969, cujo título era *O terror de rosto descoberto*, a VEJA se referiu a “um combate que se aproxima do fim, segundo os oficiais integrantes dos órgãos federais de segurança” (p. 16). A revista utilizava a ameaça de aniquilação como uma arma psicológica, visando minar a resistência dos grupos guerrilheiros e semear o desespero entre seus membros. A noção de que a luta era uma batalha perdida e que a morte era inevitável era constantemente reforçada. Ao prometer a destruição dos grupos guerrilheiros, a revista buscava criar um clima de paranoia e desconfiança,

isolando os grupos armados e dificultando a organização de uma resistência eficaz.

Contudo, procurou-se criar uma convicção a partir das primeiras publicações de que os guerrilheiros, em nenhum momento, iriam galgar êxito, e de que estes já estavam com os dias contados para a sua extinção. Desse modo, a extinção da guerrilha foi, por diversas vezes, prenunciada ou dada como certa, era só uma questão de tempo. Para reforçar a sua posição ante as guerrilhas, o periódico procurou de forma constante trazer citações de oficiais envolvidos na “caça” aos “subversivos”. Assim, ao reproduzir determinados enunciados, o periódico buscava minar a moral dos combatentes e desestimular novas adesões. Ao mesmo tempo, as informações divulgadas sobre as operações militares serviam para fragmentar os grupos, dificultando a coordenação de suas ações e aumentando a desconfiança entre os seus membros.

Consideramos oportuno mencionar ainda a posição político-partidária ante aos projetos econômicos implementados pela ditadura militar brasileira. Embora já tenhamos mencionado a posição político-ideológica que o periódico assumiu em relação à luta armada, a sua posição em relação ao regime ia além da coerção física e psicológica, mas se inscrevia também na perspectiva econômica adotada pelo regime.

O “milagre econômico”, projeto econômico que teve origem antes da implementação do Golpe Civil-Militar de 1964, foi ampliado de forma significativa durante o governo de Castelo Branco e de Costa e Silva, até a sua espantosa e rápida expansão, nos idos de 1968 a 1973, durante o governo Médici. O pragmatismo político econômico do governo militar transformou-se na institucionalização de inovadoras possibilidades de aportes financeiros, tanto do financiamento interno como externo. Na perspectiva do financiamento interno da acumulação capitalista, surgiu a “fórmula mágica” adotada com o arrocho salarial. O Estado passou a exercer a motivação das corporações empresariais para investirem no país, em especial as de capital estrangeiro.

Nesse sentido, havia um tripé sobre o qual a economia brasileira se fundamentava (capital nacional, Estado e capital estrangeiro), o que corrobora o pensamento de Fontes e Mendonça (1996), para quem o pragmatismo adotado pelo

governo militar, quando passou a aceitar e estimular a implantação de corporações multinacionais e a aplicar o capital estrangeiro no país,

estava formado o tripé sobre o qual apoiar-se-ia a economia brasileira. O processo de acumulação ancorava-se num setor de bens de capital predominantemente vinculado ao Estado; no de bens duráveis multinacional, impulsionador do processo, e, finalmente, num setor de produção de bens de consumo baseado no capital nacional (Fontes; Mendonça, 1996, p.31).

Naquele período, a VEJA não apenas adotou o argumento da necessidade de uma política econômica que abrisse caminhos para investimentos das multinacionais, bem como o fez circular, o que observamos nas suas publicações entre 1968 a 1975, em um tom acolhedor em relação às multinacionais, apontando que a implantação dessas corporações refletiria como algo extremamente benéfico para o Estado brasileiro e para toda a nação, e se o país pensava em desenvolvimento a sua implementação seria fundamental para esse fim. Entretanto, quando havia a necessidade de a revista pensar de forma essa política poderia comprometer os interesses da corporação Abril, a VEJA questionava a atuação das multinacionais, particularmente em razão da disputa dentro do mercado interno, o que poderia afetar diretamente as empresas nacionais.

Embora as discussões ou críticas que o periódico levantasse tivessem alguma repercussão importante, a VEJA não renunciava a sua posição ideológica, razão pela qual continuou enfatizando a necessidade do investimento do capital estrangeiro, reproduzindo a noção de um mal necessário, uma vez que para a revista, apenas as multinacionais seriam capazes de assegurar a preservação da acumulação de capital ou a manutenção do modo capitalista.

Não podemos perder de vista que a mídia dominante funciona conforme os interesses de grandes corporações e do Estado capitalista (ainda que contrária a determinados governos). Para tanto, são necessários diversos mecanismos, como a concentração da propriedade dos meios de comunicação, a censura prévia e a seleção de fontes de informação. Como resultado, a população é bombardeada por notícias que reforçam a visão do discurso dominante, enquanto informações que possam questionar o *status quo* são sistematicamente suprimidas, distorcidas, silenciadas/apagadas.

Ao se posicionar como um veículo de conhecimento e compreensão do mundo, a revista VEJA expressa a sua ambição de influenciar a opinião pública. No entanto, a sua vinculação ao mundo empresarial e a associação a grupos de elite levantam questionamentos sobre a suposta neutralidade de suas informações. Desse modo, “em sociedades de discurso como a nossa, o papel da revista é conservar ou produzir discursos para fazê-los circular entre seus leitores” (Pereira, 2013, p.71), o que corrobora o editorial de inauguração do semanário, ao destacar, conforme já trouxemos: “Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os leitores do País. Pois VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”.

Interessa considerar que, nos anos 1970, a revista VEJA não gozava de plena liberdade, antes sofria diversas tentativas de silenciamento, a exemplo da exigência de demissão de um dos seus principais fundadores, Mino Carta, em 1975, um ano anterior ao relativo fim do período censório para o periódico. A demissão de Carta rendeu diversas críticas no meio jornalístico, de modo que vários outros profissionais do jornalismo ligados à Editora Abril pediram demissão, em solidariedade a um dos fundadores e diretor da revista.

Repercutindo a “demissão” de Carta, Raimundo Pereira afirmou:

Eu tenho uma opinião bastante negativa do quadro. Acho que o que existe é completamente insatisfatório. Em primeiro lugar, Veja, a grande revista, desempenha um papel político ruim. Seu saldo essencial tem sido o de apoiar a política do governo. Salvo um período de resistência aos aspectos mais nocivos do regime, quando era editada por Mino Carta, ela tem sido uma revista a serviço de grupos palacianos, com um estilo de jornalismo que tem se deteriorado em função disso (Silva apud Mira, 1997, p.123).

Para José Roberto Guzzo, na biografia de Roberto Civita, a suposta demissão de Carta deve ser compreendida por elementos de repressão por parte do regime ditatorial, uma vez que

assim que foi decidida a saída do Mino, seu Victor mandou me chamar e, ao lado do Roberto, perguntou se eu iria sair junto ou iria ficar. Respondi que iria ficar. Se ele foi demitido ou se ele se demitiu, é algo que não testemunhei. O fato objetivo é que houve um desentendimento. A Abril não queria que ele ficasse e ele não queria ficar naquelas condições. Havia, como sempre houve, pressões sobre a revista. Com uma diferença: era uma ditadura e eles tinham força. Havia censura e muitas vezes o Mino era chamado à Polícia Federal

ou ao Dops para dar explicações. Eu o acompanhei em várias ocasiões. Não era convite, era intimação. Era um ambiente ruim, com hostilidade, propício a tensões e desentendimentos. Foi um momento difícil (Guzzo apud Maranhão, 2016, p.216).

O fato é que a editora Abril não o queria mais, uma vez que as suas reportagens geravam questionamentos por parte dos censores, razão pela qual a sua demissão era uma forma de os censores desviarem o olhar sobre a revista. Essa condição repressiva por parte do Estado ditatorial, que incomodava a editora Abril, conforme Guzzo, passou a ser uma condição insustentável para Mino Carta, por ter de dar explicações a todo tempo aos censores. Além disso, havia uma ruptura entre Roberto Civita e Mino Carta, em especial pela posição política de Carta. Civita se identificava com o Governo militar e com a direita, enquanto Carta, por sua vez, se inscrevia num viés de esquerda, sendo esse o principal motivo para o desentendimento entre os dois.

Segue um trecho transcrito com base em gravação feita por Carta, em 08 de fevereiro de 2013:

Vamos dar um pulo para a frente. Às tantas, o Mino começou a ficar mais radical politicamente. Passou a se identificar, como chamar elegantemente?, com militantes de organizações de esquerda, a turma do contra, que os militares chamavam de subversivos. Não estou falando de políticos do MDB, que era o único partido de oposição ao governo militar, mas da esquerda em geral, incluindo aí a clandestina, metida com a chamada luta armada. Sinceramente, não sei em que momento ele mudou. Começou a achar que a revista deveria ir mais para lá. E eu não concordava. Como sempre acontece nessas ocasiões, surgiu um acidente que vira o símbolo do conflito (Pereira apud Maranhão, 2026, p.214-215).

Nesse sentido, a “demissão” de Mino Carta representou a posição político-ideológica assumida pela revista. Segundo Mira (1997), na opinião do redator-chefe da VEJA nos anos 1980, Augusto Nunes, a revista era um editorial de linha conservadora.

E só podia ser, na medida em que a Editora Abril tem que defender os valores da livre iniciativa, sistema no qual ela deu certo. Se o Sr. Victor Civita apoiasse o PT ou quisesse a implantação da co-gestão, ele seria um louco e, se fosse um louco, a Abril não existiria, porque todo o seu passado reflete uma trajetória coerente (Nunes apud Mira, 1997, p. 123).

Como exposto anteriormente, a VEJA se preocupava em produzir um discurso

que refletisse a sua ideologia, o seu modo de pensar, isso porque, para Civita, não era função da revista tentar convencer um ou outro ministro sobre determinada política pública, economia de mercado, abertura de fronteira e globalização da livre iniciativa. O papel da VEJA era mudar a cabeça do povo, uma vez que mudar a cabeça do povo seria algo capaz de mudar os rumos do país, principalmente no aspecto econômico.

Ao tratar de memória, Orlandi (1999) considera que “não há como não considerar o fato de que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos” (p.59). Nessa perspectiva, a memória não é simplesmente um registro perfeito do passado, mas algo que é profundamente marcado por lacunas, omissões e silêncios, razão pela qual na produção de um dizer, somos lembrados de algumas coisas e esquecemos outras. Não porque simplesmente esquecemos, mas somos impelidos a esquecer ou algo é apagado, historicamente, para que não lembremos mais. Nesse sentido, aquilo que nos lembramos do passado ou o que somos incitados a lembrar é apenas uma versão parcial e subjetiva, marcada ideologicamente.

Se somos impelidos a construir sentidos que historicamente foram apagados, por meio de dizeres retomados, para substituir os que são apagados ou esquecidos, somos limitados a sentidos que não são originalmente nossos (esquecimento nº 1), mas somos por eles interpelados ideologicamente, pela formação discursiva na qual nós nos inscrevemos e/ou somos por ela afetados. Assim, “os sentidos se constroem com limites. Mas há também limites construídos com sentidos [...] são os sentidos que impõem limites” (Orlandi, 1999, p.59).

Desse modo, os limites não são algo puramente objetivos, prontos e acabados, e externo a nós, mas se constituem a partir das formações discursivas. Eles são, em parte, produto dos nossos próprios processos de significação e enquanto sujeitos discursivos e ideológicos. Nesse aspecto, os sentidos que atribuímos às coisas que, em certa medida, definem e delimitam o que está dentro e o que está fora, o que é permitido e o que é proibido, “aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva em um momento dado em uma conjuntura dada” (Haroche; Henry; Pêcheux, 1975, p.147).

No senso comum, o ato de falar envolve a escolha de palavras em detrimento

de outras para expressar algo. Em uma perspectiva discursiva, inevitavelmente deixa-se de lado uma dada possibilidade de produzir determinados efeitos de sentido, a partir da filiação discursiva, na qual o sujeito do discurso se inscreve ideologicamente. Logo, cada escolha linguística implica em certos sentidos, em desfavor de outros. Em se tratando do esquecimento, como resultado de um “processo histórico-político silenciador” (Orlandi, 1999, p.61-62), há sentidos que são ativamente evitados, designificados, apagados. São significados que, em algum momento, foram possíveis, mas foram suprimidos ou marginalizados por forças históricas, políticas e ideológicas.

Ao trabalhar com a noção de heterogeneidade constitutiva, Authier-Revuz (2000) mostra que todo dizer traz consigo a marca de um outro — ou seja, a linguagem é sempre atravessada por vozes múltiplas, mesmo quando tenta parecer homogênea. Nesse contexto, o “real” é aquilo que escapa à nomeação plena, é o que resiste ao enquadramento simbólico da linguagem. Nessa direção, toda palavra é sempre demasiado cheia ou demasiado vazia, e o dizer não coincide com o que se quer dizer, por ser sempre atravessado por uma pluralidade de vozes que o habitam e o fazem escapar à ilusão da transparência.

Conforme Authier-Revuz,

no que diz respeito às não coincidências do dizer, consideradas inerentes, constitutivas da enunciação, e, como tais, por ela irrepresentáveis [...] toda palavra enunciada ‘recebe’ o já-dito de outros discursos que inevitavelmente a habitam [...], as formas de autorrepresentação do dizer da modalização autonímica aparecem como os lugares sensíveis no dizer, de negociação obrigatória de todo dizer com o fato das não coincidências inerentes que o atravessam (Authier-Revuz, 2000, p.4).

Desse modo, o “dizer melhor sem querer” aponta para o silêncio produtivo: o real se infiltra na forma de um dizer que escapa ou que sobressai. As “não-coincidências do dizer”, por sua vez, são lacunas, silêncios, hesitações, mas também evidências do real, pois mostram o que não se contém no “um” do discurso. Em se tratando do esquecimento, sua dinâmica expressa como a construção dos sentidos é atravessada por relações de poder. Certas narrativas e significados são privilegiados, enquanto outros são silenciados e apagados. O dizer carrega consigo a abertura para novos sentidos e também a perpetuação de silenciamentos e omissões.

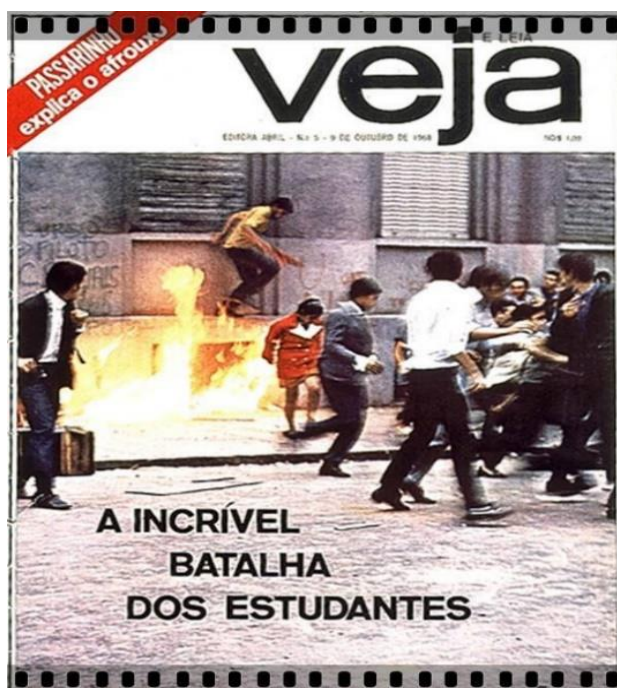
A tratar do discurso que circulava no período ditatorial no Brasil, Orlandi (1999,

p.63) afirma que alguns “sentidos possíveis, historicamente viáveis foram politicamente interditados”. Conforme a referida autora, tais discursos se tornaram inviáveis, não porque não pudessem ser praticados, mas pela impossibilidade de sua aplicação devido à mordada posta pela censura aos quais eram submetidos. Nesse aspecto, esses discursos jamais poderiam constituir interdiscurso – “já-lá”, porque o “lá” foi apagado pela imposição do não dizer, e o discurso que fora permitido pela censura se tornou o discurso dominante.

Ainda de acordo com Orlandi (2001), “o que é silenciado em uma formação discursiva é acolhido em outra formação discursiva, esta, dominante” (p.58). Desse modo, as formações discursivas são espaços de luta por significação e as formações discursivas estão em constante interação, pois os sentidos e significações são constantemente negociados e redefinidos. Por sua vez, a nossa compreensão da realidade é moldada pela formação ideológica pré-existente, que limitam as nossas possibilidades de construir sentidos.

Segundo a autora, esta pré-construção não é apenas um plano de fundo neutro, mas uma força ativa que molda as nossas percepções e cria uma realidade que já é limitada e restrita, cabendo realçar a forma como a interdição política de sentidos possíveis e historicamente viáveis torna esses sentidos impossíveis e naturaliza a impossibilidade. Isso significa que as relações de poder e a ideologia que sustentam a interdição política criam uma estrutura prévia que limita as possibilidades de significação e interpretação.

É a partir desses pressupostos, que a capa da Revista VEJA que data de 09 de outubro de 1968, é antes de tudo, um exemplo de como a materialidade linguístico-discursiva dissimula a compreensão da história, da sociedade, limitando metaforicamente as questões do ponto de vista político, cultural e moral, no funcionamento do enunciado “A INCRÍVEL BATALHA DOS ESTUDANTES”, conforme veremos a seguir:



Fonte: VEJA - Edição 05, de 09/10/1968

Ao destacar certos aspectos dos protestos estudantis durante a ditadura militar ou mesmo o evento da Rua Maria Antônia²⁵, a VEJA contribuiu para a formação de uma memória coletiva que poderia reforçar ou transformar a percepção pública, a de que o movimento estudantil era apenas uma mera batalha de estudantes entre, de um lado universitário da Mackenzie e do outro estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, ou que a classe trabalhadora, naquele momento, não aderiu à luta pela liberdade suprimida pelo regime ditatorial. Essa construção social da memória é importante, pois define quais eventos e experiências são considerados significativos para a identidade nacional e quais são relegados ao esquecimento.

Ao analisar a capa da VEJA em tela, é possível reconhecer que a escolha de imagens produz efeitos de sentidos diversos. Considerando que a imagem corresponde aos movimentos sociais durante os chamados “anos de chumbo”, quando os jovens se manifestavam pedindo a queda do regime ditatorial militar, a imagem produz efeitos de sentido opostos à liberdade, uma vez que a revista reproduz

²⁵ Referindo-se ao fato de que, na manhã do dia 2 de outubro de 1968, um desentendimento entre estudantes das duas instituições resultou em um confronto de quatro horas. Paus, pedras, coquetéis molotov, bombas, ácido sulfúrico, tiros e incêndios dominaram a rua em um episódio conhecido como “Batalha da Maria Antônia”.

um grito pela ordem, por entender que as manifestações representam, no melhor dos termos, uma total desordem e o caos estava instalado. Desse modo, a revista trouxe uma visão das manifestações, mais alinhada com a ideologia do Estado ditatorial.

Por sua vez, o dizer “A incrível Batalha dos Estudantes” retoma um discurso do mundo bélico, tendo em conta que o caos aparente se instala em um período de guerrilhas e que o termo “batalha” reforça esse argumento. Na perspectiva do discurso, o dito é sempre a materialização de um não dito ou um a se dizer, por isso não existe uma escolha ao se dizer, quando se escolhe algo a ser dito, é de fato a reprodução de um já dito, ou “já-lá”, refletindo a noção do en sujeitamento ideológico pela linguagem. Além disso, o uso do cenário construído por meio de uma foto tirada em uma manifestação, e veiculada pela revista VEJA, reflete a posição ideológica assumida pelo semanário nas trincheiras dessa guerra de (des)informação, sob a artilharia de um dos maiores meios de comunicação do país na época.

Ao assumir que as manifestações dos estudantes refletem um estado de guerra, usando exatamente o termo “batalha” ou “incrível batalha”, a revista assume que existe uma guerra e que os manifestantes, que gritam “Abaixo a ditadura!” e/ou “Liberdade!”, estão envolvidos em uma batalha contra o Estado armado pelo poder militar. Mais do que isso, assumir que as manifestações estudantis são “batalhas incríveis” vincula a noção de que esses movimentos são inquietações que buscam, sobretudo, a anarquia e a destruição do país, e que por essa razão precisam ser extintos (juntamente com os seus integrantes) do meio social.

Por sua vez, o dizer “batalhas” remete a soldados, guerreiros ou guerrilheiros. Pensando, especificamente, nos termos *guerreiros* e *guerrilheiros* em uma perspectiva marxista, diríamos que o guerreiro é frequentemente visto como um combatente em um conflito direto e organizado. Para Marx, pode simbolizar a luta aberta e frontal contra as injustiças do capitalismo nas formas de revoltas ou revoluções. Enquanto que *guerrilheiro* representa uma abordagem mais assimétrica, caracterizada por táticas de resistência que se adaptam às circunstâncias. Essa figura pode simbolizar a luta cotidiana dos trabalhadores e o ativismo social.

Tratando sobre o termo guerrilheiros, Che Guevara, em “A guerra de guerrilhas”, afirma:

Temos que chegar à conclusão inevitável de que o guerrilheiro é *um reformador social*, que pega em armas em resposta ao protesto irado do povo contra seus opressores e que Ele luta para mudar o regime social que mantém todos os seus irmãos desarmados na desgraça ou na miséria e lança-se contra as condições especiais da institucionalidade de um determinado momento e se dedica ao rompimento, com todos o vigor que as circunstâncias permitem, os moldes dessa institucionalidade (Che Guevara, 1982, p.7).

Considerando a noção de “reformador social” em Che Guevara, a noção de consciência de classe social e de luta de classes em Marx, o guerrilheiro vai além da luta armada ou da reforma social, como o primeiro propõe. Para Marx, esse guerrilheiro tem um papel na quebra da estrutura social, dominada pelo capitalismo. Em “A Ideologia Alemã”, Marx e Engels afirmam que “as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes” (Marx; Engels, 2007, p.147). Entretanto, a luta dos trabalhadores pode levar à formação de uma nova consciência.

Assim, o guerrilheiro desempenha um papel importante na articulação e na disseminação de uma nova visão de mundo, não como um mero soldado alistado a trincheiras de embates armados ou como um mero renovador dessa estrutura. Trata-se de considerar que “Marx nunca abandonou sua visão de que a *mudança radical necessária da ordem sociometabólica do capital* é inconcebível sem a total *superação do poder preponderante das formações estatais* do sistema reprodutivo material estabelecido” (Mészáros, 2015, p.35). Assim, trata-se de quebrar toda a estrutura do sistema para a implantação do socialismo como o caminho para o comunismo, uma sociedade sem classe, na qual não haverá propriedade privada e as necessidades humanas serão atendidas de maneira cooperativa. No comunismo, as relações sociais serão baseadas na igualdade e na solidariedade, eliminando a necessidade de um Estado, sob qualquer forma, sobretudo repressivo.

Outrossim, Karl Marx e Friedrich Engels enfatizam a luta de classes como motor da história e que a sociedade é composta por classes opressoras e oprimidas, razão pela qual a transformação social radical só pode ocorrer através da superação do antagonismo entre esses grupos, o que é da ordem das condições amplas de produção do discurso (Silva, 2015). Portanto, a luta armada pode ser considerada uma resposta à opressão burguesa e deve ser contextualizada dentro de uma estratégia mais ampla de mobilização das massas, não apenas de retirar o opressor do poder, mas destruir o poder que constrói o opressor e o perpetua.

Lênin (1977) também contribuiu para essa discussão ao afirmar que “sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário” (p.96-97), destacando a necessidade de uma base teórica sólida para qualquer ação revolucionária. Isso implica que a guerrilha não deve ser vista como um fim em si mesma, mas sim como parte de uma estratégia mais ampla, que envolve a conscientização e a mobilização da classe trabalhadora.

No entanto, cabe considerar também as críticas que alguns marxistas fazem às guerrilhas, uma vez que tendem a se desviar das massas e dão ênfase a ações individuais ou de pequenos grupos. Carlos Marighella, um dos principais teóricos da guerrilha urbana no Brasil, defendia a luta armada como um meio legítimo de resistência contra a opressão. Todavia, as suas abordagens foram criticadas por não considerarem adequadamente o papel do partido revolucionário e pela falta de conexão com as realidades das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, se reconhecemos os estudantes como guerrilheiros, conforme trazido na capa da VEJA, estará em funcionamento uma noção de articulador de uma visão de quebra das estruturas sociais para implantação do socialismo como um meio para chegar ao último estágio, de uma sociedade sem classes, baseada na igualdade e solidariedade entre as pessoas, cujo resultado é a destruição do Estado opressivo? O pensamento marxista nos possibilita situar a luta dos estudantes no campo político e o que passar disso pode contribuir mais para a criminalização da luta estudantil (e a VEJA tem parte nisso) do que para o seu reconhecimento do ponto de vista da luta de classes, nos termos revolucionários apontados por Marx.

A capa ainda possibilita outros gestos leituras, a exemplo de que a maioria das pessoas envolvidas nas manifestações eram homens, trazendo apenas a imagem da mulher de vermelho, reproduzindo um movimento machista e silenciador da voz feminina no âmbito político, como se nos anos 1960 as mulheres não saíssem à rua para protestar pelos seus direitos, numa tentativa de silenciar o papel da mulher nas conquistas sociais que impuseram ao Estado a partir de suas lutas. Não são poucos

os exemplos que contribuem para esta compreensão: Pão e Paz²⁶, Sufragistas²⁷, Voto feminino no Brasil²⁸, dentre outros.

Cabe observar que o silêncio imposto pela revista VEJA, necessariamente nessa capa (Figura 9) reproduz o efeito de sentido de que apenas estudantes e do gênero masculino se revoltaram durante os anos ditatoriais; o povo em geral estava satisfeito com o governo militar e que esses não faziam parte do povo; e que essa luta era exclusivamente dos estudantes. Como efeito, os estudantes foram situados como categoria rebelde apartada do povo e/ou que o povo não deveria tomar partido na “batalha”.

Consideramos que a memória não é um fenômeno neutro, mas uma construção social que reflete as relações de poder e os contextos históricos. Desse modo, em 1968, as lutas por liberdade e direitos civis no Brasil se entrelaçam com os silenciamentos impostos pelo regime autoritário. Ao destacar certos aspectos dos protestos, a VEJA contribui para a formação de uma memória coletiva que define quais eventos e experiências são considerados significativos para a identidade nacional e quais são relegados ao esquecimento.

Embora a capa da VEJA possa silenciar as reais reivindicações dos manifestantes, a memória dos envolvidos persiste. Essa luta por reconhecimento e valorização das vozes silenciadas é um ato de resistência que desafia as narrativas hegemônicas. Assim, o legado de 1968 continua a ressoar nas lutas contemporâneas por direitos sociais e justiça, mostrando que a memória é um campo de batalha no qual diferentes narrativas competem por legitimidade.

Enquanto “espaço móvel de divisões, disjunções, deslocamentos e retomadas, de conflitos de regularização” (Pêcheux, 1999, p. 39), a memória é essencial para que as palavras façam sentido. No entanto, como Orlandi (1999) aponta, o que acontece com os sentidos em 1968 é de outra ordem, pois foram silenciados, censurados e

²⁶ Em 1917, cerca de 90 mil operárias russas protestaram nas ruas contra o Czar Nicolau II e por melhores condições de trabalho e de vida. Esse evento deu origem ao Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março.

²⁷ O movimento sufragista, iniciado na Nova Zelândia em 1893, é considerado a primeira onda do feminismo.

²⁸ Em 24 de fevereiro de 1932, o Brasil instituiu o voto feminino, após muitos anos de reivindicações.

excluídos, impedindo que certos sentidos possam gerar novos significados no presente. Essa interdição de sentidos, esse “de-significar”, impede a constituição de uma memória discursiva capaz de sustentar determinadas formas de identificação e posicionamento político.

Em se tratando do silêncio, a capa da VEJA silencia as brutalidades da repressão ou as vozes dos manifestantes. Considerando, com Orlandi, que o silêncio é fundante, ao excluir certas vozes, a revista contribui para uma narrativa que favorece o *status quo* do regime ditatorial. Esse silenciamento não é apenas uma omissão em dizer, mas uma forma de controle que molda a compreensão pública dos eventos. Nesse sentido, o esquecimento opera como um mecanismo de controle que visa evitar a lembrança de eventos incômodos, razão pela qual consideramos que a capa da VEJA exemplifica como a narrativa midiática pode omitir as consequências das manifestações, apresentando uma versão simplificada e despolitizada das manifestações de 1968. Esse processo de esquecimento serve para manter a ordem estabelecida, evitando questionamentos sobre as injustiças sociais e políticas da época. Ao não abordar as complexidades dos acontecimentos históricos, a revista perpetua uma memória seletiva que desconsidera as vozes dos oprimidos.

Conforme discutido por Orlandi (1999), aquela discursividade que abordava os múltiplos sentidos da liberdade e da transformação social e cultural, foi barrada pelas instituições e pelo poder estabelecido. Assim, a memória dos eventos foi profundamente afetada, pois os sentidos que poderiam ser daí significados foram deliberadamente silenciados e/ou excluídos. Além disso, a VEJA reproduz um sentido de que a forma como os eventos de 1968 foi significado restringe as possibilidades de identificação do sujeito com aqueles acontecimentos. Ao reduzir os movimentos estudantis a uma mera “batalha”, a revista apaga a dimensão transformadora e contestadora daquele momento, impedindo que os leitores possam se reconhecer/identificar nos sentidos que ali estavam em jogo.

Essa interdição de sentidos tem implicações políticas e ideológicas, pois ao privar o sujeito leitor de uma memória discursiva que lhe permitiria se posicionar de maneira alternativa, a revista contribui para a manutenção de um determinado ordenamento social e político. Trata-se, portanto, de um processo de en sujeitamento que se dá pela via do silenciamento de certas possibilidades de identificação e de

dizer. Além do silenciamento de sentidos, o esquecimento também desempenha um papel fundamental na construção da memória e na produção de significados. Como apontado por Pêcheux (1999), a memória é constituída pelo esquecimento, pois é a partir do que é “esquecido” que novos sentidos podem emergir.

No entanto, no caso dos eventos de 1968, o que ocorre é um tipo específico de esquecimento, em que determinados sentidos são deliberadamente apagados, impedindo que eles possam ser retomados e ressignificados. Orlandi (1999) chama atenção para a existência de “furos” e “buracos” na memória, lugares em que o sentido “falta” por interdição, desaparecendo. Essa ausência de memória, esse “ficar sem memória”, impede que certos sentidos possam ser lidos e significados no presente. Assim, ao evocar a imagem dos confrontos de 1968, a capa da revista VEJA não consegue acessar a memória daqueles eventos em sua dimensão transformadora e contestadora, cristalizando-os em uma narrativa de violência e conflito.

O silenciamento de determinados sentidos, como observado em 1968, não é um processo neutro ou aleatório. Ele faz parte de estratégias de manutenção do poder e da ordem estabelecida, por isso que determinados discursos são deliberadamente excluídos e marginalizados. Mas, conforme Orlandi (1999), o que foi censurado e silenciado naquele momento não desapareceu por completo, ficou à margem, “in-significado” e “de-significado”. Esses sentidos suspensos, que demandam uma relação equívoca com as fronteiras do dizível, representam uma ameaça constante à ordem dominante, pois carregam o potencial de irrupção de novos sentidos, podendo produzir o que Pêcheux (2002) chamou de acontecimento discursivo.

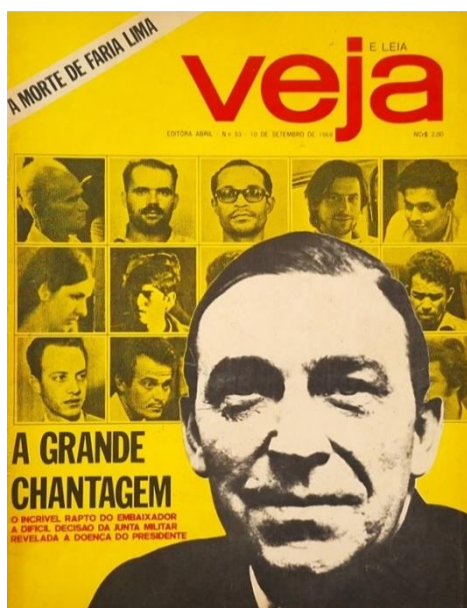
Ao trazer a imagem emblemática de 1968 em sua capa, a revista VEJA se colocou nessa disputa pela memória, buscando controlar e limitar os sentidos que poderiam ser atribuídos àquele evento histórico. Ao enquadrá-lo como uma “batalha” entre estudantes, a revista contribuiu para a cristalização de uma narrativa que ocultava as dimensões transformadoras e contestatórias daquele momento, alinhando-se a uma perspectiva conservadora.

Além disso, a capa em questão traz a figura de uma mulher vestida de vermelho, com os punhos cerrados e o rosto olhando para baixo. Embora essa imagem e o título evoquem uma postura de enfrentamento e resistência, esse sentido

é deslocado e ressignificado pelo discurso dominante, que o transforma em algo negativo e ameaçador. Alinha-se, então, a um discurso de caráter conservador e repressivo, que visa silenciar as reivindicações e contestações dos estudantes. Ademais, a capa da revista também silencia as violências cometidas pelo Estado contra os estudantes, apagando da memória os processos de tortura, censura e repressão que marcaram aquele período histórico no Brasil. Dessa forma, a revista contribui para a naturalização de uma memória que criminaliza e deslegitima as lutas sociais, em detrimento daqueles que buscavam construir novos sentidos para a sociedade.

No ano seguinte, em sua edição de nº 53, de 10 de setembro de 1969, a revista VEJA publicou em sua manchete principal - “A GRANDE CHANTAGEM”, cuja capa trouxe elementos textuais e semióticos que refletiam o ponto de vista editorial, sobre vários aspectos.

Figura 10 – Veja – setembro de 1969



Fonte: VEJA, 04 de set/1969.

A referida capa foi publicada no momento de maior efervescência no país, nos chamados anos de chumbo da ditadura militar, período marcado pela perseguição do livre pensar, por meio da censura que alcançou todo meio de manifestação considerada contrária ao respectivo regime ditatorial.

Tendo em conta as condições de produção do discurso, o título “A Grande

Chantagem” foi formulado em um período compreendido pela maior intensificação da censura, o Ato Institucional (AI-05) de dezembro de 1968, que além de censurar as vozes dos meios de comunicação, tornou ilegais as reuniões políticas não autorizadas pela polícia e os toques de recolher se tornaram frequentes. O AI-5 também institucionalizou torturas, assassinatos, perseguições e violações de direitos humanos por parte do regime militar.

Desse modo, a manchete “A Grande Chantagem” evoca uma memória de conspiração e jogos de poder entre os que enfileiravam uma possível sucessão ou tomada de poder. De fato, havia uma forte tensão entre os que compunham a “linha dura” e os “moderados” no regime militar, encabeçando uma disputa interna pela sucessão presidencial, alcançando diferentes setores das forças armadas, refletindo divergências sobre os rumos do regime. Nesse sentido, o discurso da capa reproduz um efeito de sentido de exposição velada das fraturas do regime, uma vez que o uso do termo “chantagem” reflete ou demonstra a heterogeneidade do poder e expressa as peças de um jogo político interno sendo travado e que alguém fez uso de um artifício sórdido para obter vantagem ou uma posição política.

Por sua vez, o uso das fotografias e cores pela VEJA promove gestos de leitura diversos. As múltiplas fotografias em tom amarelado remetem a fichas policiais/criminais, o que por vezes retoma um discurso policial e/ou jurídico, ao tempo em que a cor amarela também pode indicar uma palidez característica (icterícia) relacionada ao metabolismo hepático e/ou do medo. Desse modo, se considerarmos que o silenciamento se materializa no que não pode ser dito diretamente sobre o regime, é preciso depreender que a noção da doença do presidente, usada pela revista, produz efeito de sentido metafórico para a própria “doença” do regime e a censura à qual o país, especialmente os meios de comunicação, estava submetido.

Assim, o contraste entre o preto e branco da foto central e o amarelo do fundo criaram um efeito de destaque e dramaticidade, uma vez que a disposição das imagens menores sugere uma rede de vigilância ou controle, visto que o uso do vermelho no título “VEJA” pode ser lido como um elemento imperativo de alerta ou perigo, principalmente para o semanário. Em seu conjunto, as pequenas fotos funcionaram como um arquivo visual que documentava uma rede de relações, e o formato desse “dossiê” sugere uma revelação de segredos de Estado, não apenas a

exposição dos supostos “terroristas” ou “subversivos” (como chamava a VEJA), podendo transmitir uma noção de desagravo aos que se opunham ao regime, dissimulando o interesse da revista em não ter a sua publicação impedida de circular entre seus leitores.

Para tanto, mesmo quando algo era proibido de ser dito diretamente, o editorial criou espaços para significações, em contextos de censura. Desse modo, se não era possível dizer, dizia-se o que poderia ser dito, para significar o que se deixou de dizer, produzindo diferentes gestos de interpretações, no movimento de sentidos produzido na relação entre língua e ideologia. A contradição residia em dizer sem dizer, uma vez que a revista precisava denunciar dentro dos limites permitidos. E o que era permitido? Apenas o que o regime não compreendia, por isso o jogo metafórico esteve muito presente em toda manifestação jornalística e/ou artística daquele período, corroborando o jogo entre dizer e silenciar.

É exemplar o fragmento “Cálice”²⁹ da canção interpretada por Chico Buarque, reproduzindo o efeito de sentido do imperativo “cale-se”. Buarque cantava, “Mesmo calada a boca, resta o peito/Silêncio na cidade não se escuta”. Assim, mesmo calada a boca, o coração pulsava, batia, fazia barulho de um silêncio que ousava gritar em meio às noites de censura, tortura, gritos de dor e revolta. De certo modo, esse contraste de silêncio e grito estava exposto também na referida capa, situado na tensão entre informar e sobreviver à censura imposta, pelo regime, aos meios de comunicação e artístico.

O funcionamento discursivo dessa capa demonstra como a revista VEJA, mesmo conservadora, também precisou operar nas brechas do autoritarismo, utilizando recursos multimodais para construir sentidos que escapassem à censura. Nesse sentido, discursivamente, são reproduzidos mecanismos de antecipação de interpretação, tanto dos censores do regime, considerando possíveis represálias que o semanário poderia sofrer, como de seus leitores, inscrevendo-se em um discurso de que se opunha ao regime. Silêncio e imaginário se entrelaçaram nessa publicação

²⁹ *Cálice* é uma canção escrita e originalmente interpretada pelos compositores brasileiros Chico Buarque e Gilberto Gil em 1973, mas foi lançada somente em 1978. Censurada pela ditadura militar, a canção foi liberada cinco anos depois e apareceu pela primeira vez no álbum *Chico Buarque*, tendo Milton Nascimento nos versos de Gil, e em seguida no álbum *Álibi* de Maria Bethânia. Uma análise discursiva importante pode ser encontrada em Moura (2023).

da VEJA.

Com base em Orlandi (2007), Oliveira e Campista realçam que “o silêncio é, portanto, o lugar de sentidos que se fazem fora da representação da palavra, mas estão no imaginário humano, nas tramas do que o sujeito aprende e transforma em fantasia, em imaginação” (2007, p.116). Esse funcionamento no discurso da VEJA trabalha com formações imaginárias sobre diversos aspectos:

- Imagem que a revista fazia de si mesma;
- Imagem que a VEJA fazia de seus leitores;
- Imagem que a revista fazia do regime;
- Imagem que o regime fazia da imprensa em geral e da VEJA;
- Imagem que o regime fazia dos leitores da VEJA;
- E outros gestos de leitura que a imagem pode fornecer.

Tratando do primeiro aspecto dessas formações imaginárias, que é imagem que a revista fazia de si mesma (IA(A))³⁰, percebemos a posição institucional que o seminário assumiu, a função social, a autorrepresentação e a posição social na qual se inscrevia. Assim, o periódico se colocou como um veículo denunciador, assumindo o papel de “guardião da verdade”, reproduzindo um discurso de resistência velada, mediando a relação entre poder, sociedade e informação. A VEJA também constrói uma imagem de seu público leitor (IA(B)), como sujeitos intelectuais, capazes de produzir gestos de interpretações que vão além do que está dito, como também daquilo não que não está dito, mas silenciado ou interdito. Do ponto de vista discursivo, os leitores não são meros decodificadores de textos ou de imagens, mais do que isso, são sujeitos que mobilizam a história, a língua e a ideologia na construção de sentido, podendo se inscrever em uma formação discursiva oposta ao discurso autoritário do regime.

Por sua vez, o semanário reproduz, discursivamente, uma imagem que fazia do regime (IA(C)), a exemplo de estrutura de poder, que refletia um sistema autoritário e contraditório, que internamente estava demonstrando rachaduras internas. Conhecendo o jogo de poderes em seus bastidores, a VEJA buscou expor uma

³⁰ Conforme estrutura definida por Pêcheux (1997, p. 83-5).

estrutura vulnerável a pressões internas, exercidas pelos jogadores que disputavam o poder, baseadas em articulações secretas, que refletiam uma dependência de manobras políticas marcadas por instabilidades institucionais.

Não menos importante, foi considerar a imagem que o regime fazia da imprensa (IB(A)), produzindo efeitos de sentido do que o regime considerava os meios de comunicação, nesse caso, a VEJA, como potencial ameaça à ordem, razão por que considera ser um elemento que deveria estar subjugado ao controle do Estado, principalmente por ser um aparelho ideológico, ou de disputas ideológicas. Para tanto, o regime instituiu censores para regular, mecanismos de censura, direcionamento editorial daquilo que poderia ou não ser dito (escrito) pelo periódico, como tantos outros à época, pois o regime também fazia uma imagem dos leitores da VEJA, segmento importante na formação de opinião na sociedade brasileira.

A análise da capa da revista VEJA, situada na intersecção entre silêncio e resistência simbólica, demonstrou os mecanismos discursivos pelos quais a mídia conservadora operava, em tempos de repressão, construindo sentidos nas margens da censura. Ao identificar as imagens projetadas pelo semanário sobre si, seus leitores e o regime, evidencia-se uma complexa rede de formações imaginárias. Esse funcionamento discursivo, entretanto, ganha novos contornos ao se deslocar para contextos democráticos, onde política e justiça se entrecruzam na circulação de sentidos.

3.2 POLÍTICA E JUSTIÇA NA CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS

A capa da revista VEJA, edição de 07 de junho de 2023, traz a seguinte manchete: “SUPREMA CONFIANÇA: Como Lula resolveu indicar Cristiano Zanin ao STF e o impacto da chegada à Corte do advogado que pavimentou a reabilitação política do petista”, conforme demonstramos na Figura a seguir:

Figura 11 – Veja – junho de 2023



Fonte: VEJA, 07/06/2023.

Iniciamos esta discussão pelo subtítulo da manchete principal, para abordarmos o discurso primeiramente do ponto de vista linguístico³¹. Isso porque ele pode ser lido, inicialmente, sob duas possibilidades: afirmação ou questionamento:

- 1) Como Lula resolveu indicar Cristiano Zanin ao STF e o impacto da chegada à Corte do advogado que pavimentou a reabilitação política do petista.
- 2) Como Lula resolveu indicar Cristiano Zanin ao STF e o impacto da chegada à Corte do advogado que pavimentou a reabilitação política do petista?

Na primeira perspectiva, trata-se de uma afirmação do enunciado, tal qual comparece no subtítulo. Assim, pretende-se que a revista traga uma discussão de como o editorial compreende a maneira adotada pelo presidente Lula para escolher seu advogado pessoal, o qual fez sua defesa em todo o processo da chamada

³¹ Segundo Silva Sobrinho (2007), “quando se trabalha com discurso, se trabalha sim com a materialidade linguística, mas na sua relativa autonomia. É então, por isso, que utilizamos o conceito de intradiscurso para fazer referência à materialidade do discurso, aquilo que temos como empírico, no nível do formulado”.

Operação Lava Jato e o impacto que terá sua chegada (não mais como o advogado combativo a favor dos direitos do então ex-presidente), como Ministro da Suprema Corte, tendo em conta o que isso implica no cenário político e jurídico brasileiro.

Numa segunda perspectiva, o enunciado pode ser lido como uma interrogação, sendo esse um gesto de leitura que produz efeitos de sentidos outros. Inicialmente, pode-se instigar o leitor a reflexões e a produzir sentidos a partir daquilo que não foi dito, mas silenciado: como Lula resolveu indicar Zanin? Por que resolveu indicá-lo? Que impacto essa indicação terá na política? Que impacto isso terá no judiciário? Em suspeição está também um questionamento ético: poderia o presidente indicar ao Supremo Tribunal Federal (STF) o advogado pessoal que o defendeu para que se tornasse candidato à presidência?

E mais: seria tal indicação um gesto de agradecimento pelo trabalho desempenhado em sua defesa? Se sim, qual será a autonomia que o advogado, agora na condição de juiz do STF, terá face aos processos que versam sobre o agora presidente? E ainda, como esse juiz julgará os casos que versam sobre os adversários políticos do presidente? O leitor poderia se perguntar ainda como isso impactaria na condução dos próprios trabalhos da Suprema Corte brasileira e como isso refletiria na credibilidade da política brasileira?

Além do exposto, a capa silencia como isso é visto de forma controvertida nos bastidores da política, mas principalmente no mundo jurídico, por ser questionada a falta do *notabilis iuris scientiam* – notório saber jurídico, do indicado, considerando que esse possuía apenas uma pós-graduação em nível *lato sensu* de direito processual civil.

Quanto à manchete principal, escrita em letras garrafais, SUPREMA CONFIANÇA, tem-se um silêncio e o interdito de diversos efeitos de sentido, desde a legitimidade da indicação, a exemplo do interdito de qualquer argumento sobre a nomeação como uma troca de favores ou que possa comprometer a imparcialidade do STF, até discussões sobre a ética para a indicação, por se tratar da relação pessoal e profissional entre Lula e Zanin. Isso reflete também em questões como: por que suprema confiança? Não se confia nos demais ministros do Supremo? Foi só um jogo de palavra com a ideia de “Supremo Tribunal” e “Suprema”, ou o editor silencia um

discurso para reproduzir outro discurso? O efeito de sentido entre “suprema confiança” e a noção de “pouca/ou nenhuma confiança” também pode ser produzido.

Em se tratando da escolha do enunciado “SUPREMA CONFIANÇA”, levamos em conta a proposição pecheutiana sobre os esquecimentos n°1, a ilusão da origem do dizer, e o esquecimento n°2, a ilusão de que o sujeito pode escolher o que dizer. A partir daí, identificamos um jogo semântico que versa sobre o âmbito jurídico relacionado ao STF e ao dizer “homem de confiança” do Lula, referindo-se a Zanin. Desse modo, o enunciado ironiza a indicação, enquanto silencia ou interdita possíveis críticas éticas e implicações judiciais sobre como a presença de Zanin no STF poderia influenciar decisões judiciais futuras, envolvendo Lula ou seu círculo político, e adversários políticos.

Pelo que silencia, o enunciado corrobora uma produção de sentidos que se sustenta pela negação, SUPREMA **DESCONFIANÇA**, indicando uma desconfiança principalmente naqueles que ocupam o cargo de ministro do STF até a chegada do Zanin, embora cerca de 75% do colegiado tenha sido indicado por Lula ou por Dilma. Desse modo, os dizeres formulados no subtítulo, quando transformados em pergunta, podem produzir um efeito de SUPREMA **DESCONFIANÇA** do próprio Lula, como também na escolha feita por ele, ao indicar Zanin, seu advogado pessoal, para ocupar um cargo na mais alta corte do país.

Isso corrobora a noção de que o sujeito não é totalmente consciente das condições de produção que moldam o *seu* discurso, o que afeta suas percepções e escolhas. Lula, ao indicar Zanin, e a reportagem, ao enquadrar a notícia, não o fazem de forma totalmente autônoma, mas dentro de uma rede de filiações discursivas. Desse modo, há uma imbricação entre ideologia, história e inconsciente no discurso, e essa combinação complexa afeta as condições de produção e sua circulação.

Nesse sentido, ao considerar um discurso em particular, é importante observar tanto o que é dito quanto o que é silenciado e/ou interditado. Embora em diferentes tradições teóricas (Análise do Discurso e psicanálise, respectivamente), Michel Pêcheux e Jacques Lacan oferecem perspectivas importantes sobre a linguagem e o sujeito.

Por um lado, Pêcheux entende que a intencionalidade no discurso está

relacionada à noção de que os enunciados são sempre produzidos dentro de formações discursivas e ideológicas específicas e afetados pelo esquecimento. Embora acredite ser o autor de suas palavras (esquecimento nº1), de fato, o sujeito do discurso é “falado” por essas formações. A intencionalidade aqui é, portanto, mediada e limitada pela formação discursiva e ideológica na qual o sujeito se inscreve. Quanto ao interdito, refere-se às restrições e censuras que operam no nível do discurso. Essas restrições não são apenas explícitas (por exemplo, tabus sociais ou censura política), mas também implícitas, funcionando através de mecanismos ideológicos que determinam o que pode ser dito e pensado. O interdito é, então, um elemento constitutivo no/do discurso, delimitando os limites do que é dizível e pensável dentro de uma dada formação discursiva.

Por outro lado, Lacan (2016) aborda a intencionalidade através do conceito de desejo. Para o autor, o desejo é estruturado pela linguagem e é sempre mediado pelo Outro. A intencionalidade do sujeito está, assim, inextricavelmente ligada ao seu desejo e à maneira como este desejo é articulado através da linguagem. No entanto, o sujeito nunca tem controle completo sobre a linguagem e, conseqüentemente, sobre sua intencionalidade. Segundo Bocchi (2022, p.156), essa falta de controle sobre a linguagem é caracterizada como “aquilo que não cessa de não se inscrever. Assim, o trauma pode ser compreendido a partir do encontro com o real, como aquilo que exclui o sujeito e não se articula ao seu desejo”. Ainda sobre a noção de desejo, Almeida (1998, p.1) enfatiza que “é a própria ordem simbólica que nos introduz no campo do desejo. Desejo este que se desdobra e se desloca, metonimicamente, na sincronia das palavras e na diacronia das vivências psíquicas, as mais variadas e surpreendentes”.

Conforme Mariani; Magalhães, 2011), o conceito de desejo evidencia uma busca pela felicidade que, em sua essência, prescinde da racionalidade, estabelecendo uma tensão discursiva entre o ideal de felicidade e o pensamento racional. Nesse sentido, se constitui essencial examinar a ilusão subjetiva que se manifesta explicitamente no discurso: a crença no domínio dos próprios desejos e a conexão estabelecida entre vontade e capacidade de realização. Sob essa ótica, pressupõe-se que o sujeito necessita apenas desejar a felicidade para efetivamente alcançá-la. Observa-se que, no contexto da subjetivação contemporânea, o sujeito volta-se exclusivamente para si e para seu próprio bem-estar, configurando a

felicidade como um dos principais objetivos a serem perseguidos.

Quanto à relação entre desejo e interdito, Laureano (2014, p.1) afirma que:

Lacan acreditava que o reconhecimento da relação entre o desejo e o interdito instituído pela Lei constituía o fiador principal da clínica. Neste momento, curar era 'transcendentalizar' o desejo, destituir a falta pensada como frustração imaginária e elevá-la ao estatuto de uma privação simbólica estrutural.

Lacan (2016) defendida que tal relação está profundamente ligada ao conceito de Lei e ao Nome-do-Pai, que introduz a ordem simbólica e regula o desejo. Para Lacan, é o interdito que proíbe o acesso direto ao objeto do desejo (o objeto a) e estrutura a relação do sujeito com a falta. É através do interdito que o sujeito se constitui simbolicamente, aceitando as limitações impostas pela linguagem e pela Lei.

O paradoxo entre intencionalidade e interdito em Pêcheux se manifesta na tensão entre o sujeito que acredita ser o autor de seu discurso e as formações discursivas e ideológicas que, de fato, o produzem. A intencionalidade é sempre limitada pelo interdito ideológico, que define o que pode ser dito e pensado. O sujeito é, assim, simultaneamente agente e produto do discurso. Já em Lacan, o paradoxo é evidente na relação entre o desejo do sujeito e a Lei. A intencionalidade do sujeito, expressa através de seu desejo, é sempre já mediada pela linguagem e pela ordem simbólica. Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que limita o acesso ao objeto do desejo o interdito é o que possibilita a constituição do desejo e do próprio sujeito. O sujeito é, portanto, constituído pela falta e pelo interdito, que estruturam a sua intencionalidade.

Tanto Pêcheux quanto Lacan veem o sujeito como fundamentalmente constituído por algo que o transpassa – formações discursivas e ideológicas em Pêcheux, e a ordem simbólica e a Lei, em Lacan. Ambos reconhecem que a intencionalidade do sujeito é limitada e mediada por estruturas que escapam ao seu controle consciente.

Diante da concepção de sujeito marcada por interditos e determinações inconscientes, conforme discutido por Pêcheux e Lacan, torna-se necessário compreender como tais restrições operam materialmente na esfera midiática. É nesse ponto que as capas de revistas se configuram como acontecimentos jornalísticos

privilegiados para análise. Assim, o que segue adentra a articulação entre política, neoliberalismo e mídia, evidenciando como sentidos são produzidos e circulados em um espaço marcado por silenciamentos e efeitos ideológicos.

4 DAS CAPAS DE REVISTAS: ACONTECIMENTOS, POLÍTICA E NEOLIBERALISMO

Como visto anteriormente, as capas de revista desempenham um papel importante na circulação de sentidos na sociedade capitalista, tendo em conta que a mídia dominante mantém uma complexa e intrínseca relação com o capitalismo contemporâneo. Tendo em conta o desenvolvido dos dispositivos teórico-analíticos aqui mobilizados, tem-se o reconhecimento do papel preponderante que a grande mídia desempenha na cultura e na sociedade em que vivemos.

É basilar entender que o discurso não se restringe apenas às palavras e imagens aparentes, mas também abrange elementos silenciados/apagados que podem influenciar na forma como interpretamos. Nessa perspectiva, as capas das revistas são peças centrais na comunicação midiática, projetadas para capturar a atenção do público e transmitir mensagens impactantes. No entanto, é nas relações implícitas que encontramos camadas mais profundas de significados, expressos através de elementos visuais, escolhas de design e até mesmo no que não é dito explicitamente.

Uma das formas marcantes em que os aspectos implícitos se manifestam nas capas das revistas é através das imagens. A seleção de fotos, poses e expressões faciais pode transmitir uma gama de emoções e conceitos que nem sempre são explicitamente articulados nos textos. Um olhar sedutor, uma postura confiante ou uma atmosfera de luxo podem sugerir mensagens que vão além das palavras, moldando a percepção do público-leitor sobre o conteúdo e os valores ali representados.

As cores e o *design* também desempenham um papel significativo na circulação de aspectos implícitos nas capas das revistas. Determinadas paletas de cores podem evocar diferentes emoções e sentimentos, influenciando a forma como os leitores se conectam com o material apresentado. Da mesma forma, a disposição dos elementos gráficos pode sugerir hierarquias, direcionando o olhar do leitor para informações

específicas e enfatizando certos aspectos da mensagem.

Na perspectiva materialista do discurso, um elemento fundamental que deve ser explorado é o contexto sócio-histórico e cultural em que as capas das revistas são produzidas e lidas/interpretadas. As representações simbólicas e os valores presentes nessas mídias estão intrinsecamente ligados às normas e crenças da sociedade em que estão inseridas. Nesse sentido, é fundamental considerar as relações de poder, as ideologias e os interesses políticos e econômicos que permeiam o cenário midiático em análise.

Ao analisar os aspectos implícitos nas capas das revistas, podemos identificar as estratégias ideológicas utilizadas para influenciar as percepções do público. O discurso posto em circulação pelas revistas, muitas vezes, opera de maneira sutil, influenciando as visões de mundo e reforçando os valores econômicos, políticos e culturais dominantes. Por esta razão, é preciso desenvolver uma leitura crítica, questionando os discursos dominantes e abrindo espaço para perspectivas alternativas, alinhadas à resistência.

4.1 POR UMA LEITURA DA PARÁFRASE E DA POLISSEMIA NA REVISTA ISTOÉ

Orlandi (2001, p.36) traz uma abordagem que nos permite pensar a linguagem enquanto reflexo de tensões a partir do novo e do reiterável, da criatividade e da produtividade. A partir dessas noções, Orlandi ressignificou os termos *paráfrase* e *polissemia* presentes na Linguística de Texto e Semântica. Levando em conta essa proposição, a Análise materialista do Discurso se alicerça na noção de que esses dois processos, a paráfrase e a polissemia, emergem como fundamentais e contraditórios, uma vez que sustentam a noção de que processos já cristalizados e institucionalizados (o já dito), contraditórios no conjunto de deslizos no dizer, instalam um dizer diferente, no jogo das diferentes formações discursivas.

Orlandi considera que a paráfrase é a matriz do sentido e a polissemia é a fonte de sentido. Isso se dá porque, segunda a autora, o significado das palavras e enunciados não é fixo ou estável. Ao contrário, ele emerge do confronto entre

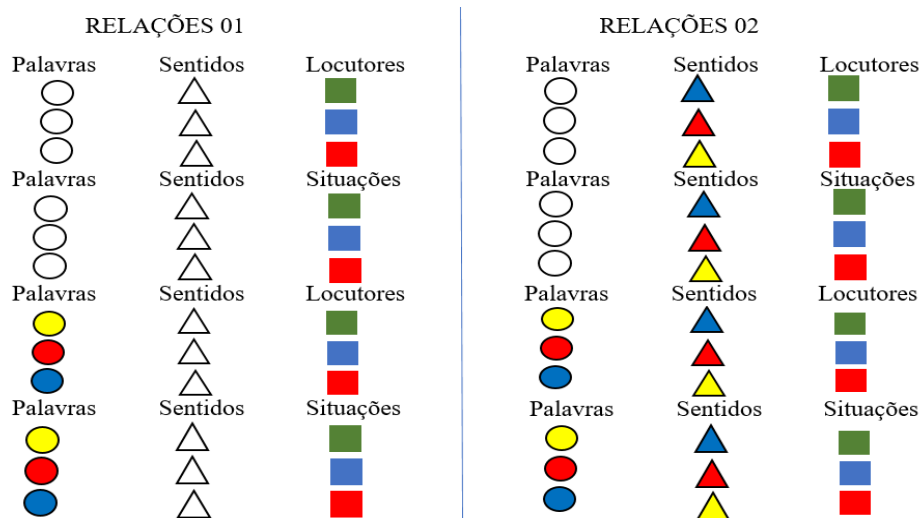
diferentes posições ideológicas, situações históricas e relações sociais. Nessa perspectiva, a noção de fonte de sentidos proposta por Orlandi (2001, p.38) não é necessariamente o de lugar de sentidos, mas de possibilidade de existir outros sentidos. Tal concepção corrobora exatamente a defesa de que “o sentido não tem origem. Não há origem do sentido nem no sujeito (onto) nem na história (filó). O que há são efeitos de sentido” (Orlandi, 1990, p.42).

Considerando que o sentido se constrói a partir das relações que se estabelecem no funcionamento da linguagem, relações entre palavras, locutores, sentidos e situações, Orlandi (2005, p.15), enumera as seguintes associações:

- as mesmas palavras com o mesmo sentido em relação a diferentes locutores;
- as mesmas palavras com o mesmo sentido em relação a diferentes situações;
- palavras diferentes com mesmo sentido em relação a diferentes locutores e;
- palavras diferentes com o mesmo sentido em relação a diferentes situações.

Ainda segundo a autora, “o mesmo sentido podendo aí ser substituído por “diferentes” sentidos em a, b, c, d. temos a variável polissêmica a’, b’, c’, d’”. Graficamente, esse esquema pode ser representado da seguinte forma:

Figura 12 - Representação Gráfica de Relações Parafrásticas



Cabe notar que essa representação é puramente linguística, mas se for trocada a palavra “situações” por condições sócio-históricas, a noção linguística perde a essência para algo exterior à língua, ao(s) sujeito(s), reproduzindo efeitos de sentido próprios da exterioridade. Dito de outro modo, é possível perceber que, por não haver um lugar fixo ou estável para o sentido, este se desenvolve a partir da exterioridade do sujeito, da língua e da história, elementos constitutivos do discurso, bem como a partir das relações que o sujeito do discurso estabelece nas formações discursivas nas quais se inscreve. Essas relações entre formações discursivas e exterioridade do sujeito, da língua e da história, remetem ao interdiscurso, daí por que a exterioridade se define em função do interdiscurso, e essa existe a partir do interdiscurso, uma vez que todo discurso legitima sua relação com outros discursos, que podem excluir, incluir, pressupor, bem como com o interdiscurso.

Orlandi (2015, p.9) considera que o “interdiscurso é o já-dito que sustenta a possibilidade mesma de dizer: conjunto do dizível que torna possível o dizer e que reside no fato de que algo fala antes, em algum outro lugar”. Nesse sentido, para que o dizer produza um efeito de sentido, convém que este já tenha sido dito e que ao ser dito antes, tenha produzido um sentido, que poderá ser retomado parafrasticamente ou de forma polissêmica. Logo, ao falarmos, filiamo-nos a redes de sentido inscritas nas diversas formações discursivas e somos impelidos a construir sentidos que historicamente foram apagados, por meio de dizeres retomados, para substituir o que são apagados ou esquecidos. Nesse aspecto, somos ideologicamente interpelados, pela formação discursiva na qual estamos inscritos e/ou que somos por ela alcançados.

Isso retoma a noção proposta de que os efeitos de sentido se estabelecem na noção de que “a língua se inscreve na história para significar” (Orlandi, 2023, p.11), daí, ao falar, mobiliza-se um saber que não é reprodução de um aprendizado, mas que se constitui a partir de filiações em uma ou várias formações discursivas, produzindo um efeito de que “lá” esteve à espera da mobilização desse ou de outro sentido, o que compreende a noção do interdiscurso enquanto um “já-lá” e a polissemia, como a mobilização de outros sentidos a partir de um dizer sedimentado.

Se há um retorno que apresenta constância de um dizer sedimentado, o que caracteriza a paráfrase, há de se considerar que a linguagem busca romper com essa

estabilidade, o que constitui a tensão entre o dado e o diferente. Na tensão desses dois processos, o primeiro busca pela instabilidade ou a tentativa de unificar um sentido; e o segundo busca quebrar as cadeias de sentidos estabelecidas por esta estabilidade, possibilitando ao sujeito do discurso significar de modos diferentes.

Esse rompimento tensionado pela linguagem é classificado por Orlandi como polissemia, definindo-a como “força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado” (Orlandi, 1987, p.26). É partindo dessa tensão que se estabelecem os processos de produtividade e criatividade. Enquanto a produtividade conduz todo dizer ao mesmo campo de significação, como propôs Orlandi (2005, p.15), ao enumerar as relações 01, diversificando as palavras, os sujeitos e as situações, mantendo os mesmos sentidos, a criatividade produz um rompimento que tende a estabilizar os sentidos, mantendo-os no mesmo campo de significação, considerando nesse aspecto, a proposição das relações 02, em que “o mesmo sentido podendo aí ser substituído por ‘diferentes’ sentidos”. Todavia, essa substituição não promove um novo sentido, como se costuma pensar, cabendo lembrar que os sentidos deslizam, deslocam-se ou irrompem.

Nesse sentido, se considerarmos que a historicidade discursiva está intrinsecamente relacionada ao funcionamento material da linguagem e às formações discursivas, é necessário compreender que o sentido não emerge como algo novo, isolado ou autônomo. Ele não irrompe do nada, nem se constitui em um único ponto discursivo, mas é sempre efeito de relações entre diferentes dizeres. Assim, não se pode falar em uma gênese absoluta nem do sujeito nem do sentido, pois suas produções históricas não seguem uma linearidade, mas se constroem nas múltiplas relações entre sujeitos, palavras, sentidos e condições de produção (Orlandi, 2005).

Há, porém, uma questão a ser considerada nessa tensão, paráfrase e polissemia, ou produtividade e criatividade, a de que esses processos andam juntos, não havendo como separá-los. De acordo com Orlandi (2008, p.11),

na tensa relação entre paráfrase e polissemia, todos esses componentes das condições de produção da leitura entram não como elementos únicos, mas justamente em suas posições relativas. E é essa relação de posições histórica e socialmente determinadas — em que o simbólico (linguístico) e o imaginário (ideológico) se juntam — que constitui as condições de produção da leitura.

Sobre a separação entre esses dois processos, Orlandi aponta que “a separação entre paráfrase e polissemia não é clara nem permanente” (1996, p.93), de forma que a relação entre esses dois termos vai além de tensão entre eles e inclui também a *con-fusão* entre eles. Nesse caso, a noção de *con-fusão* é a que melhor se aproxima da relação de sentido de algo que favorece o efeito de conflito, bem como da fusão entre dois elementos. De fato, ambos os processos estão tão conectados que causam confusão quando se busca definir necessariamente o que é cada um. Isso se dá pela obscuridade e transparência, mistura e combinação, difusão e dispersão em que tais processos são submetidos. Logo, não são passíveis de distinção no discurso.

Com base nesses pressupostos, mobilizamos dispositivos teórico-analíticos para tratar do movimento parafrástico do discurso religioso no político. A revista ISTOÉ edição n° 2551, de 14 de novembro de 2018, trouxe em sua capa (Figura 13) a seguinte manchete – “UMA NOVA ESQUERDA” e o seguinte subtítulo – “A Banição do PT liderada por Ciro Gomes, a oposição tenta se reinventar, exclui o partido dos trabalhadores das negociações e o relega ao isolamento político”.

Figura 13 – IstoÉ – novembro de 2018



Revista ISTOÉ edição n° 2551 –

Do discurso religioso, a capa retoma a narrativa bíblica presente no livro de Gênesis, do capítulo primeiro ao terceiro. A referida narrativa trata do primeiro casal

criado por Deus, e instituído como guardião do Jardim do Éden. O texto bíblico conta que Deus criou o mundo, após essa criação fez o homem no sexto dia. Havia a percepção de que o homem não poderia estar só. Por conseguinte, pôs o sono no homem, e tirou-lhe uma costela, e dela formou a mulher dando-lhe vida. Abrimos um parêntese para discorrer que a exegese bíblica defende que a decisão de Deus de fazer a mulher da costela e não da cabeça foi para que ela não fosse considerada superior ao homem, bem como também não fez dos pés para não lhe ser inferior, mas do lado, simbolizando igualdade entre ambos.

Deus, então, determinou que o casal poderia comer de qualquer fruto que quisesse, mas ordenou que não comessem especificamente de uma árvore, chamada de árvore do conhecimento do bem e do mal, e prenunciou que no dia que dela comessem morreriam. A história bíblica diz que a serpente enganou a mulher, e essa comeu do fruto e ofereceu ao homem, que também dele comeu. Essa atitude tornou o casal indigno de habitar o jardim, razão por que Deus os baniu, expulsando-os do jardim, colocando anjos de guarda para que o casal não mais adentrasse àquele ambiente.

A banição do casal é reflexo do comportamento “subversivo” por eles desenvolvido, resultando assim em um castigo divino por tal comportamento. Consideremos que a punição aplicada por Deus era atemporal e irreversível, não havendo mais possibilidade de retorno à condição anterior. No campo político, o discurso religioso é mobilizado para produzir no imaginário do leitor a paráfrase da narrativa bíblica da expulsão do paraíso, resignificando a condição do Partido do Trabalhadores, à época de sua publicação. Para tanto, o semanário fez uso do termo “banição”, produzindo sentidos de “expulsão”, “exclusão”, “isolamento”, apontando a expulsão da representação da esquerda que desobedecesse “à Lei”, daí o uso da expressão “Uma Nova Esquerda”.

Tal expressão sugere efeitos de sentido de ruptura, transformação, substituição, em diferentes interpretações, com a noção de queda, associada à condição do homem³², que se contaminou com o pecado, perdendo a graça divina. Nesse sentido, há no imaginário judaico-cristão a noção de queda da condição

³² Gênero humano, humanidade.

primeira. Fazendo-se um paralelo com a narrativa bíblica, a condição do PT era a de queda, subtendida pelo envolvimento com a corrupção.

A noção de “queda” aqui transcrita faz referência à noção da teologia, que compreende a narrativa bíblica de o homem ter sido criado em perfeição (“imagem e semelhança”) e ter pecado, levando-o à queda de seu estado natural de perfeição. Para Slavoj Žižek e Milbank (2014), a noção de “queda” assume uma dimensão radicalmente diferente da interpretação teológica tradicional. O filósofo esloveno, noutros escritos, desenvolve uma “teologia materialista” que propõe uma nova concepção dos fundamentos cristãos a partir de uma perspectiva dialético-materialista. Žižek propõe uma leitura radical da crucificação não apenas como a morte do filho de Deus, mas como a morte do próprio Deus. Para ele, o grito de Jesus na cruz e a resposta vazia do céu demonstram que não há Deus. Essa interpretação inverte completamente a noção tradicional de queda.

A partir dessa noção de queda, apontamos uma ruptura no sentido proposto pelo termo “banição”, bem como um jogo polissêmico, que desliza para uma outra compreensão que vai além do imaginário judaico-cristão, que foi a expulsão do Jardim do Éden.

Na língua portuguesa, o verbo *banir* deriva do verbo *bandir* do português antigo. *Bandir* trazia as significações “banir”, “desterrar”, revelando a existência de um substantivo mais antigo – *bandon* – do qual advém *bando* (“pregão”, “decreto”). *Bandon* era a ordem de *bandir* e deu origem ao verbo *abandonar*, que, por sua vez, tem o significado etimológico de “não querer saber da pessoa ou da coisa que se abandona”; de “deixá-la entregue aos seus próprios recursos, os quais se reputam deficientes ou nulos”. Estes sinônimos trazem etimologicamente a relação significativa “de indiferença, pouco apreço, desprezo ou pouco interesse revelado por alguém ou algo” (Pombo, 2011, p.13)

Conforme apontamos, atualmente, o verbo “banir” traz uma carga semântica de “expulsar de um lugar”, geralmente uma pátria, “afugentar”, “proibir a participação em um determinado convívio” ou que faça parte de alguma sociedade. Nesse sentido, o verbo traz, em seu significado a priori, um sentido definitivo. Alguém que era banido não deveria aparecer nunca mais. Não há a possibilidade de reversão da pena de

banimento, uma vez banido, sempre banido.

Assim, a banição advinda do discurso religioso, apoiado na narrativa bíblica do Gênesis, mantém uma relação parafrástica com o verbo banir, e, assim, a VEJA propôs aos seus leitores que a noção de expulsão do PT, no campo de representatividade da esquerda, remeteria a “Uma Nova Esquerda”, representada, sobretudo, a um movimento de tensão que partiu da paráfrase (estabilidade) para a polissemia (movimento de força de mudança e transformação), conforme verificamos a partir dos elementos semióticos e dos elementos textuais presentes na capa do semanário.

Dessa forma, como retorno ao já dito bíblico, a revista promove o paralelo entre Ciro Gomes e o anjo com a espada na mão para refletir os efeitos de sentido reproduzidos pelo semanário, ao destacar a figura do anjo e de Ciro. Convém discorrer que, no imaginário judaico-cristão, a figura desse anjo tem amparo no livro de Gênesis, onde se lê: “E havendo lançado fora o homem, pôs querubins ao oriente do jardim do Éden” (Gênesis 3.24.). Observa-se, então, que os anjos responsáveis pela proteção da porta de entrada do jardim eram seres celestiais de uma hierarquia superior.

Na narrativa bíblica, os querubins desempenham um papel peculiar, especificamente o de guardar e proteger a santidade de Deus, e impedir que esta seja de alguma forma maculada. O dicionário bíblico, da editora Beit Shalom, escrito por Elias Soares de Moraes, denominado de “Dicionário de palavras, expressões, interpretações e curiosidades Bíblicas”, define o termo Querubins (teônimo, refere-se a divindade) como de origem hebraica, a partir do termo, כרובים *Keruvim*, plural de כרוב *Keruv*, cuja significação é de “ser maravilhoso”, “anjo da primeira hierarquia”, “criança linda” (Moraes, 2022, p.120).

Os efeitos de sentido que o discurso reproduz na respectiva capa remete à noção de pureza e santidade do ser celestial, em paralelo com a pureza política de Ciro, como símbolo no banimento da corrupção do PT. Desse modo, a imagem do político é elevada à condição de pureza, se considerarmos que o papel do querubim era proteger a santidade de Deus e impedir a impureza exterior. Há de se considerar de igual modo, o semanário eleva o ptdista ao mesmo patamar de santidade do ser angelical, colocando-o como o guardião do paraíso, ou da política brasileira. Nesse

sentido, o deslize transpõe a barreira do discurso religioso, na medida que alcança o discurso político, situando o político no campo da pureza do guardião, que é próprio da figura angelical. Trata-se de um movimento de deslizamentos e deslocamento de sentidos, para estabilizar a noção advinda do discurso religioso no âmbito da “Nova Esquerda”.

Esse deslocamento e tentativa de estabilização do sentido acontece de igual modo na relação discursiva da imagem de Fernando Haddad e Gleisi Hoffmann, com o casal do Éden, Adão e Eva, expulso do jardim, porque suas vergonhas e pecados foram expostas, quando desobedeceram ao Criador. Em se tratando da relação discursiva com o casal bíblico original, Haddad e Gleisi estão posicionados nus e encobertos apenas com uma faixa do Partido dos Trabalhadores presa às suas cinturas, aparentando pavor diante da figura angelical, representada por Ciro Gomes. Além disso, a revista ainda traz uma conotação sexual, reproduzindo a noção de “amante”, apelido dado a Gleisi Hoffmann nas planilhas encontradas à época no chamado Departamento de Propinas da Odebrecht.

Outrossim, as figuras em destaque reproduzem no imaginário do leitor a representatividade do PT por meio das duas personagens, uma por ser a presidenta do PT e o outro por ser o candidato à presidência do partido em 2018. Sendo, pois, representantes de um partido envolvido em corrupção, caberia ao leitor tomar a posição de eleger um novo partido e um novo representante na esquerda brasileira, “Uma Nova Esquerda”. Isso tem maior contundência pelo uso das expressões do tipo, “se reinventar”, “exclui”, “isolamento”, na chamada da capa.

O termo “reinventar”, usado pelo semanário pode ter outros sinônimos como “recriar, refazer, reformular, reelaborar, reconstruir, recompor, redescobrir, reestabelecer, reencontrar, ressignificar” (Bertonha, 2024). Todos esses verbos têm em comum o mesmo prefixo “re”, de origem latina, que provoca na capa o sentido de *repetição*, e com a noção de retomada do elemento anterior para sua constituição. Ao trazer o verbo “reinventar”, o editorial leva o leitor a um gesto de leitura de que não se estava inventando algo novo, mas inventando a partir de algo já existente, o que significaria não manter a corrupção do PT, mas retomar a noção do partido antes de seu envolvimento com a corrupção.

Para tanto, caberia ao leitor tomar a decisão de “excluir” o partido das negociações e representações políticas. Compreenda-se que o semanário não instituiu a exclusão do partido político da vida dos brasileiros, nisso, há um deslize em relação ao discurso religioso, uma vez que naquele discurso, é posto que o casal do Éden não retornou ao jardim novamente. A revista, por sua vez, apela para que o partido seja isolado. Nesse sentido, retomando a relação significativa de banir como “de indiferença, pouco apreço, desprezo ou pouco interesse revelado por alguém ou algo”, noutros termos, relegando-o ao segundo plano, mas de menor significação, assim, como são considerados partidos de menores cacifes, ou partidos nanicos, a exemplo do PSTU, REDE, UP, PCO, AJR, levando o Partido dos Trabalhadores ao ostracismo, uma vez que reproduz a noção de que o PT representa a “velha ordem” e o PDT, na figura de seu líder, representa a “nova ordem/esquerda” na política nacional.

A análise da interdiscursividade entre o discurso religioso e político nesta capa demonstra uma complexa rede de significações que se constrói a partir da apropriação do mito da expulsão do paraíso, de forma que a narrativa bíblica da expulsão é ressignificada como expulsão política, assim como o “pecado original” transmutado em “pecado político”, e o Éden representado metaforicamente pelo espaço político da esquerda. Por sua vez, a representação da nudez das figuras políticas, representantes do Partido dos Trabalhadores, sugere vulnerabilidade e exposição.

Além disso, na ressignificação das personagens bíblicas, Adão e Eva são reconfigurados ou assumem a condição de representantes do PT, o que significa que a leitura da “desobediência” bíblica, ou o gesto de leitura a ser feito, não é algo restrito ao acontecimento bíblico. Assim, inaugura-se um novo acontecimento, um acontecimento político, inaugurado no “desvio político”, no qual a maçã, símbolo do pecado iniciado pela mulher no imaginário judaico-cristão, pode ser transmutada para a estrela do PT, disposta na região da coxa da figura feminina, enquanto marca do “desvio” do partido. Nesse aspecto, o discurso religioso empresta sua força moral ao discurso político e o mito bíblico serve como matriz interpretativa, ou efeito de evidência, da necessidade do surgimento de “Uma Nova Esquerda”. Desse modo, a narrativa religiosa legitima a ação política, momento em que o sagrado e o profano se fundem na construção de sentido.

Um aspecto a considerar no recorte analisado compreende o efeito de evidência que o discurso reproduz, principalmente através de aspectos tais como, naturalização do processo político, apagamento das condições históricas de produção, construção da obviedade, efeito de transparência e universalização do particular.

A naturalização é um processo em que ações, decisões ou eventos que poderiam ser entendidos como controversos ou políticos passam a ser apresentados de forma que pareçam parte de uma ordem natural ou inevitável. A capa apresenta um cenário ou uma decisão política como algo que, embora tenha implicações sociais e históricas, parece ser uma consequência lógica e quase natural dos eventos. No contexto da capa da Revista ISTOÉ/2018, o objetivo de utilizar a naturalização é criar um efeito de evidência, permitindo que o leitor interprete esse evento político sem a devida surpresa ou crítica.

Nas palavras de Orlandi (2001, p.45-6), “o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá”, facilitando a reprodução de narrativas que, em outras circunstâncias, poderiam ser mais questionadas. Consequentemente, isso pode levar a um efeito de dessensibilização em relação às questões críticas. Ademais, cabe ressaltar que para Orlandi (2007, p.29), “o homem está ‘condenado’ a significar”, metáfora que dialoga com a condição pecaminosa da humanidade, inaugurada no pecado original, resultando na condenação eterna.

Para tanto, a revista criou um paralelo entre o discurso religioso judaico-cristão, dominante no país, com o discurso político, fazendo funcionar como um efeito de evidência de que, assim como foi no Éden, quando o casal foi expulso por causa de seu pecado, paralelamente deve acontecer com o Partido dos Trabalhadores, representados por duas figuras públicas de grande destaque tanto no partido como na política nacional. Nesse sentido, a banição do PT seria algo natural, assim como o surgimento de uma nova representação, nesse caso, o PDT, representado por Ciro Gomes, apresentado como uma espécie de “querubim da purificação” da Nova Esquerda brasileira. Logo, esse acontecimento político, banição do PT e surgimento de Uma Nova Esquerda, é apresentado como uma consequência lógica e inescapável, noutros termos, evidente.

Para construção dessa naturalidade, a revista põe em xeque toda história de luta do PT na política nacional e o que o partido representa para o sistema político brasileiro, apagando as condições de produção do discurso, as lutas pela redemocratização, as políticas sociais desenvolvidas pelo partido, a representativa dos trabalhadores na história política brasileira, dentre outros aspectos. Para tanto, o semanário silencia sobre as complexidades e contradições do processo político real, e apresenta uma versão simplificada e determinista do acontecimento político, ocultando as relações de poder e os interesses envolvidos no processo.

Além disso, esse periódico silencia o contexto histórico complexo em que o PT se encontrava e sua relação com outros partidos de esquerda, inclusive com o PDT, partido do suposto protagonista da Nova Esquerda. Silencia, ainda, as disputas internas, alianças e contradições do campo progressista, não reproduzindo ou demonstrando o papel da própria mídia na construção desta narrativa, como tem sido “evidente” na política brasileira. Outrossim, apaga as condições materiais e econômicas que influenciam o cenário político, além dos interesses editoriais e empresariais em funcionamento nesta narrativa, silenciando sobre a própria posição da revista no espectro político-ideológico

Assim, vale questionar: a quem interessa a banicção do PT? Quais as relações de poder em funcionamento na reinvenção da Nova Esquerda, na exclusão e isolamento do partido? Esse silêncio e apagamento das contradições do processo político constrói uma espécie de obviedade, uma vez que o título “A Banição do PT” é apresentado como algo dado, inquestionável. Se, durante sua história, o partido tem se colocado no cenário político com uma postura contraposta ao envolvimento que a maioria dos partidos figurava na corrupção, seria, portanto, inquestionável que esse partido não serviria mais aos propósitos do povo. Nesse aspecto, a noção de “Uma Nova Esquerda” sugere uma evolução natural e necessária, uma vez que o petismo não representaria mais aos interesses da esquerda.

Ideologicamente, o efeito de evidência é marcado pela suposta transparência da linguagem e pela neutralidade ilusória, o que sugere que a linguagem pode parecer cristalina e direta, ainda que cada enunciado esteja impregnado de outros enunciados, os já-ditos, não havendo palavras neutras e/ou sem historicidade. Nesse sentido, cada proposição vai integrar vários efeitos de sentido, na opacidade da linguagem. Essa

ilusão de transparência pode levar aos leitores da revista a acreditarem que estão recebendo uma representação fiel da realidade; de que o PT tem de ser banido. Para tanto, cabe o surgimento de uma esquerda sem envolvimento com a corrupção (pecado), e que todo esse discurso é óbvio e transparente, peculiar do próprio leitor e não do editor.

Outra característica desse efeito de transparência é a construção de significados, isso porque há de se considerar que os discursos são construídos dentro de contextos sociais e históricos específicos, e essa construção influencia a forma como as noções são interpretadas. Vejamos que a manchete surge em um período eleitoral, em que havia toda uma discussão por parte da grande mídia que favorecia a candidatura de Ciro Gomes, como representante da esquerda brasileira. Além disso, as condições de produção do discurso, naquele período, eram de diversas investigações de corrupção por parte de políticos ligados ao PT, reproduzindo um discurso que buscava influenciar a maneira como as pessoas entendiam o contexto histórico-social no qual o PT estava inserido.

Isso, por sua vez, reproduz um discurso de universalização do particular, ou o de que o suposto envolvimento de algumas figuras do Partido do Trabalhadores deveria ser interpretado não de forma específica, mas a partir da particularidade desses fatos políticos, interpretando-se universalmente, através da generalização de que “todo petista é ladrão”. Esse tipo de discurso ou a perspectiva do editorial é a de naturalizar “a verdade dos acontecimentos”, colocando-se consensualmente a favor do posicionamento político da grande mídia, do capital e daqueles que se opõem, ideologicamente, ao PT.

Estes aspectos, essenciais para produzir o efeito de evidência, operam de forma conjunta, sobretudo para naturalizar uma interpretação específica do acontecimento político, bem como para mascarar o caráter ideológico dessa construção discursiva, além de estabelecer como “verdade” uma perspectiva particular, silenciando interpretações alternativas, construindo um efeito de sentido que se apresenta para legitimar determinada posição política como a única possível.

4.2 ACONTECIMENTOS DISCURSIVO, ENUNCIATIVO E JORNALÍSTICO NOS EDITORIAIS DA REVISTA ISTOÉ

Os editoriais da revista ISTOÉ buscam delinear e conjecturar os acontecimentos para seus leitores, em uma perspectiva que convencionou uma dessemelhança entre fatos e acontecimentos discursivos. Agindo dessa forma, os respectivos editoriais criam uma preleção discursiva dos fatos, apresentando essa versão como uma realidade para os leitores, conforme proposto pelos editores.

A noção de realidade aqui discutida não corresponde necessariamente a um fato histórico e até poderia ser, mas diz respeito à identificação ideológica do sujeito do discurso com uma “verdade” ou “realidade” vinculada a uma formação ideológica que, devido a sua porosidade, dá origem a diversas formações discursivas. Enquanto efeito de sentidos entre os interlocutores ou leitores, a verdade é produzida a partir dessa identificação ou desidentificação ideológica do sentido de verdadeiro e/ou real idealizado pela ISTOÉ.

Há de se compreender que a noção *de real* ou *verdadeira* deve ser compreendida, como ensejo do possível e consciência como a “própria realidade humana”, dando origem ao “princípio da realidade”, como Mészáros (2011, p.115) afirma:

Como todas as concepções deterministas do mundo foram *a priori* rejeitadas, e a consciência foi descrita como a própria realidade humana e fonte absoluta da existência, a consciência como tal deve ser responsável por produzir suas próprias barreiras. Ela erige o ego como “a sua salvaguarda e a sua lei” e assim produz as *distinções entre o possível e o real*, entre aparência e ser, entre o voluntário e o sofrido etc. – distinções essas todas que repercutem contra ela. Desse modo, surge o “princípio da realidade” (pela diferenciação entre o possível e o real) e toma conta de nossa vida cotidiana (Mészáros, 2011, p.115).

Logo, o *real* e/ou *verdadeiro*, para Mészáros, não pode ser compreendido como algo perfeitamente concreto, mas corresponde a algo que produz um efeito de realidade ou de uma possível realidade, no nosso entendimento, por se tratar de uma materialização da realidade produzida pelo sujeito do discurso. Por sua vez, Marx

partia do empírico, compreendendo, porém, que o empírico representa apenas a parte de um todo, não respectivamente o todo. Além desse aspecto, o empírico se caracteriza por uma manifestação imediata, pois, inicialmente, o contato do ser humano com o empírico produz um efeito de sentido real de uma situação dada.

Vejamos que, no entendimento de Hegel, o empírico é verdadeiro enquanto empírico. Enquanto para Hegel, o processo do pensamento é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para Marx, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para cérebro humano e por ele interpretado. Se assim não fosse, o real seria algo que dependeria de alguém que o constituísse real, e não como Marx pensa, para quem o objeto da pesquisa (o real) seria um objeto independente do sujeito e/ou do pesquisador para existir.

Para Netto (2011, p. 25), “esse real [...] não é uma espécie de reflexo mecânico, com o pensamento espelhando a realidade tal como um espelho reflete a imagem que tem diante de si”. Netto destaca ainda que

como bom materialista, Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se “pelo real e pelo concreto”, que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples (2011, p.42).

Para Marx e Engels (1963, p.195), “não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos”. Daí o real se permite ser apanhado como metodologia rigidamente única e inquestionável, como se propõe a construção do pensamento científico.

A distinção entre real da língua, o real da história, o real com elemento da materialização e o real por meio da consciência, não se constitui aparentemente lógica, pelo fato de o realismo socialista na literatura forçar uma coincidência entre a linguagem e o real, como se houvesse transparência na linguagem e esta fosse desprovida de opacidade, sendo, portanto, capaz de fazer pensar que existe uma coincidência entre os efeitos de sentido e as palavras, o que se contrapõe a discussão levantada Pêcheux (1997, p.160), ao afirmar:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

É nessa direção que Gadet e Pêcheux (2004, p.99), apoiados nas noções sobre o real desenvolvidas por Marx, afirmam:

A linguagem como imagem lógica da realidade, reflexo do real e expressão da objetividade: o realismo socialista em literatura baseia-se no mito de uma coincidência entre a linguagem e o real, impondo-se descrevê-lo “objetivamente”, tal como é... na ideologia stalinista, ou seja, de fato, transfigurar a realidade ao “refleti-la”.

Ainda sobre “real da língua”, “real da história” e “real do inconsciente”, fazendo uma reflexão sobre inquietações que surgiram a partir do Colóquio *Matérialités Discursives*, realizado em abril de 1980 em Nanterre, Lagazzi (2018, p.158) discorre que para responder a inquietação, tais como, “quais materialidades estão em jogo na análise de fatos de discurso pela história, pela psicanálise e pela linguística?”, para tanto, seria necessário compreender que o real tinha tripla existência sustentadas pela história, psicanálise e linguística, e nisso se fundava o entremeio da Análise materialista do Discurso.

Nesse ponto, conforme a autora, é preciso “fazer trabalhar a contradição na imbricação discursiva entre a língua, a história e o inconsciente”. Para a autora, a resposta Michel Pêcheux, foi a de que o real é pensado de forma diferente para historiador, psicanalista e linguista, uma vez que “não falam da mesma coisa”. Fundamentada nos escritos pecheutianos, Lagazzi afirma que

há uma heterogeneidade irreduzível entre a história, a língua e o inconsciente. Ou seja, o objeto discurso traz, em sua constituição, a força do alhures movimentando as fronteiras disciplinares e inquietando as posições estabelecidas a partir de fundamentos epistemológicos distintos, mas estranhamente familiares! (Lagazzi, 2018, p.159).

Desse modo, entendemos que os semanários delineiam e conjecturam com o objetivo de apontar as chaves explicativas dos acontecimentos, sejam eles históricos ou discursivos advindos do real. Tal pretensão produz um sentido *verdadeiro* para os leitores, pois o que é dito se põe a transitar, como única perspectiva sobre os acontecimentos, o que ao mesmo instante, os restringe, tornando-se explicações que

não abrangem uma dimensão histórica mais extensa.

Por esta razão, é preciso fazer uma distinção sobre os acontecimentos, quer seja histórico, jornalístico (enunciativo), discursivo, tendo em conta que embora essas categorias dialoguem entre si, é importante diferenciá-las. Para Dela-Silva o “acontecimento histórico consiste em um fato que, por sua relevância enquanto ocorrência no mundo, passa a ser lembrado na história, fazendo parte do dizer sobre o passado de um povo, narrado pela ciência histórica” (Dela-Silva, 2008, p.2).

Essa noção corrobora o pensamento de Guimarães (2002, p. 11), ao discorrer que na “constituição do acontecimento (histórico ou na história) se instala a temporalidade”, daí “o acontecimento não é um fato no tempo”, ou seja, algo que se deu em determinada circunstância, por isso, não ser “[...] um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo”, antes “a temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores” (2002, p. 12).

Nesse aspecto, o acontecimento não é algo que está preso no tempo enquanto história, muito menos no tempo do locutor. Ao contrário, o acontecimento cria espaços temporais, cabendo enfatizar que essa temporalidade é marcada por um passado que não é fruto de algo que se deu antes, preso naquele espaço temporal, mas por algo recortado pelo próprio acontecimento, numa relação de retorno, de *ser e dever ser*, entre passado, presente e futuro. Guimarães (2002) afirma que no acontecimento há “uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como o seu passado” (p. 15).

Ao analisar o acontecimento em relação à temporalidade, Guimarães (2002) defende que a constituição de um acontecimento se dá em sua temporalidade. Logo, como dito anteriormente, o acontecimento não é necessariamente um fato no tempo, muito menos “um fato novo distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo” do acontecimento, mas um fato presente tomado na temporalidade desse acontecimento, uma vez que um acontecimento é uma nova temporalização da latência de futuro da temporalidade. Noutros termos, diríamos que o acontecimento alarga o espaço temporal entre a causa e a consequência.

Essa temporalidade exige uma presunção de futuro e será afetada por esse novo fato, visto que não pode haver acontecimento na linguagem sem essa afetação no futuro. Conforme Guimarães (2002, p.12), “todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro”. Assim,

a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre *esta disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor*. Esta disparidade significa diretamente a inacessibilidade do Locutor àquilo que enuncia. O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor) (Guimarães, 2002, p.12).

Para Dela-Silva (2008, p.2), num “olhar discursivo [...] o acontecimento histórico, enquanto acontecimento da ordem das práticas humanas, pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos”. Isso se constitui no diálogo entre acontecimento discursivo e acontecimento histórico, e pode, por exemplo, irromper um novo efeito de sentido, o que seria acontecimento discursivo, mas nem sempre essa probabilidade dialógica acontece, visto que o acontecimento histórico pode refletir apenas o ponto de vista da história.

Por sua vez,

os acontecimentos jornalísticos são transpostos para o jornal em forma de notícias que, segundo a perspectiva enunciativo-discursiva, trata-se de uma “*narrativa de acontecimentos contemporâneos à sua enunciação*”. Esses acontecimentos, no entanto, são selecionados pelo jornalista dentre as inúmeras ocorrências de um dado período, a partir de critérios como o interesse do público e a atualidade (Dela-Silva, 2008, p.2).

Desse modo, a escolha do que será pautado no meio jornalístico será um cotejo do “inédito”, “improvável” e “interessante”, uma vez que não fará sentido se a manifestação da notícia não tiver um suposto ineditismo, isso porque não será interessante ler o que não é mais notícia. Além disso, ao fazer circular uma dada notícia é possível ter um certo grau de probabilidade, do que pode ser verdade e possível de ocorrer.

Ao tratar de acontecimento jornalístico, Fonseca e Mota (2014, p.286) consideram que o acontecimento jornalístico é constituído por uma sequência narrativa de fatos, que se sustenta na existência de sujeitos enunciadorees. Tais acontecimentos poderão construir determinadas realidades e/ou atribuir novas formas

de práticas sociais. Isso poderia irromper de um novo discurso e, para circular toda essa sequência narrativa, estará sujeita a uma disputa do que *deve* e do que *não deve* ser publicado, uma vez que determinado sentido pode não corresponder com a identidade ideológica e discursiva do editorial.

É por esta via que se instala a política de silêncio, enquanto o “que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as ‘outras palavras’” (Orlandi, 1997, p.24). Cabe, então, problematizar o editorial e sua relação com um (não) dizer – a autoria e a enunciação, no que o Pêcheux chamou de esquecimento, pondo em causa também uma suposta neutralidade/imparcialidade na mídia.

Ainda sobre acontecimento jornalístico, Fonseca e Mota afirmam que

o acontecimento jornalístico é transição, muito mais que simples ocorrência, uma vez que percorre o passado pelo fato acontecido, liga o ocorrido ao presente, e reconhece futuros possíveis, interferindo dessa forma no vir a ser, na reconfiguração dos efeitos de sentidos e de real (2014, p.286).

Na passagem de um acontecimento histórico e/ou jornalístico para um acontecimento discursivo, irrompem novos sentidos. De acordo com Pêcheux, o acontecimento discursivo é produzido “no ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. Para Courtine (2009), nesse encontro entre uma atualidade corresponde a uma “atualidade política” e uma memória novos sentidos são capazes de desencadear novas noções e ações. Daí, enquanto fato discursivo, o acontecimento corporifica os sujeitos do discurso no mundo social, promovendo inter-relação entre agentes sociais e abrindo portas para a construção de possíveis realidades. Porém, cabe enfatizar que o acontecimento discursivo pode não coincidir com o acontecimento jornalístico ou com os registros de um fato na história, devido à irrupção de um novo acontecimento.

Por esta razão, interessa pensar a noção de acontecimento discursivo nos termos de Courtine (2009, p.114), quando afirma:

[...] as sequências discursivas agrupadas num domínio de atualidade se inscrevem na instância do acontecimento. A inscrição do acontecimento dos enunciados confere a suas relações o efeito de uma lembrança ou de uma refutação imediatas de formulações presentes em sequências discursivas que se respondem.

Com base em Pêcheux (2002), Indursky (2008, p.9) considera que o

[...] acontecimento discursivo que se institui no exato momento em que o sujeito do discurso rompe com um domínio de saber já instituído e com o qual estava identificado até então para identificar-se com um novo domínio de saber, que está em processo de constituição.

Nessa perspectiva, o discurso midiático cria eventos e reforça os fatos do que aconteceu como história, porém “não fala mais do que dele se fala ou do que se o diz” (Deleuze, 1974, p.187). Desse modo, o que se tem é a possibilidade de interpretar, de compreender os fatos e a “história das práticas em que os homens enxergaram verdades e das suas lutas em torno dessas verdades” (Veyne, 1998, p.280).

Assim, os ditos que formam o acontecimento nos editoriais da revista ISTOÉ se impõem como realidade sobre a política brasileira. Mas, eles são postos em circulação pela revista, visto que são Aparelhos Ideológicos de Estado. Logo, o que é produzido nesses semanários não deixa de se sustentar numa práxis institucional, que estabelece uma totalidade de verificações expostas como o saber. Nesse sentido, o discurso materializado nos editoriais da ISTOÉ exerce um domínio por meio de uma consternação e de uma fascinação. De alguma maneira, os leitores que têm proximidade com o discurso das revistas são impelidos à identificação, no processo de busca por acontecimentos sobre política ou outros temas, no que a ISTOÉ apresenta em seus exemplares semanais.

No número da ISTOÉ publicado no dia 26 de junho de 2019, o editorial trata de um Decreto-Lei que o, então, presidente da República, Jair Bolsonaro, enviara ao Congresso nacional, tratando de facilitar a posse de armas de fogo, conforme excerto transcrito da revista³³:

Talvez, na elucubração mais frequente e previsível de sua ala de pensamento, caberia à esquerda dos “comunistinhas” tal feito. Com base em que Bolsonaro enxerga algum ambiente para um golpe? Empunhando a bandeira de uma destituição iminente pelas vias da tomada ilegal do Planalto parece trafegar na mesma trilha de delírios conspiratórios que o PT seguiu recentemente. Aos fatos, decerto irrefutáveis: Esquerda não tem como dar golpe, como também não foi alvo de um lá atrás – em que pese a insinuação ignara de que forças da oposição sabotaram a gestão da “mãe do PAC”. Todos sabem:

³³ Embora seja esse o assunto discutido, a nossa análise está manifestamente destinada à análise do acontecimento histórico e enunciativo em torno da palavra golpe.

Dilma Rousseff caiu por impeachment, no bojo das pedaladas fiscais comprovadamente demonstradas (ISTOÉ, 26/06/2019).

O editorial faz uma contundente exposição que corrobora a noção de que não justifica armar a população de forma desenfreada, questionando o argumento que essa seria uma maneira de evitar que se tomasse o poder, e que essa tomada de poder seria feita pelo diminutivo “comunistinhas”. Porém, não havia indício algum que comprovasse o frágil argumento defendido pelo então presidente, na tentativa de armar a população pelo chamado “golpe comunista”, tornando necessária a criação de um poder paralelo armado. Nesse aspecto, o governo descartaria a possibilidade de intervenção das forças armadas, embora o editor tenha questionado se não seria o caso de que ao armar seus aliados, não poderia também estar amando seus opositores: “armando a população, não se estaria permitindo, também, equipar os ‘comunistas’ com munição para a batalha do ‘bem contra o mal’?”

Considerando as discussões trazidas pelo editor, debruçamo-nos sobre a noção de golpe e, para tanto, cabe apontar os diversos sentidos para o termo, conforme o Dicionário Michaelis³⁴:

golpe
gol·pe
sm
1 Movimento brusco e violento, de ataque ou defesa, que atinge uma pessoa;
2 Contusão causada por esse movimento;
3 Pancada violenta com objeto contundente ou cortante sobre um objeto ou sobre uma pessoa ou um animal;
4 ESP Recurso técnico nas modalidades de luta ou de artes marciais;
5 FIG Estratégia desleal para se obter vantagens;
6 FIG Desvio de dinheiro alheio;
7 FIG Acontecimento inesperado e infeliz;
Golpe de Estado, POLÍT: ato de se apoderar, pela força, do governo estabelecido, para implantar um novo sistema governamental, sem aprovação do povo;
Golpe militar, POLÍT: ruptura de um governo, realizada por militares das Forças Armadas, que passam a comandar uma nação.

Interessa-nos aqui os significados *golpe de estado* e *golpe militar*, trazidos pelo referido dicionário. Ao tratar a noção de golpe prevista com a “vertente fantasiosa” propalada por Bolsonaro, o editorial cria um paralelo perigoso e de inteira confusão

³⁴ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/golpe/>. Acesso em: 21 jul. 2024.

com o que sofreu Dilma Rousseff em sua derrubada do poder. O editor defende que o “Planalto parece trafegar na mesma trilha de delírios conspiratórios que o PT seguiu recentemente”, significando ou produzindo efeitos de sentido de que os acontecimentos históricos são os mesmos, pelo trânsito do planalto, de então, transitando pelos mesmos caminhos delirantes e de conspiração conclamados pelo povo na rua e pelo PT. Pondo em suspeita o movimento partidário e face a tudo o que o país sofreu, a revista considerava que a concepção do partido não passava de uma farsa, sobre um golpe para derrubar uma presidente constitucionalmente eleita.

Ainda assim, o autor que subscreve o editorial corrobora que “o PT [...] não foi alvo de um [golpe] lá atrás”, mas que “Dilma Rousseff caiu por impeachment, no bojo das pedaladas fiscais comprovadamente demonstradas”. O editorial ainda expõe que o que levou a queda de Dilma não pode ser justificado, pela “insinuação ignara de que forças da oposição sabotaram a gestão da ‘mãe do PAC’”.

O paralelo perigoso se dá pelo fato de construir um efeito de sentido de que um golpe de Estado só acontece pela via da força militar e de que o acontecimento, “impeachment” de Dilma, foi um ato puramente legal, não havendo interesse político e não necessariamente legal no que aconteceu, o que corrobora para a aceitação de que a presidente Dilma foi destituída do cargo por cometer crime e não por um ato político, silenciando a interferência de um poder sobre o outro. A confusão instituída pelos efeitos de sentido produzidos pelo editorial da ISTOÉ leva a crer que se está diante dos mesmos acontecimentos, produzindo uma atualização do acontecimento histórico, pelo que de fato este não é.

Assim, os efeitos de sentidos propalados pelo editorial constroem ou impõem como realidade sobre a política brasileira algo totalmente distinto, o que corrobora a noção de que o discurso midiático cria eventos e reforça os fatos que aconteceram como história, cabe, porém, considerar que o editor se apropria dos fatos históricos e os interpreta.

Em se tratando do termo golpe como acontecimento discursivo, é fundamental entender que o termo golpe, empregado pelo editorial, recebe uma nova designação em outros meios de comunicação. Por exemplo, em uma entrevista dada pelo

professor, Luiz Moreira³⁵, pelo Instituto Humanista Unisinos, quando apontou uma ruptura dos conceitos abordados pelo Dicionário Michaelis sobre Golpe de Estado. O mencionado verbete corresponde ao “ato de se apoderar, pela força, do governo estabelecido, para implantar um novo sistema governamental, sem aprovação do povo”. Para o respectivo professor, esse conceito é atualizado como golpe parlamentar, compreendido como “um artifício para dar ares de legalidade a um golpe parlamentar”.

Embora seja considerada a noção de que houve uma ruptura com referência ao conceito de golpe de Estado, a atualização do conceito se mantém ligada à noção de golpe de Estado, definida no Dicionário Michaelis, e não há uma ruptura desse conceito para “para identificar-se com um novo domínio de saber, que está em processo de constituição”, apenas uma atualização do conceito, diferentemente do que acontece com o termo “*On a gagné!*” (“Ganhamos!”), analisado por Pêcheux (2002).

Após a eleição de François Mitterrand, ouviam-se gritos de “*On a gagné!*” nas ruas de Paris, em comemoração à respectiva vitória, o que antes era apenas um enunciado produzido por torcedores após triunfos de equipe de futebol, comemorando a vitória alcançada pela equipe no campeonato. Todavia, em se tratando da esfera política, o enunciado “*On a gagné!*” constrói um novo significado e irrompe com a cadeia discursiva do esporte, o que não acontece com o termo golpe, uma vez que, apesar de nova construção enunciativa, essa ainda continua a reverberar significações de golpe de Estado proposta pelo dicionário. Nesse aspecto, estamos diante de um acontecimento enunciativo, a partir de acontecimentos históricos.

A análise realizada por Pêcheux apontou que, para haver um acontecimento discursivo, é preciso considerar que o acontecimento discursivo se constitui uma verdade, porque “a materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político” Pêcheux (2002, p.21), e irrompe com a cadeia discursiva do esporte.

³⁵ <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/552820-golpe-parlamentar-nao-pode-ser-confundido-com-impeachment-entrevista-especial-com-luiz-moreira>

Em se tratando da nossa análise, as capas mais recentes das publicações (Figuras 1-4) demonstram expressões do neoliberalismo veiculadas pela mídia, embora os interesses de mercado já estivessem presentes em momentos anteriores (Figura 7 e 8). Todavia, cabe destacar que a ofensiva neoliberal se amplia também para o espaço político, alinhada à perspectiva dominante que mobiliza sentidos do discurso religioso e do discurso jurídico, conforme observamos recentemente (Figuras 5, 11 e 13). Mas o posicionamento dos semanários, já de longa data (Figuras 9 e 10), assume filiação aos interesses das classes sociais na disputa pelo poder e, assim, alcançamos na contemporaneidade a intensificação dos efeitos do discurso neoliberal na mídia, especialmente considerando o recorte desta pesquisa, conforme veremos a seguir.

4.2.1 Das capas das revistas VEJA e ISTOÉ à base histórica no/do discurso neoliberal

O neoliberalismo como ideologia econômica e política ganhou impulso nas últimas décadas e assumiu a hegemonia em muitos países. Os seus princípios passaram a orientar a reforma administrativa, a abertura dos mercados, a privatização e a desregulamentação das relações econômicas e trabalhistas. Esta ideologia também começou a circular no discurso mediático, especialmente nas revistas de informação geral, que circulavam/circulam entre as elites do mundo empresarial e político.

Cabe entender o germe do neoliberalismo a partir do conceito defendido pelo liberalismo. Embora reconheçamos que o discurso neoliberal tenha expressão no Brasil a partir da década de 1980, e o liberalismo remonta aos anos de 1820 a 1860, século XIX. Nesse aspecto, é preciso retomar alguns conceitos formulados a partir do liberalismo, importante para o entendimento do discurso neoliberal.

O pensamento liberal moderno encontra base nos confrontos de ordem religiosa no século XVII na Europa, que empunhava a bandeira do direito de liberdade religiosa. Tais pensamentos tiveram forte acolhida na Inglaterra e a sua adoção se deu, predominantemente, no anseio de fundamentar as pretensões de liberdade

econômica maior, bem como na busca de contensão do poder absoluto do trono inglês, fundamentalmente em se tratando dos direitos de propriedade, pois o rei exercia domínio sobre toda a propriedade, além da tributação do que era concedido para usufruto.

Alguns teóricos formaram bases importantes para o que seria chamado de liberalismo, dentre eles podemos citar John Locke, Montesquieu, Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau. O subsídio teórico do inglês John Locke, em especial no seu “Segundo Tratado sobre o Governo” (1690), e, em seguida, Montesquieu, com seu famoso “Do Espírito das Leis”, materializou na Inglaterra essa ideologia política, o que refletiu em toda a Europa, trazendo profundos impactos sobre os regimes monárquicos absolutistas, os quais entraram em vigor em grande parte dos países do Velho Continente.

John Locke tomou inspirações a partir do pensamento hobbesiano, ao fundamentar o seu pensamento político, ao partir da distinção do estágio primitivo de natureza, pré-estatal, quando os homens essencialmente iguais e livres resolveram firmar um pacto social, constituindo o Estado, no intuito de melhor resguardarem seus interesses e sua segurança. Porém, diferente de Hobbes, Locke considerava que esse poder estatal soberano não era ilimitado, mas estava submetido aos postulados do direito natural, que poderia ser racionalmente conhecido pelo homem.

Além disso, o liberalismo defendido por Locke tinha cunho extremamente individualista, uma vez que a propriedade seria o elemento fundamental na defesa das chamadas “liberdades individuais”. Nesse aspecto, o Poder Político concentrava-se nas mãos daqueles que possuíam propriedades e para isso mantinham a aristocracia na estrutura orgânico-política da sociedade.

Na segunda metade do século XVIII, sob influência dos pensadores do século anterior, irromperam publicações dos iluministas franceses, com ênfase especialmente nas proposições trazidas por Rousseau, que trouxe a ascensão definitiva da teoria do contrato social, ao instituir a soberania absoluta do corpo político resultante desse pacto social, chamada “vontade geral”. Tem-se, então, o início dos ideais democráticos, uma vez que, se considerarmos do ponto histórico-social, a França no século XVIII se constituía uma sociedade eminentemente aristocrática,

caracterizada por regalias e desvirtuamentos no exercício do poder político, o que, de certa forma, se contrapunha à realidade alcançada na Inglaterra.

Nesse contexto, o limite estabelecido ao poder do Estado deu lugar ao chamado Estado de direito, oposto ao Estado absoluto. Desse modo, a organização de um Estado de direito produziu a controle dos limites dos poderes do Estado, primeiramente, porque esse poder está sempre vinculado a normas jurídicas inscritas numa Constituição, razão pela qual só é possível o exercício desse poder por meio dessas normas.

Por sua vez, a limitação das funções do Estado desenha uma segunda faceta da utopia liberal: o Estado mínimo, cujo antônimo é o Estado máximo (que considera legítimo agir em esferas reservadas pelos liberais para a iniciativa individual). Dentre as limitações propostas pelos liberais estava a não intervenção do Estado nas questões econômicas e de mercado, pois estes poderiam se autorregular sem que o Estado precisasse intervir.

Essa liberdade econômica foi implantada contra os privilégios e vínculos feudais, que determinavam, no momento do nascimento, a profissão, o local de trabalho e as oportunidades de comércio de cada indivíduo. Nesse sentido, as liberdades de escolher a profissão, o local de trabalho, de livre circulação de homens e mercadorias, consolidou-se, na Inglaterra, no decorrer do século XVIII, constituindo uma linha de pensamento chamada, por Adam Smith, de “mão invisível”.

Nessa perspectiva,

todo indivíduo necessariamente trabalha no sentido de fazer com que o rendimento anual da sociedade seja o maior possível. Na verdade, ele geralmente não tem intenção de promover o interesse público, nem sabe o quanto o promove. Ao preferir dar sustento mais à atividade doméstica que à exterior, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e, ao dirigir essa atividade de maneira que sua produção seja de maior valor possível, ele tem em vista apenas seu próprio lucro, e neste caso, como em muitos outros, ele é guiado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de sua intenção. E o fato de este fim não fazer parte de sua intenção nem sempre é o pior para a sociedade. Ao buscar seu próprio interesse, frequentemente ele promove o da sociedade de maneira mais eficiente do que quando realmente tem a intenção de promovê-lo (Smith, 1996, p.251).

Em seus termos, o neoliberalismo tomou como base o liberalismo para propor

um modelo de Estado. Conforme Heinen (2020), a noção de neoliberalismo é identificada sobre três perspectivas: *teoria e prática econômica*, *teoria política* e *ética neoliberal*. A autora faz um corte metodológico, explicando que:

1ª frente: *teoria e prática econômica* – em uma perspectiva marxista, o neoliberalismo pode ser entendido como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e restauração do poder das elites econômicas;

2ª frente: *teoria política* – o neoliberalismo congrega políticas governamentais e modelos de Estado;

3ª frente: a *ética neoliberal* individualista que se pauta em uma visão de vida em que cada um é responsável por sua própria vida e situação socioeconômica (Heinen, 2020, p.10).

Para explicar a influência do discurso neoliberal em capas das revistas VEJA e ISTOÉ, abordaremos três perspectivas. Inicialmente, retomamos as postulações de Terry Guilbert (2020), para quem há uma interrelação entre os termos “discurso neoliberal” e “discurso econômico”, por entender que tais enunciados são manifestações de um conjunto de pensamentos eminentemente coerentes, visto que produzem um efeito de sentidos ou propalam a noção de uma visão de empreendimentos ou uma concepção puramente econômica das relações humanas.

Tendo em conta o liberalismo francês, baseado nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, a noção trazida por Guilbert (2020), estudioso do discurso neoliberal na mídia, mostra a fragilidade das atividades e relações que o homem desenvolve na esfera econômica, possibilitando perceber que não se tem liberdade, igualdade, fraternidade, muito menos democracia, mas uma disputa pela obtenção individual da propriedade, para fins privados.

Por sua vez, para Friedrich Hayek³⁶, um dos grandes teóricos do neoliberalismo, o Estado deveria se restringir à garantia do exercício da livre-concorrência, sem interferência nem empecilhos. Ao contrário, caberia a definição de regras que assegurassem condições do bom funcionamento da economia, sem que tivesse de interferir no mercado e na economia. Para Hayek (1983, p.23), o Estado tem por função proteger as liberdades individuais, a garantia de que os indivíduos

³⁶ Friedrich August von Hayek foi um polímata austríaco, posteriormente naturalizado britânico. É considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico. Foi defensor do liberalismo clássico e procurou sistematizar o pensamento liberal clássico para o século XX, época em que viveu.

possam agir quando motivados apenas pelo que lhes é de interesses. Assim, a noção de liberdade de Hayek se constitui sinônimo de liberdade individual, sem submissão ao outro ou à sociedade.

Outro teórico importante para o neoliberalismo é Gary Becker³⁷, para quem o neoliberalismo suscita a noção de um sujeito exclusivamente racional, que toma decisões com base em cálculos de custo-benefício, excluindo considerações morais ou afetivas. Essa perspectiva resulta em uma visão da sociedade como uma coleção de indivíduos que interagem com base em contratos racionais, sem qualquer transcendência moral ou comprometimento com o bem comum.

Para Becker (1964), o sujeito da ação corrobora para exclusão a priori da noção de uma submissão moral à lei e uma vinculação afetiva ao outro sujeito da relação, com valor fundante, isto é, como um elemento constitutivo do sujeito. Nessa perspectiva, a concepção é a de um sujeito que se constitui nas relações com o outro, para além de seres naturais e biológicos (espécie humana), que também é histórico e é nessa relação que o ser humano abandona o estado de natureza e se constitui, sujeito, produzindo a sua própria história, que é única, e, ao mesmo tempo, pode ser compartilhada com outros sujeitos, estando sempre em constante inacabamento.

Desse modo, o sujeito exclusivamente racional de Becker leva em conta suas relações com a lei apenas no interior de um cálculo entre os benefícios do crime e o risco do castigo. Nesse tipo de sujeito, um dos entraves é que pensar o ser humano, sem levar em conta a coletividade como uma realidade independente dos indivíduos, seria capaz de conduzir a experiências totalitárias.

Se a base do neoliberalismo é evocar formas de Estado que em seu bojo seja a garantia à liberdade individual, essas formas, por sua vez, precisam ser continuamente sujeitadas a um desígnio do sujeito, jamais a qualquer imposição. Nesse aspecto, tem-se a escolha racional e não se admite uma submissão ao Estado por motivos meramente morais, o que coaduna com a manutenção da liberdade individual acima da lei. Assim, incumbirá, exclusivamente, a escolha racional de cada

³⁷ Gary Stanley Becker foi um economista estadunidense. Professor na Universidade de Chicago, foi laureado com o Prêmio de Ciências Económicas de 1992, por ter estendido os domínios da análise microeconômica para comportamento e interação humana.

sujeito e na matriz conceitual do sujeito ideal do neoliberalismo, o homo *oeconomicus* (o homem dos negócios e da produção) funciona em “uma mecânica certamente egoísta, mas sobretudo sem transcendência: ele não cessa jamais o processo de maximização de sua utilidade em nome de exigências apresentadas como ‘superiores’” (Lagasnerie, 2012, p.154).

Nesse discurso econômico ou de liberdade econômica, surge o discurso da austeridade econômica. Guilbert e Peñafiel (2019, p.02) afirmam que, como em todo discurso, o “discurso econômico visa criar e/ou reconfigurar representações coletivas do estado econômico de uma área (região, país, grupo de estados, etc.) com o objetivo de estabelecer padrões para as ações ou condutas de seus agentes”. Para os referidos autores, “os governos - no sentido mais amplo do termo - implementaram políticas públicas que têm em comum a primazia da economia sobre todas as outras considerações (sociais, ecológicas, políticas etc.)” (p.03). Desse modo, o discurso neoliberal projeta determinada visão do mundo na mente das pessoas e, para tanto, se vale da mídia para desempenhar um papel central na difusão de suas convicções.

Guilbert e Peñafiel (2019) consideram que, embora haja uma concordância de que os discursos de austeridade não se constituem essencialmente algo, boa parte dos estudiosos que se debruçam sobre a temática entendem que a austeridade esteja necessariamente na essência do discurso neoliberal e que nada mudou de fato no discurso. Outros estudiosos, no entanto, defendem que a austeridade se apropria de um novo efeito de sentido em um contexto pós-crise.

As três abordagens indicadas por Guilbert e Peñafiel (2019) - a aplicação do termo governabilidade, a miséria de condição e posição, e a abordagem discursiva - funcionam como lentes complementares para analisar as capas das revistas dentro do contexto do discurso neoliberal e da austeridade.

A aplicação do termo “governabilidade” ou “governamentalidade neoliberal” destaca o papel do Estado na organização social conforme a lógica do mercado. Nas capas das revistas, esse conceito permite identificar como o discurso visual e textual reforça a ideia de que o Estado deve se subordinar ao mercado, eliminando qualquer obstáculo à livre concorrência e promovendo a gestão empresarial da vida social. Assim, as imagens e manchetes podem ser interpretadas como estratégias

discursivas que naturalizam a intervenção mínima do Estado e a primazia do mercado, alinhando o leitor a essa racionalidade neoliberal.

Por sua vez, a “miséria de condição e posição” se refere às desigualdades estruturais que o neoliberalismo tende a aprofundar, ao deslocar os problemas sociais para o âmbito individual e responsabilizar o sujeito por sua situação. Nas capas das revistas, essa abordagem contribui para analisar como os sujeitos em condições vulneráveis são representados - muitas vezes, como casos isolados de fracasso pessoal ou moral, e não como resultado de processos sociais e econômicos. Dessa forma, o discurso midiático contribui para a estigmatização e invisibilização das causas coletivas da pobreza e exclusão, reforçando a ideia de que a responsabilidade pela superação da “miséria” recai sobre o sujeito individual.

Por último, a “abordagem discursiva” enfatiza a análise dos sentidos produzidos e circulados nas capas das revistas, considerando que o discurso é sempre atravessado por formações ideológicas e históricas. Essa perspectiva permite compreender as capas como dispositivos discursivos que disputam sentidos, selecionando o que pode ser dito, mostrado ou silenciado. A abordagem discursiva demonstra como as revistas operam na construção de uma narrativa neoliberal que legitima a austeridade, o empreendedorismo individual e a naturalização das desigualdades, ao mesmo tempo em que deslegitima críticas ou alternativas ao modelo vigente.

Portanto, essas três abordagens articuladas fornecem um quadro analítico robusto para decifrar as capas das revistas como espaços simbólicos onde se materializam e se reproduzem as estratégias discursivas do neoliberalismo e da austeridade, demonstrando seu papel na governabilidade, na construção das posições sociais e na produção dos sentidos que sustentam o regime político-econômico contemporâneo.

Cabe ainda destacar que na segunda abordagem (miséria de condição e posição), se considerarmos os resultados das políticas de austeridade neoliberal na sociedade contemporânea, teremos uma visão global da fome e da miséria no mundo, e o mais importante, não se está falando apenas na questão da miséria, mas da posição social a que o Estado neoliberal submete os cidadãos. Daí tratar ou cuidar da

condição de miserabilidade (Figura 4) precisa ser prioritário de qualquer governo em um Estado democrático de direito.

Ainda assim, a terceira abordagem “leva as análises para além do campo do neoliberalismo como tal, situando-as na dimensão propriamente política das lutas hegemônicas em torno dos discursos de austeridade. Essa abordagem ‘discursiva’ ou não essencialista do político”. Assim, a tentativa de “evacuar qualquer outra posição que não seja a de uma vulgata neoliberal é então revelada com toda a força autoritária de um discurso hegemônico totalizante”.

Esse discurso tem o papel de exercer com mais intensidade uma pressão sobre os governos, cuja intenção seja a redução de dívida pública. Porém, deve-se considerar que o objetivo não é necessariamente majorar o nível de pressão fiscal, mas adotar medidas que favoreçam a redução daquilo que os neoliberais chamam de dispêndios públicos, o que resulta em cortes orçamentários. Tais discursos são originários de formações discursivas das mais distantes e, ao mesmo tempo, se inter-relacionam em um plano discursivo neoliberal, a exemplo dos discursos gerenciais, de privatização, de ortodoxia econômica, de crise, discurso da reforma, dentre outros.

Assim, o discurso de austeridade econômica do Estado é, portanto, atravessado por interdiscurso, como se funcionasse como uma espécie de guarda-chuva em que a representação de cada aspas ou hastes (formações discursivas) tem origem de um ponto e, no discurso de austeridade, convergem para mesma direção ou para o mesmo centro discursivo, o controle dos gastos públicos, a diminuição do Estado, no compromisso de garantia dos direitos sociais no mínimo existencial previsto na Constituição Federal, para assegurar a dignidade da pessoa humana.

Pensar sobre o papel das capas de revista na sociedade atual é se deparar com um fenômeno que, à primeira vista, parece banal, mas que, pelo contrário, diz muito sobre como a ideologia circula e se materializa no discurso do cotidiano. A partir de Thierry Guilbert, especialmente em *As evidências do discurso neoliberal na mídia*, é possível perceber que essas capas não são só elementos estéticos, mas dispositivos de produção de sentido, que ajudam a organizar como a gente vê o mundo, e como o mundo espera que a gente se veja. Gilbert (2020) afirma que “o papel dos editorialistas e dos articulistas é emitir uma opinião sobre um acontecimento

e dar sentido a ele de acordo com um ponto de vista que corresponde à linha editorial do jornal, o que faz deles *formadores de opinião*” (p.32, grifo do autor).

O dito, o silenciado e o semiótico, nos discursos presentes nas capas fazem não é só ilustrar ou embelezar um conteúdo que virá nas páginas seguintes, mas para Gilbert (2020), “é emitir uma opinião sobre um acontecimento e dar sentido”, mais do que isso “constrange o leitor a assumir responsabilidade pelo sentido dos enunciados e produz uma corresponsabilização do dizer (aquilo que é efetivamente percebido e compreendido e não o simples sentido das palavras utilizadas)” (p.32).

As capas são, em si, textos. Textos visuais, com linguagem própria, que atuam diretamente na constituição do sujeito. Um sujeito que, cada vez mais, é interpelado pela lógica neoliberal — e aqui vale reforçar o que Guilbert aponta: que essa dinâmica não opera apenas por ideias que se dizem abertamente, mas por evidências. Por aquilo que parece óbvio demais para se questionar.

Quando uma revista estampa na capa uma empresária sorridente, com roupas caras e uma legenda que diz algo como “segredos do sucesso revelados” (Figura 2), o que ela está fazendo é muito mais do que promover uma história inspiradora. Está reforçando uma determinada concepção de mundo, em que o esforço individual se sobrepõe a qualquer outra estrutura social. Está dizendo, sem dizer, apagando, silenciando.

O enunciado da revista produz o efeito de sentido de que o sucesso é algo acessível por meio de “segredos” revelados, apagando, contudo, as condições de produção que possibilitam a emergência desse discurso, uma vez que o termo “sucesso” é discursivizado como se fosse um conceito universal, homogêneo e naturalmente desejável, o que sustenta a ilusão de transparência da linguagem. Entretanto, esse funcionamento discursivo silencia que tal noção é histórica, atravessada por formações ideológicas específicas e produzida em determinadas condições de produção.

Além disso, ao apresentar o sucesso como resultado de estratégias individuais ou fórmulas particulares, o discurso apaga outros elementos que fazem emergir esse discurso, como o papel das redes de apoio, o trabalho coletivo e, sobretudo, os marcadores sociais de diferença — a exemplo de raça, classe e gênero. Nesse

sentido, há um silenciamento da posição de sujeito a partir da qual esse discurso se sustenta, como o privilégio de ser uma mulher branca em um sistema racializado e patriarcal.

Nesse sentido, a revista se inscreve uma formação discursiva que naturaliza a meritocracia e a individualização do êxito, deslocando para o sujeito a responsabilidade exclusiva por seu sucesso, ao mesmo tempo em que oculta os atravessamentos ideológicos que estruturam esse discurso de sucesso. E isso, segundo a Análise Materialista do Discurso, não é só uma opinião, é a forma como o discurso opera para manter certas relações de poder funcionando.

Esse enunciado opera sob a perspectiva meritocrática e individualizante, própria da formação discursiva neoliberal, ao apagar qualquer possibilidade de questionamento sobre a validade, os custos e as contradições implicadas na noção de “sucesso” dentro do sistema capitalista. Exploração, alienação e desigualdade são sentidos possíveis, silenciados nesse funcionamento discursivo. Ao investir na promessa de realização individual por meio de fórmulas prontas ou “segredos”, o discurso restringe a polissemia do termo “sucesso” a uma dimensão hegemônica, geralmente associada ao acúmulo de capital e *status* social e, ao fazê-lo, apaga outras possibilidades de sentido

Trata-se de um discurso que opera o apagamento das condições materiais e históricas de produção desse sujeito de sucesso, silenciando barreiras estruturais. O efeito de sentido produzido é o de que todos partem do mesmo ponto e, portanto, todos poderiam “vencer”, o que, na prática, sustenta e legitima as exclusões sistemáticas promovidas pelo próprio sistema capitalista.

As imagens e as palavras que as acompanham não aparecem do nada. Elas são reprodução do discurso do capital, especificamente do neoliberalismo, que ganhou força a partir dos anos 1970, ao propor uma reorganização da sociedade baseada na ideia de que o mercado é o melhor juiz das coisas. Nessas condições de produção, as revistas, que antes talvez tivessem uma função mais informativa ou cultural, vão assumindo uma função cada vez mais ideológica. E suas capas viram espaço privilegiado para isso, porque são o primeiro contato do leitor com o conteúdo. Muitas vezes, o único.

Tipografias modernas, cores vibrantes, rostos sorridentes, poses de poder, tudo isso é pensado estrategicamente para criar uma identificação, para fazer o sujeito querer ser aquilo que está sendo mostrado, a exemplos das Figuras 01, 02 e 03. Ganha relevo aqui outra questão destacada por Guilbert: a noção de que o discurso neoliberal precisa parecer natural. Precisa parecer “do bem”. Precisa evitar parecer ideológico, porque a sua força vem justamente daquilo que não se vê. Para Guilbert (2020, p. 07), “os meios de comunicação de massa, que agem para a *naturalização* de medidas impopulares como ‘soluções necessárias’ ou ‘reformas urgentes’ para evitar um ‘mal pior’”.

Conforme Guilbert (2020, p. 42), “o discurso ideológico neoliberal: como todo discurso ideológico, ele se dissimula enquanto tal”. Nesse sentido, esse tipo de discurso “pode então ser reformulado” por dispor de elementos capazes de informar ao ponto de ele modificar seu olhar, e num gesto de leitura perceber que aquilo que “lhe parecia evidente, sendo dissimulado pela ideologia, se revele propagandista - dito de outro modo, para que a evidência neoliberal lhe apareça como propaganda (Guilbert, 2020, p. 42).

Nessas capas de revista, o discurso contribui para vender um estilo de vida, mas não qualquer estilo, pois o que importa é um estilo que se encaixe na perspectiva do consumo como identidade ou da dinâmica do capital. Que coloque o “eu” acima do “nós”, e que esconda as contradições do sistema capitalista no funcionamento de uma estética impecável. Do ponto de vista discursivo materialista, no entanto, entendemos que essa estética não é neutra, uma vez que ela também diz, carrega sentidos, exclui — principalmente quem não se encaixa no modelo alinhado aos interesses do capital.

Desse modo, quando essas capas tentam ser “diversas” ou “inclusivas” dissimulando no discurso capitalista, muitas vezes o fazem de maneira reducionista. Publicam a imagem de uma mulher negra na capa, por exemplo, mas ainda assim dentro dos padrões do que é aceito pelo mercado capitalista. Mostram pessoas LGBTQIA+, mas sempre aquelas que já foram alinhadas pela perspectiva da marca pessoal. Esse processo de apropriação da diferença pelo discurso neoliberal é o que Noam Chomsky chamou de *absorção pela forma mercadoria* (Chomsky, 2004, p.401-02). Uma forma que transforma tudo, inclusive a crítica, em produto.

Os efeitos de sentido nos discursos das capas também se valem muito da nostalgia, elementos gráficos que remetem a décadas passadas, que sugerem um tempo mais simples, mais seguro. Essa estética vintage não é inocente. Ela é usada para reforçar sentimentos que contribuem para consolidar a noção de que certas formas de vida — geralmente aquelas ligadas ao consumo e à estabilidade econômica — são naturais, desejáveis e até nostálgicas. O passado vira um refúgio, mas só para quem já tinha lugar nele.

Ao mesmo tempo, é importante dizer que nem tudo é dominação, nesse aspecto, pois essas imagens também podem ser lidas de outras formas, podem ser ressignificadas, podem gerar incômodo, podem abrir brechas para novos sentidos. Da perspectiva materialista da Análise do Discurso, entendemos que o sentido nunca está fechado. Sempre há disputa. Sempre há resistência. E, muitas vezes, essa resistência aparece nas bordas da imagem, nos vazios, nos silêncios, naquilo que parece estar faltando.

Capas de revistas como as da Vogue, por exemplo, frequentemente articulam política e moda de maneira quase invisível. Mostram empoderamento, mas sempre vinculado ao consumo de determinados produtos. Criticam, mas vendem. E isso também faz parte do jogo discursivo neoliberal: permitir a crítica, desde que ela não coloque em risco a estrutura. Para Silva (2007), mercadoria e mídia se confundem, uma vez que

as mercadorias se tornaram verdadeiros meios de comunicação, que apresentam ao restante da sociedade quem são os indivíduos que as consomem. Estes indivíduos recorrem às mercadorias para compor suas identidades, e a publicidade — juntamente com o mercado — exerce papel de importante fonte de referência nestas composições. Por sua vez, as mercadorias mediam as relações sociais dos indivíduos (Silva, 2007, p.14).

Assim, se o discurso é lugar de disputa, então é preciso disputar, ocupar outros espaços, criar outras imagens, contar outras histórias. É preciso, sobretudo, recusar essa concepção de que o mundo é, e sempre foi, do jeito que as capas de revistas dizem que é. Isso se constitui um gesto de leitura político, na tentativa de entender como o mundo se estrutura, como os sujeitos se constituem, e o funcionamento discursivo nas imagens, nas palavras, nos silêncios, buscando para manter tudo isso funcionando, conforme os interesses da classe social dominante.

Assim, as revistas VEJA e ISTOÉ têm ocupado, de forma contínua e estratégica, um espaço central na constituição do discurso neoliberal no país, sobretudo desde o início dos anos 2000. Mas seu papel vai muito além da função de informar os leitores sobre os rumos da política e da economia. Esses meios de comunicação não apenas espelham uma ideologia dominante, eles a moldam e a enraízam na vida cotidiana, atuando como operadores ideológicos dentro de uma formação discursiva específica (neoliberal).

Não é por acaso que ambas as revistas se consolidaram como mediadoras entre os interesses do capital e as subjetividades dos leitores. A VEJA, por exemplo, sempre se apresentou como uma voz firme contra a corrupção e a favor da eficiência. Mas essa posição expressa um gesto discursivo que ultrapassa o “combate à corrupção” e aponta para um projeto mais amplo, um discurso que veicula um modelo de Estado neoliberal, na legitimação de um Estado mínimo e de uma sociedade movida pela dinâmica da concorrência e do empreendedorismo.

Em geral, as denúncias feitas pela revista não questionam a estrutura político-econômica em que os crimes ocorrem, mas individualizam a culpa (como é próprio do discurso religioso, por exemplo), como se os escândalos fossem desvios morais e não expressões sistêmicas, razão por que, Guilbert (2020, p.14) afirma que:

O jornalista não é um simples ‘transmissor de informações’, ele não faz só transmitir informações que encontraria em campo, informações já prontas que estariam à sua espera para serem reveladas e difundidas ao público. Não somente é ele - e mais geralmente a redação - que seleciona o que será digno de ser nomeado ‘informação’, como também é ele que a coloca em palavras, em frases, em discurso e, assim fazendo, dá sentido ao acontecimento.

Esse processo de deslocamento da crítica, da estrutura para o sujeito individual, é um dos mecanismos centrais do discurso neoliberal, e é nesse ponto que a ISTOÉ também se destaca. Ao dar visibilidade a histórias de superação individual e retratar os problemas sociais como obstáculos que podem ser vencidos com esforço pessoal, a revista opera o que Silva (2005) chamou de “internalização da face ‘cultural’ do neoliberalismo”, pois

além de aprenderem a “fazer o que tem que ser feito” (demitir, exercer autoridade a partir de parâmetros externos), têm que também internalizar a face “cultural” do neoliberalismo (consumo exacerbado, novas tecnologias, padronização do corpo e da saúde, etc.) como

sendo sua forma de vida. O neoliberalismo não poderia existir sem essas formas de coerção e convencimento.

Ou seja, o discurso não apenas convence, mas passa a constituir os próprios modos de ser e pensar dos sujeitos. A pobreza, por exemplo, deixa de ser vista como uma falha estrutural do sistema capitalista e passa a ser lida como um sinal de fracasso de um sujeito individual.

Especialmente, a VEJA se consolidou como a publicação mais agressiva no uso desse tipo de discurso. Sua abordagem sensacionalista, marcada por títulos de capa chamativos e uso exagerado de termos como “crise”, “roubalheira” e “urgência”, age não só no nível da informação, mas na construção de um ambiente afetivo de indignação contínua, veiculando um discurso de cunho neoliberal, cuidadosamente cultivado e canalizado para reforçar um ponto de vista específico: de que o Estado é ineficiente, corrupto e precisa ser “passado a limpo” por meio de reformas liberais e redução de tamanho ou de austeridade.

Por sua vez, embora menos estridente, a ISTOÉ adota um tom pedagógico, como se sua missão fosse ensinar o leitor a se adaptar ao novo mundo competitivo. A repetição de termos como “gestão eficiente”, “empreendedorismo social” e “mérito” funciona como uma naturalização da gramática neoliberal. Todavia, cabe questionar o funcionamento desses sentidos estabilizados, uma vez que, quando certas palavras e expressões se tornam recorrentes e incontestadas, elas deixam de ser percebidas como ideológicas e passam a ser vistas como verdades universais.

A análise da cobertura editorial da VEJA ao longo das últimas décadas mostra como esse periódico se consolidou como uma ferramenta discursiva de grande alcance no projeto de domínio neoliberal. Ao eleger certos temas como centrais — corrupção, desgoverno, ineficiência pública — e apagando ou minimizando outros, como lutas de classe, concentração de renda e exploração do trabalho, a revista delinea um campo semântico altamente seletivo, em que apenas determinados sentidos ganham legitimidade. Citamos por exemplo (Figura 3), a chamada para uma das manchetes estampadas na capa, “Dossiê de Furna – Como o manual de corrupção deveria ser usado para impedi-la”, na Figura 4, na capa da ISTOÉ, tem destaque a seguinte manchete “Um país em estado de BARBÁRIE”.

Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, a VEJA adotou um posicionamento ostensivamente crítico, mas que não se pautava pela análise estrutural ou sistêmica das políticas públicas. Pelo contrário, as críticas estavam quase sempre orientadas pela moral, reduzindo problemas sociais e econômicos complexos a falhas éticas de indivíduos específicos.

Essa personalização do conflito político serve ao projeto neoliberal, na medida em que esvazia o conteúdo coletivo das lutas sociais e reconfigura a política como um palco de disputas entre “bons” e “maus”, “honestos” e “corruptos”. A ISTOÉ, por sua vez, adotou uma linha mais voltada à construção de consensos. Ao assumir uma postura editorial menos combativa, mas não menos alinhada aos valores do mercado. O modo como essa revista trata temas como reforma da previdência, flexibilização trabalhista ou privatizações era marcado por uma linguagem técnica, neutra e aparentemente desideologizada. No entanto, a ideologia se manifesta no apagamento da política, na suposta dimensão técnica que transforma decisões profundamente sociais em meras questões administrativas.

Esse suposto discurso de neutralidade, afastando o conjunto da sociedade de debates relevantes é, no entanto, parte da engrenagem ideológica do discurso neoliberal, que precisa parecer inevitável, lógico, racional. O sucesso do neoliberalismo como discurso reside em sua capacidade de se apresentar como o único caminho possível. É exatamente isso que as duas revistas buscam construir, um consenso artificial em torno de uma racionalidade econômica, que naturaliza o desemprego, a precarização e o desmonte de políticas públicas como efeitos colaterais “necessários”. Um aspecto que também merece destaque é o papel que a VEJA e a ISTOÉ desempenharam no processo de construção do “homem comum neoliberal”.

Nas capas, editoriais e colunas de opinião, surge frequentemente a figura do cidadão de bem (o bom mocismo - Figura 03), honesto, trabalhador, vítima dos “desmandos” do Estado e dos políticos corruptos. Embora fictício, esse personagem é fundamental na organização dos afetos e das identificações que sustentam o projeto neoliberal. Ele encarna os valores do mérito, da autonomia, da responsabilidade individual, valores que, na prática, operam como dispositivos de sujeição e exclusão.

Ao apresentar reformas impopulares como “O remédio amargo, mas necessário do governo Lula”, publicado no site da VEJA em 15 agosto 2023, e ao elogiar figuras do mercado como “técnicos competentes”, as revistas constroem uma narrativa que legitima a entrega de decisões públicas ao capital financeiro. Isso se encaixa perfeitamente na lógica da governamentalidade neoliberal, descrita por Foucault e reinterpretada por Guilbert, em que o Estado passa a atuar como facilitador do mercado e não mais como agente de proteção social. Não é exagero afirmar, portanto, que a VEJA e a ISTOÉ atuam como instituições ideológicas dentro do espaço midiático brasileiro.

Esses semanários participam ativamente da reconfiguração do imaginário social, um processo em que os sentidos coletivos de justiça, igualdade e solidariedade vão sendo substituídos por valores como eficiência, competitividade e meritocracia. É um processo lento, mas constante, que vai colonizando o cotidiano, penetrando nas escolas, nas famílias, nas redes sociais. E que tem, na mídia tradicional, uma de suas frentes mais eficazes exemplo do que ocorreu durante a ascensão do bolsonarismo, em que o papel das revistas a VEJA e a ISTOÉ sofreu mudanças importantes, sem, no entanto, romper com a perspectiva neoliberal que as estrutura, viu-se foi uma espécie de readequação discursiva, a partir da retórica da moralidade, da eficiência e do combate ao Estado corrupto, passando a dialogar com uma estética populista, emocionalmente carregada e ancorada na figura do “salvador da pátria”. Esse cruzamento entre neoliberalismo e populismo de direita não é novo, mas ganhou força expressiva no Brasil dos últimos anos, e a mídia tradicional teve participação ativa em sua articulação.

O discurso neoliberal precisa de um inimigo, de uma figura que concentre as frustrações populares e reforce a urgência de mudanças radicais. Essa figura, em muitos momentos, foi o próprio Estado, descrito como inchado, ineficiente (Figura 06 – “O caos de um serviço ineficiente”, “falta de estrutura básica de um setor público essencial”), parasitário. Mas em tempos de crise, outras figuras se tornam alvos: partidos de esquerda, sindicatos, universidades, jornalistas, artistas, cientistas.

A VEJA, por exemplo, frequentemente associou esses grupos a um projeto de atraso, corrupção e desgoverno. Essa operação discursiva não é inocente. Ela atua como vetor de reorganização do campo político, simplificando-o em uma dualidade

binária, ou você está com o progresso, ou está com o retrocesso. Ao reproduzir a lógica do “custo” das políticas públicas e ao reforçar, esse semanário, mesmo que sutilmente, veicula um discurso da imagem de uma país precisa de uma ruptura administrativa profunda. A figura do gestor substitui a do político. O técnico apolítico, geralmente oriundo do mercado, aparece como solução para a “bagunça” deixada pelos governos anteriores.

E assim, o neoliberalismo avança mascarado de competência técnica, enquanto esvazia a democracia e desloca o poder decisório para esferas que não são eleitas nem transparentes, o que realça a necessidade de demonstrar que essas operações linguísticas são parte constitutiva da luta de classes no plano simbólico. Sendo assim, o discurso neoliberal atua por meio da economia, formulando e fazendo circular determinados sentidos. E as revistas em questão são dispositivos privilegiados para essa produção, uma vez que os seus editoriais não apenas informam, eles interpelam ideologicamente a reproduzir o gesto de leitura da ideologia do capital de olhar o mundo, a quem deve admirar, a quem culpar/responsabilizar, o que valorizar, o que temer.

A polarização afetiva, acirrada nas últimas eleições, não pode ser compreendida fora desse circuito discursivo. A mídia tradicional, ao mesmo tempo em que se apresentava como defensora da racionalidade e do equilíbrio, contribuía para um clima de guerra simbólica. A VEJA, por exemplo, com suas capas dramáticas e manchetes alarmistas, intensificou o clima de pânico moral, alimentando o ressentimento social e a necessidade de “ordem”. Esse é o solo ideal para o florescimento do autoritarismo. Por outro lado, ISTOÉ tentava se equilibrar entre a crítica institucional e a manutenção da lógica neoliberal. Sua cobertura das reformas propostas pelo governo Bolsonaro era ambígua, por vezes crítica ao estilo do presidente, mas poucas vezes questionando as políticas em si. O discurso de privatizações, cortes em políticas sociais e ataques à educação eram apresentados como “polêmicos”, mas inevitáveis. Mais uma vez, o discurso se impõe, como se não houvesse alternativa, como se resistir fosse irracional.

Esse tipo de enquadramento contribui para aquilo que Lima; Nobre; Sulzbacher (2020, p.05) chama de “reducionismo discursivo”, um estreitamento do horizonte político que limita a imaginação social. Se tudo que foge ao neoliberalismo é retratado

como utópico, ineficiente ou perigoso, então resta apenas uma opção “viável”. E é justamente esse fechamento que mina as bases do debate democrático.

Quando a diferença é criminalizada, a política se transforma em guerra, e a mídia, em trincheira. No cenário pós-2018, quando o discurso de extrema direita passou a ocupar espaços centrais no poder institucional do Brasil, a atuação de revistas como a VEJA e a ISTOÉ ganhou contornos ainda mais ambíguos. De um lado, essas publicações passaram a sofrer ataques diretos do governo e de seus apoiadores, que as acusavam de representar a “velha imprensa” e de serem “instrumentos ideológicos da esquerda”. De outro, essas mesmas revistas, em diversos momentos, acabaram por funcionar como legitimadoras de pautas neoliberais e até mesmo autoritárias, desde que convenientemente travestidas de racionalidade econômica.

É que o discurso neoliberal tem a capacidade de assimilar discursos aparentemente opostos, desde que esses se alinhem à sua lógica de despolitização e naturalização da desigualdade. Assim, mesmo quando a VEJA ou a ISTOÉ criticam excessos do bolsonarismo, como ataques à imprensa, retrocessos ambientais ou ofensas a minorias, elas tendem a preservar a centralidade do projeto neoliberal como horizonte único de desenvolvimento.

O autoritarismo pode até ser reprovado, mas as reformas de mercado continuam sendo defendidas como “necessárias” ou “urgentes”. Esse movimento não é contraditório, ele é próprio da ideologia em sua forma mais eficaz. Ao mesmo tempo em que simula pluralidade e crítica, o discurso dominante protege sua base estrutural. Assim, quando a mídia critica a forma, mas preserva o conteúdo, ela opera uma manutenção do *status quo* travestida de denúncia. Nesse sentido, a VEJA representa um exemplo nítido, uma que criticava Bolsonaro por sua retórica agressiva, mas apoiava suas reformas econômicas. Denunciava o autoritarismo, mas também reforçava a perspectiva do mercado neoliberal como salvadora da pátria. É a crítica sem ruptura, a denúncia que reafirma.

O mesmo pode ser dito da ISTOÉ, que ao longo do tempo, manteve uma postura editorial de distanciamento emocional, oferecendo ao leitor a impressão de objetividade, quando, na verdade, opera sob os mesmos princípios discursivos. Suas

reportagens sobre desigualdade, por exemplo, raramente propõem alternativas estruturais ou questionam os pilares do neoliberalismo. Preferem apresentar “casos de sucesso”, cidadãos que superaram as dificuldades com esforço próprio, sem mencionar as políticas públicas que poderiam ter evitado sua vulnerabilidade. O resultado é um discurso que personaliza o mérito e oculta as estruturas.

É preciso considerar também o papel dessas revistas na produção e manutenção do medo social. As capas que destacam “o caos”, “a crise”, “o colapso”, quase sempre ilustradas com imagens impactantes, produzem um campo discursivo onde a urgência justifica qualquer medida. Esse tipo de produção discursiva é parte integrante da dominação simbólica, por não se tratar apenas de informar, mas de afetar, de mobilizar afetos específicos (como o medo, a raiva, o ressentimento) para reforçar determinados sentidos. E nesse jogo, quem perde são as alternativas: o pensamento crítico, as propostas fora da dinâmica do mercado, a solidariedade.

Durante a pandemia de Covid-19, esse mecanismo discursivo foi levado ao limite. Enquanto setores da ciência buscavam soluções baseadas em dados e cooperação institucional, o discurso dominante, amplificado por partes da imprensa tradicional, favorecia a responsabilização individual. “Use máscara”, “lave as mãos”, “fique em casa se puder”: orientações importantes, mas que, ao serem descoladas do debate estrutural sobre desigualdade e condições materiais, reforçavam o discurso da culpa individual. E isso teve consequências: trabalhadores pobres, sem possibilidade de isolamento, foram acusados de “irresponsáveis” e “propagadores do vírus”. A mídia, mais uma vez, operava o apagamento das determinações materiais.

Guilbert discute isso ao mostrar como o neoliberalismo, quando naturalizado, passa a organizar as práticas discursivas mais banais, do noticiário à publicidade, das colunas de opinião às campanhas institucionais. A VEJA e a ISTOÉ são exemplos de como esse funcionamento se dá na prática, em publicações que, embora formalmente distintas, convergem naquilo que é mais decisivo, a manutenção de um imaginário onde o mercado é sempre solução e o Estado, quase sempre, o problema.

Ao final, o que se verá é uma atuação confluyente entre essas revistas e o projeto neoliberal-populista que cresceu no Brasil. Mesmo quando divergem em estilo ou em intensidade crítica, ambas compartilham um mesmo horizonte discursivo, o

discurso do capital, ou a manutenção do *status quo*. Contribuíram, cada uma à sua maneira, para deslegitimar o Estado de bem-estar social, ridicularizar a política institucional, naturalizar a desigualdade e deslocar a responsabilidade pelas crises sociais para o sujeito individual.

Essa convergência não é casual. Ela se dá porque o campo da mídia não é neutro. Ele é atravessado por relações de poder, disputas ideológicas e interesses econômicos. E é nessas formações ideológicas que se travam algumas das lutas mais importantes do tempo presente. Todavia, como todo ritual é falho, o trabalho de analista se põe a partir das rachaduras desse funcionamento, dando a ver que o discurso neoliberal, por mais forte que seja, não é eterno. Por isso, ele também precisa ser dito, repetido, afirmado, reforçado. E onde há repetição, há sempre a possibilidade de falha, de deslize de outro discurso irromper.

Por isso, compreender o papel de revistas como a VEJA e a ISTOÉ não é apenas um exercício de análise crítica da imprensa: é também um gesto político, como diria Courtine (2009). Um modo de reconhecer como os discursos que circulam nos jornais, nas telas e nas redes constroem, e limitam, os modos de pensar, de agir e de imaginar o Brasil.

5 CONCLUSÃO

Através de uma jornada investigativa pelas entrelinhas dos discursos veiculados nas capas das revistas semanais VEJA e ISTOÉ, sob a lente da Análise Materialista de Discurso, esta tese se propôs a analisar como as revistas VEJA e ISTOÉ utilizam estratégias discursivas para persuadir o leitor, influenciando suas percepções e as alinhando com posturas ideológicas dominantes. Para tanto, o estudo se debruçou sobre o modo como essas publicações, de grande circulação no Brasil, utilizam estratégias discursivas para moldar a opinião pública, alinhando-a com suas próprias ideologias e visões de mundo.

A pesquisa partiu do pressuposto de que o silenciamento é uma estratégia discursiva que contribui para a construção de uma determinada visão de mundo e para a manutenção de determinado *status quo*. Desse modo, as capas das revistas não são meros reflexos da realidade, mas sim construções discursivas complexas, nas quais as linguagens verbal e imagética se articulam para produzir efeitos de sentidos específicos.

Inicialmente, exploramos as condições de produção do discurso nas revistas VEJA e ISTOÉ, contextualizando-as historicamente e identificando os sujeitos sociais e as relações de poder que influenciam a editoração. Em seguida, mergulhamos na análise da relação entre silêncio e discurso nas capas da Veja, demonstrando como a omissão de informações, a escolha de determinados ângulos e a utilização de certas imagens podem construir narrativas tendenciosas e silenciar vozes dissonantes. A tese também dedicou uma seção à análise materialista do discurso da VEJA durante a ditadura militar, apontando como a revista se alinhou com o regime autoritário, utilizando o silenciamento e a desinformação para manipular a opinião pública e legitimar a repressão.

A Análise materialista de Discurso, fundamentada nas contribuições de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, oferece uma lente privilegiada para examinar o silenciamento como um mecanismo intrínseco à produção de sentidos nos discursos midiáticos, especialmente nas capas das revistas VEJA e ISTOÉ. Nesta tese, o silenciamento não é concebido como mera ausência de palavras ou imagens, mas como uma

operação discursiva que estrutura o dito e o não dito, revelando as filiações ideológicas em disputa no jogo dos sentidos. Inspirado no materialismo histórico de Marx, a Análise Materialista de Discurso nos convida a interrogar as condições de produção do discurso, onde a ideologia opera como um véu que naturaliza certas posições-sujeito enquanto apaga outras, mantendo o *status quo* da sociedade capitalista.

Nesta perspectiva, as capas das revistas não são neutras ou meramente informativas; elas funcionam como aparelhos ideológicos do Estado, no sentido althusseriano, interpelando o leitor a alinhar-se com formações discursivas dominantes, como o neoliberalismo. O silenciamento, aqui, subdivide-se em constitutivo — aquilo que deve ser calado para que o discurso se sustente — e local — o interdito explícito que proíbe certas enunciações. Por exemplo, ao analisarmos o discurso veiculados nas capas, seja por materialidades linguísticas ou imagéticas, observamos como eventos políticos são ressignificados para evidenciar narrativas de ordem e progresso, silenciando as contradições sociais inerentes ao capitalismo. Essa abordagem materialista revela que o discurso midiático não é um reflexo passivo da realidade, mas uma prática material que reproduz relações de poder, onde o sujeito é constituído pela história e pela ideologia.

A temática do silenciamento nas capas de VEJA e ISTOÉ ilustra perfeitamente o interdiscurso: os sentidos não emergem isoladamente, mas em diálogo com memórias discursivas preexistentes, como o discurso da ditadura militar ou o neoliberalismo pós-1970. Orlandi (1999) nos lembra que o silêncio é significativo, atravessado pela história, permitindo que o analista exponha os apagamentos que legitimam práticas exploratórias. Nesta tese, essa reflexão teórica não é abstrata; ela se materializa na análise de como as revistas, com sua circulação massiva entre as elites, manipulam o imaginário coletivo, deslocando sentidos para alinhar o leitor com posições ideológicas dominantes. Assim, a Análise Materialista de Discurso não apenas descreve, mas interpreta o discurso como um campo de luta, onde o silenciamento opera deslocamentos que reforçam a hegemonia burguesa, questionando a transparência aparente da linguagem midiática.

Essa perspectiva materialista, dialogando com Courtine (2009) e Guilbert (2020), enfatiza que o discurso neoliberal nas capas não é explícito, mas evidenciado

por meio de paráfrases e polissemias que naturalizam a austeridade e o individualismo. Ao refletir sobre a tese, vemos que o silenciamento não é um acidente, mas uma estratégia ideológica que contribui para a manutenção do capitalismo, interpelando sujeitos a tomarem posições que perpetuam desigualdades. Essa reflexão nos leva a compreender que, em uma sociedade dividida por classes, o discurso midiático é um terreno de disputa ideológica, onde o não dito fala tanto quanto o dito, convidando-nos a uma leitura crítica que desestabilize essas evidências.

O problema central desta pesquisa reside na investigação de como o silenciamento opera nas capas das revistas VEJA e ISTOÉ, deslocando sentidos de acontecimentos políticos e sociais para produzir efeitos de evidência ou apagamento de certas posições-sujeito, sob a ótica da Análise Materialista de Discurso. A questão norteadora questiona: em que medida o silenciamento nas capas contribui para a manipulação da compreensão do leitor, legitimando práticas da sociedade capitalista? Os objetivos gerais visam analisar as estratégias discursivas empregadas pelas revistas para naturalizar o funcionamento discursivo, interpelando leitores a ideologias dominantes. Especificamente, busca-se explorar as condições de produção do discurso, a relação entre silêncio e discurso nas capas da VEJA, os acontecimentos discursivos nos editoriais da ISTOÉ, a paráfrase e polissemia na ISTOÉ, o discurso da VEJA durante a ditadura militar, e o papel das capas na sociedade capitalista, com ênfase no neoliberalismo.

Os principais achados revelam que o silenciamento é uma estratégia discursiva pivotal, operando por meio de omissões, implícitos e ressignificações que constroem narrativas específicas. Na VEJA, durante a ditadura, o silêncio constitutivo apaga vozes dissidentes, naturalizando a ordem autoritária como estabilidade. Na ISTOÉ, a polissemia permite leituras ambíguas que reforçam o neoliberalismo, silenciando alternativas sociais. As condições de produção, influenciadas pelo materialismo histórico, mostram que as revistas reproduzem ideologias burguesas, com capas atuando como sínteses simbólicas que interpelam o leitor a posições de mérito individual, apagando conflitos de classe. Esses resultados respondem diretamente à questão central, demonstrando que o silenciamento não é ausência, mas produção de sentidos que mantém o *status quo*, alinhando-se às concepções de Pêcheux (1993) sobre o discurso como efeito de sentidos constituídos pela história e ideologia.

A pesquisa confirma que as revistas utilizam o silenciamento para disputar filiações ideológicas, influenciando o imaginário coletivo e legitimando o neoliberalismo, com achados que destacam o papel do interdiscurso na manutenção de desigualdades.

Esta pesquisa oferece contribuições originais tanto teóricas quanto práticas ao campo da Linguística e da Análise de Discurso, particularmente na Análise Materialista de Discurso. Teoricamente, avança o conhecimento ao integrar conceitos como silenciamento constitutivo e local (Orlandi, 1997) com análises específicas de capas midiáticas, preenchendo lacunas na literatura sobre discursos jornalísticos brasileiros. Ao dialogar com Pêcheux (1993), Courtine (2009) e Guilbert (2020), a pesquisa inova ao demonstrar como o silenciamento opera deslocamentos ideológicos no neoliberalismo, revelando que as capas não são meros suportes visuais, mas dispositivos que naturalizam a *agenda-setting* capitalista. Essa integração teórica enriquece a compreensão do interdiscurso, mostrando como memórias da ditadura militar persistem em narrativas contemporâneas, contribuindo para uma teoria mais robusta sobre o papel do silêncio na reprodução ideológica.

Outra contribuição teórica reside na análise da polissemia e paráfrase na ISTOÉ, que expande as noções de Orlandi (1999) sobre a fluidez dos sentidos, aplicando-as a contextos midiáticos para evidenciar como ambiguidades servem à hegemonia neoliberal. Isso representa um avanço ao conectar a Análise Materialista de Discurso com estudos de mídia, como os de Guilbert e Peñafiel (2019), propondo que o silenciamento seja visto como uma política de silêncio que legitima a austeridade econômica.

Praticamente, a pesquisa oferece ferramentas para profissionais de jornalismo e educadores, propondo uma leitura crítica das capas como forma de desnaturalizar ideologias dominantes. Por exemplo, ao identificar estratégias de apagamento em eventos políticos, sugere-se a aplicação em oficinas de alfabetização midiática, ajudando leitores a questionarem narrativas hegemônicas. Implicações incluem o desenvolvimento de políticas editoriais mais inclusivas, que combatam silenciamentos de vozes marginais, promovendo uma mídia mais democrática. Além disso, contribui para o debate social sobre o papel das revistas na sociedade capitalista, oferecendo subsídios para ativistas e pesquisadores que buscam contranarrativas ao

neoliberalismo. Essas contribuições originais não apenas preenchem lacunas identificadas, como a escassez de análises materialistas de mídias visuais no Brasil, mas também propõem soluções práticas para uma interpretação mais consciente do discurso midiático.

Os achados deste trabalho, que destacam o silenciamento como estratégia discursiva para disputar filiações ideológicas nas capas de VEJA e ISTOÉ, ressoam profundamente no campo da Análise materialista de Discurso, confirmando e expandindo a literatura existente. Comparados com Pêcheux (1993), os resultados reforçam que o discurso midiático é um efeito de sentidos histórico-ideológico, mas inovam ao aplicar isso a elementos visuais, mostrando como imagens e títulos operam apagamentos que Orlandi (1999) descreve como “formas do silêncio”. Por exemplo, o silenciamento na VEJA durante a ditadura alinha-se com estudos de Rautenberg (2017), que discute o papel da revista na luta de classes, mas esta tese avança ao revelar como esses mecanismos persistem no neoliberalismo, preenchendo lacunas na análise de continuidades discursivas.

Considerando a literatura sobre mídia neoliberal, demonstramos que as capas naturalizam evidências ideológicas, e destacam especificidades brasileiras, como a polissemia na ISTOÉ que silencia críticas ao Estado mínimo, o que nos permite dialogar com a proposição de Silva (2005) sobre a internalização cultural do neoliberalismo. Isso contrasta com lacunas iniciais identificadas, como a subestimação do silêncio em análises de agenda-setting (McCombs; Shaw, 1972), propondo que o silenciamento seja central para compreender manipulações ideológicas.

A relevância dos resultados reside em sua capacidade de demonstrar como as revistas interpelam leitores a posições dominantes, alinhando-se com Althusser (1985) sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Comparativamente, enquanto Assis (2010) foca na reconstrução histórica em revistas, esta pesquisa enfatiza o silenciamento como ferramenta de manutenção do status quo, oferecendo uma visão mais dinâmica do jogo dos sentidos. Assim, a análise aqui demonstrada aponta que o silenciamento midiático é chave para entender disputas ideológicas contemporâneas, como na pandemia de Covid-19 ou nas eleições presidenciais de 2018 e de 2022, em que narrativas individuais apagam estruturas sociais.

As contribuições desta pesquisa apresentam limitações inerentes ao escopo e à metodologia adotados. Primeiramente, o corpus foi constituído por recortes específicos de capas e textos relacionados, sem uma análise cronológica exaustiva de todas as edições, o que pode restringir a generalização dos achados a padrões discursivos mais amplos. Essa seleção, embora justificada pela Análise Materialista de Discurso como gesto analítico focado em efeitos de sentidos, limita a representatividade temporal, potencialmente omitindo variações em contextos históricos recentes, como pós-2020.

O foco em VEJA e ISTOÉ, as de maior circulação, ignora mídias alternativas ou digitais emergentes, restringindo o escopo a discursos hegemônicos tradicionais. Ademais, a pesquisa não incorpora perspectivas interdisciplinares extensas, como psicologia social ou economia política, o que poderia aprofundar implicações. Essas limitações, no entanto, não invalidam os achados, mas indicam áreas para refinamento futuro, mantendo a integridade do trabalho como uma análise materialista rigorosa.

Os resultados implicam uma reavaliação do papel da mídia na academia, prática profissional e sociedade. Academicamente, incentivam a integração da Análise Materialista de Discurso em estudos de comunicação, promovendo análises que demonstrem silenciamentos ideológicos, influenciando currículos em Linguística e Jornalismo. Praticamente, para jornalistas, sugerem a adoção de diretrizes editoriais que evitem apagamentos, como inclusão de vozes marginais em capas, fomentando uma imprensa mais plural.

Nesse aspecto, esta pesquisa abre caminhos para investigações futuras, abordando questões não resolvidas. Uma linha promissora é a análise de silenciamentos em mídias digitais, como redes sociais, contrastando com revistas tradicionais para examinar o funcionamento discursivo do neoliberalismo no pós-pandemia de Covid-19. Além disso, questões não respondidas incluem: como o silenciamento opera em contextos globais, comparando VEJA/ISTOÉ com mídias internacionais? Ou qual o papel da chamada Inteligência Artificial em produzir discursos silenciados? Sugerem-se análises de edições pós-2025 para rastrear mudanças ideológicas.

Por fim, ao analisar o silenciamento nas capas de VEJA e ISTOÉ, reforçamos a importância da Análise materialista de Discurso como campo teórico-político fundamental para compreender disputas ideológicas no discurso midiático. Em um contexto social constituído por desigualdades sociais, esta pesquisa destaca que o silêncio é um mecanismo de poder que sustenta o neoliberalismo, e nos convida a uma reflexão coletiva sobre como lemos e somos afetados pelos sentidos. Destaca-se ainda a relevância acadêmica em enriquecer o debate sobre ideologia e mídia, enquanto, socialmente, esta tese inspira resistências discursivas que promovam equidade. Assim, uma vez exposto, o silenciamento perde sua evidência, abrindo espaço para novos discursos transformadores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, B.; MELO, M. S. S. B. Bela, recatada e 'do lar': uma análise semiolinguística da matéria da revista *Veja*. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 343-365, jan./jun. 2017.

ALMEIDA, S. F. C. Desejo e aprendizagem na criança: o conhecimento como uma significação fálica possível. **Estilos clin.**, São Paulo, v.3, n.5, p.84-93, 1998. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71281998000200010&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 12 jun. 2025.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985

AMARAL, A. J. S.; SOUSA, R. I. Discurso e mídia: as discursivizações sobre o Piauí nos textos da revista *Veja*. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 294-314, maio-ago/2019.

AMARAL, M. V. B. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: Edufal, 2005.

AMARAL, M. V. B. **O avesso do discurso**: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: Edufal, 2007.

ASSIS, E. G. **Veja, Istoé e Época**: recontando a história no universo midiático. 2010. 186 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6305/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2025.

AUTHIER-REVUZ, J. Aux risques de l'allusion. In: Murat M. **L'Allusion dans la Littérature**. Coleção Colloques de la Sorbonne, Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 2000b. p. 209-235

AZEVEDO, A. F. **Recepção**: heterogeneidades e negociações de sentidos. O jornalismo político e os sujeitos leitores das revistas semanais. Universidade de São Paulo, 2006. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27134/tde-05072009-181826/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senad, 1998.

BECKER, G. S. **Human Capital**: a Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education. First Edition. NBER Books, National Bureau of Economic Research. 1964.

BERTONHA, F. **Dicionário de Sinônimos Online**, jun. de 2024. Disponível em: <https://www.sinonimos.com.br/reinventar/>. Acesso em: 07 de jul.2024.

BOCCHI, A. F. A. No risco do testemunho: entre o trauma e a incompletude. In: SCHERER, A. E.; GARCIA, D. A.; BARBOSA FILHO, F. R.; BALDINI, L.; ABRAHÃO E

SOUSA, L. M. **Restos de horror**. Organizadores. 1. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2022.

CHOMSKY, N. **Notas sobre o anarquismo**. São Paulo: Imaginário, 2004.

COURTINE, J-J. **Análise de Discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2009.

CRESCÊNCIO, C. L. “Veja o feminismo em páginas (re) viradas (1968-1989)”. Florianópolis, 2012.

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96221/303434.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 18 abr. 2025.

DELA-SILVA, S. C. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o discurso sobre a televisão na imprensa brasileira. In: **Anais do IV SEAD - SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO 1969-2009: Memória e história na/da Análise de Discurso**, 2008, p.1-6.

DELA-SILVA, S. (Des)Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G.B.; NECKEL, N.R.M.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). **Análise de discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2015. p. 231-232.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FERRARI, A. J. Da sobredeterminação e da descrição: das teorias marxistas à análise do discurso. In: Barbosa, Fábio Ramos; Baldini, Lauro José Siqueira. (Org.). **Análise de discurso e materialismos: prática política e materialidades**, volume II. 1 ed. Campinas/SP: Pontes, 2018, v. II, p. 139-156.

FONSECA, V. C.; MOTA, C. L. Memória e acontecimento jornalístico: o caso Malhães. 2014. In: José Manuel Gómez y Méndez ... [et al.] **Derechos humanos emergentes y periodismo**/José Manuel Gómez y Méndez ... [et al.] (Coord.). p. 386-402.

GADET, F.; LÉON, J.; MALDIDIER, D.; PLON, M. Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. de Lourenço C. Filho e Manoel Gonçalves. 2. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1993. p. 39-60.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A Língua Inatingível**. O discurso na história da linguística. Trad.: Mariani, B. e Mello, M. E. C. Campinas/SP: Pontes, 2004.

GUEVARA, C. **A guerra de guerrilhas**. 2. ed. São Paulo: Edições Populares, 1982. vol. 3.

GUILBERT, T, F. L. ; PEÑAFIEL, R. Introduction. Discours austéritaires et discours néolibéral, **Langage et société**, v. 166, n. 1, 2019, p. 9-29.

GUILBERT, T. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Tradução Guilherme Adorno, Luciana Nogueira, Luís Fernando Bulhões Figueira, Mônica G. Zoppi Fontana. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2020.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas/SP: Pontes, 2002.

HAYEK, F. A. V. **Os fundamentos da liberdade**. Introdução de Henry Maksoud; tradução de Anna Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Visão, 1983.

HENRY, P. **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas/SP: UNICAMP, 1992.

HERMANN, N. J. "**Fiéis, ambiciosos e conservadores**": Jovens brasileiros nas revistas *Veja* e *IstoÉ* (1980-1999), 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

HEINEN, L. R.; BERNHARDT, B. C.; MARTINS, G. P. W.; RIBEIRO, L. N.; GOULART, M.; XAVIER, M. O.; CELESTE, R. **Estado e Direitos no Contexto de Neoliberalismo**. 1. ed. Florianópolis: Habitus, 2020.

INDURSKY, F. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise de Discurso. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. (Org.). **Práticas Discursivas e Identitárias**. Sujeito & Língua. Porto Alegre, Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. (Col. Ensaios, 22).

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2011.

LACAN, J. **Le désir et son interprétation**, Séminaire VI, Sténotypie de l'École freudienne, fac-similé. Disponível em: www.ecole-lacanianne.org. Acesso em: 23 ago. 2021.

LACAN, J. **O seminário**: livro 6: o desejo e sua interpretação (1958-1959). Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LACAN, J. **O Seminário de Jacques Lacan**. Livro XVII. O Outro Lado da Psicanálise, trans. por R. Grigg. (Nova Iorque: Norton, 2007).

LAGASNERIE, G. **La dernière leçon de Michel Foucault**. Sur le néolibéralisme, la théorie et la politique. Paris: Fayard, 2012.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas/SP: Pontes Editores. 1988.

LASKI, H. O Manifesto Comunista de 1848. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005 [orig. 1848].

LAUREANO, P. S.; CHAVES, W. C. Elevar a Coisa à dignidade dos objetos: a política de Lacan entre a proibição e o impossível. **Tempo psicanal**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 330-350, dez. 2014. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000200010&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em: 12 jun. 2025.

LÉNINE, V. I. **Obras Escolhidas**. Edição em português. Lisboa: Editorial Avante, 1977.

LIMA, J. B. Q.; NOBRE, R. S.; SULZBACHER, A. W. Políticas e Mulheres na Construção de Sujeitos de Direito. **Cadernos de Agroecologia**, 2020.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2007.

MARX, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas em três volumes**. Rio de Janeiro: Vitória, 1963. v. 3.

MAGALHÃES, B. O Sujeito do discurso: Um diálogo possível e necessário. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 3, Número Especial, p. 73-90, 2003.

MARIANI, B. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas/SP: Pontes, 1993, p. 31-43.

MARIANI, B.; MAGALHÃES, B. 2011. “‘Eu quero ser feliz’. O sujeito, seus desejos e a ideologia”. In: **Memória e história na/da Análise do Discurso**, organizado por INDURSKI, F; MITTMANN, S; FERREIRA, M. C. L. Campinas/SP: Mercado de Letras. p. 125-141.

MARANHÃO, C. **Roberto Civita: o dono da banca - A vida e as ideias do editor da Veja e da Abril**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Trad. de Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MÉSZÁROS, I. **A obra de Sartre**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas: O caso da Editora Abril**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

MORAES, E. S. **Dicionário de palavras, expressões, interpretação e curiosidades bíblicas**. São Paulo, Beit Shalom, 2022.

MOURA, G. C. Cale-se, Chico: “não há dominação sem resistência!”. In: AMARAL, M. V. B.; Zoppi-Fontana, M. G.; Ericson, S (Org.). **Do discurso: fronteiras e perspectivas**. 1. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2023. p. 120-140.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**. São Paulo: Vigília, 1985.

ORLANDI, E. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. **Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp**. Campinas/SP: Nudecri, n.1, mar. 1995.

ORLANDI, E. **Interpretação: autoria e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. **Terra à vista, discurso de confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez, 1990.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas/SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. Paráfrase e Polissemia - a fluidez nos limites do simbólico, **Revista Rua**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 9-19, 1998.

ORLANDI, E. P. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico, **RUA**, Campinas/SP, v. 4, n. 1, p. 9–20, 2015. DOI: 10.20396/rua.v4i1.8640626. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640626>. Acesso em: 20 dez. 2024.

ORLANDI, E. Mito e Discurso: observações ao pé da página, **Revista de Antropologia**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais, v. 27/28, 1984/1985.

ORLANDI, E. **Sujeito e Texto**. São Paulo: EDUC. 1985.

ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas/SP: Pontes, 1999. p. 59-71.

ORLANDI, E. Análise Automática do Discurso (1969). Trad. Eni Orlandi. In: GADET, F; HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1997.

ORLANDI, E. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3. ed. Campinas/SP: UNICAMP Editora, 1997.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas/SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso**. Textos escolhidos por Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas/SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. Processo Discursivo, (re)escrita e ensino. **Revista Leitura, [S. l.]**, v. 1, n. 74, p. 5–12, 2023. DOI: 10.28998/2317-9945.202274.5-12. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/14137>. Acesso em: 25 mar. 2025.

OTA, I. A. S. **A revista Veja e os mecanismos de construção de sentidos**. 2011. 177 f. Tese (Doutorado em Linguística; Literatura Brasileira) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

PEREIRA, L. Á. **As revistas Isto é e Veja na transição política brasileira (1976-1984)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PÊCHEUX, M; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma análise automática do**

discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S Mariani et al. 2. ed. Campinas/SP: UNICAMP, 1993. p. 163-252.

PÊCHEUX, M. **O Discurso:** Estrutura ou Acontecimento. Tradução Eni Puccinelli Orlandi, 7. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2002.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni P. Orlandi et al. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1988.

PIRES, C. R. S. **A construção da imagem do ex-presidente Hugo Chávez no discurso da revista Veja.** São Paulo, 2018. 256 - Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-22022019-165947/publico/2018_CibeliaRenataDaSilvaPires_VCorr.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025.

POMBO, R. **Dicionário de sinônimos da língua.** [apresentação, Evanildo Bechara]. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

RAUTENBERG, E. A revista Veja durante a ditadura civil-militar brasileira: uma discussão a respeito do seu papel no campo do poder e da luta de classes. **Em Debate**, Florianópolis, v. 9, n. 3, p. 104-120, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2011n5p64/19853>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Linguística Geral.** São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

SCHONS, C. R. Escrita, efeito de memória e produção de sentidos. In: SCHONS, C. R.; RÖSING, T. M. K. (Org.). **Questões de escrita.** Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2005. p. 138-156.

SCHUSTER, P. R. **O funcionamento da metáfora no jornalismo de revista:** temas sindicais em VEJA e revista do Brasil. Universidade Federal de Santa Maria, 2016. <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/3433>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVA, L. V. **A representação dos indivíduos contemporâneos e suas relações sociais no discurso publicitário de automóveis no Brasil.** 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2007.

SILVA, S. E. V. **Agronegócio e agricultura familiar:** a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital. Maceió: Edufal, 2015.

SILVA, T. C. **A revista Veja e os discursos jornalísticos sobre educação no Brasil.** reponame: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS, 2014. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/106490>. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVA, C. L. S. **VEJA:** o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). 2005. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) – Universidade Federal Fluminense; Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História, Niterói, 2005.

SMITH, A. **A riqueza das nações.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SILVA SOBRINHO, H. F. da S. **Discurso, Velhice e Classes Sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica.** Maceió: Edufal, 2007.

SOUZA, C. M. Autoridade e livro didático. In.: CORACINI, M. J. (Org.) **Interpretação, autoria e legitimação do livro didático.** Campinas/SP: Pontes, 1999. p. 27-43

SOUZA, C. G. **“Mulher” de negócios no discurso do empreendedorismo: a liberdade em condições de subalternidade.** Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SOARES, A. S. F. O discurso jornalístico e seus rituais. **Revista ECO-PÓS**, v. 10, n. 2, jul/dez, 2007, p. 181-196.

VEYNE, P. **Como se escreve a história.** Brasília: Editora UNB, 1998.

TFOUNI, F. E. V. O interdito como fundador do discurso. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 22, n. 1, 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25220>. Acesso em: 17 jun. 2024.

ZIZEK, S. Como Marx Inventou o Sintoma? In: **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ŽIŽEK, S; MILBANK, J. **A monstruosidade de Cristo.** São Paulo: Três estrelas, 2014.

